UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

**Entre a norma e a invisibilidade: percepções de
mulheres idosas sobre a violência sexual por parceiro
íntimo**

ALINE ALVES DA SILVA TRAVAGLIA

Tese apresentada à Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Saúde Pública

Orientador: Prof. Dr. Carlos Botazzo

São Paulo
2021

**ENTRE A NORMA E A INVISIBILIDADE: PERCEPÇÕES DE MULHERES
IDOSAS SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL POR PARCEIRO ÍNTIMO**

ALINE ALVES DA SILVA TRAVAGLIA

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutora em Ciências.**

Área de Concentração: Política, Gestão e Saúde

Orientador: Prof. Dr. Carlos Botazzo

**Versão Original
São Paulo
2021**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dedico esta tese a todos que estiveram ao redor nutrindo os laços de amizade e de amor,
que deram vida à pesquisadora e à pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos do grupo de Revisão Sistemática em Juventude e Sexualidade, e especialmente a Julia Camanho pela maravilhosa parceria durante os dois anos de Iniciação Científica. Juntas fizemos a Revisão Sistemática de Escopo sobre o termo VSPI e tê-la feito foi, sem sombra de dúvida, muito importante para o desenvolvimento desta tese. A ela agradeço especialmente por sua determinação, comprometimento, parceria e amizade durante o trabalho da revisão. Agradeço também à minha primeira orientadora, Profa. Dra. Cristiane Cabral. Sei que os primeiros passos são sempre os mais difíceis e erráticos e por isso eu a agradeço pelo trabalho que foi possível no começo, pois ele foi muito importante para que eu pudesse prosseguir.

Agradeço aos funcionários da FSP-USP que de forma atenciosa nos acompanham no processo de pós-graduação, sobretudo os funcionários da biblioteca, da secretaria de pós-graduação, do restaurante universitário e os funcionários do setor de limpeza, que raramente são lembrados nos trabalhos acadêmicos.

Agradeço à instituição financiadora CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço às professoras doutoras Lilia Blima Schraiber e Elaine Brandão que estiveram na minha banca de qualificação dando contribuições preciosas e resgatando o espírito da pesquisa que eu gostaria de fazer. Agradeço também a professora doutora Ana Flávia D'Oliveira pela disponibilidade e pelo apoio que me ofereceu para o prosseguimento da pesquisa.

Agradeço à minha orientadora de mestrado Miriam Debieux Rosa e a todos o grupo de Psicanálise e Política da PUC-SP do qual participei, o debate e a circulação de ideias neste grupo foram muito importantes para minha formação.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas da turma de psicologia 2007/01 da UFES, assim como aos demais universitários que nessa época viveram o intercâmbio de vivência e ideias junto a mim, foi uma honra e um privilégio estar entre vocês, os diálogos e os laços tecidos nessa universidade constituem as fibras da minha formação.

Agradeço nominalmente aos professores da UFES que me inspiraram nas minhas direções profissionais e teóricas e que também se tornaram amigos num intercâmbio continuado de ideias e histórias, Nelson Alves Lucero, Ana Augusta Wanderley Rodrigues de Miranda e Ana Paula Louzada.

Agradeço aos muitos amigos de Vitória, vocês fazem parte da conclusão desta tese mais do que podem imaginar, obrigada aos que me acompanharam, me ouviram, estiveram sempre por perto de alguma maneira, até quando eu não estava disponível para ser ajudada algum deles se faziam presentes para ajudar nessa jornada, com alegria, conversas, sorrisos, apoio, escuta, amor, cumplicidade, ajudas práticas, teórica, logísticas ou emocionais. Nominalmente agradeço a Julia Alano, Ernesto Rabello, Camila Scarpati, Cinthia Meireles, Thiago Sousa, Cristiane BremenKamp, Lucas Protti e principalmente Priscila Vescovi, com quem dividi tantas aflições e que num gesto amoroso e solidário esteve comigo em momentos difíceis.

Agradeço também aos amigos de São Paulo, ao Tiago Noel por ser um amigo solícito e prestativo nesses tempos do doutorado, me auxiliando na busca das informantes, no envio do projeto ao comitê de ética, na organização do artigo entre tantas outras coisas imensuráveis de apoio e compreensão.

Agradeço especialmente à Ilana Mountian amiga e parceira de trabalho que desde os tempos do mestrado tecemos férteis diálogos a respeito da necessidade de falar sobre gênero nos trabalhos acadêmicos, seu apoio, parceria e carinho foram fundamentais para o trajeto desse doutorado. Agradeço também ao André Mountian, amigo querido que muito prezo.

Agradeço à Marília Moschkovich, pela amizade e carinho que teve comigo nos primeiros passos do projeto de doutorado e por tantos outros passos a mais, obrigada pelas referências teóricas e conceituais que você me apresentou e obrigada por se tornar essa autora admirável.

Agradeço ao Renan Picoreti Nakahara e ao Thiago Seike Picoreti Nakahara pelo acolhimento carinhoso e pelo apoio que me deram, a amizade de vocês foi fundamental, principalmente no ano do processo seletivo do doutorado.

Agradeço a Giulia di Giaimo pela amizade zelosa e por todo apoio que me ofereceu nos tempos difíceis, muito obrigada pelo suporte e pelos cuidados, eles foram fundamentais para que eu pudesse ficar de pé, agradeço também ao Bruno Carbonero, seu parceiro, que também se tornou um amigo.

Agradeço a Luísa Giardini, a sua amizade doce e tranquila é um alento nessa vida corrida, muito obrigada pelo carinho e pela presença em minha vida.

Agradeço ao Lucas Gatti, pela amizade de uma vida inteira que se renova a cada época.

Agradeço especialmente ao Rafael Venturini com quem teci longos diálogos nesses anos e que me acompanhou na feitura desta tese e nas reflexões sobre a vida e o espírito, sua amizade é um presente, estendo o agradecimento à sua companheira, Simone Andrade.

Agradeço aos amigos que estiveram por perto mantendo a conexão, o convívio a troca de ideias, sonhos, projetos, esperanças e que com a presença em minha vida também alimentaram essa pesquisa, João Felipe Salomão, Luz Ana, André Leal, Estefane Pereira, Monica Mendes, Flávia Eugênio, Marielle Castro, Michela Bordignon, Julia Raes, Samuel Persio, Patrick Andrade, Camila Kimie Ugino.

Agradeço ao Michel Chamon, que esteve comigo em parte da jornada dos 4 anos de doutorado, sua presença nesses anos foi importante para mim e para o desenvolvimento desta tese, agradeço também aos seus familiares Ernesto Chamon, Marie Chamon e Laís Salgado Chamon que sempre me receberam de maneira acolhedora e carinhosa. Agradeço às pessoas maravilhosas que me foram apresentadas durante os anos da nossa relação e que me deram tanta alegria, apoio, carinho e incentivo, sem vocês o caminho teria sido muito mais duro e escuro. As risadas e a diversão que vocês trouxeram iluminou a estrada, meu muito obrigada a todos e principalmente aos que eu pude conhecer mais de perto, Carlos Gil, Verena Leal, João Batista,

Bastian Silva, Edgar Pereira, Elves Hesketh, Otávio Henrique, Thiago Ferrari, Henry Ayres. Agradeço especialmente a Bruna Rangel e Juliana Mello, pelo apoio, pela escuta cuidadosa e pela compreensão nos momentos difíceis. Agradeço finalmente a Semyramis Oliveira, sua amizade se tornou algo precioso para mim, obrigada pelo cuidado e pela delicadeza comigo, pelos conselhos e pela alegria partilhados nos últimos anos.

Agradeço à minha família, minha avó Maria da Penha da Silva pelos cuidados e pelo carinho com os quais cuidou de mim desde sempre, ao meu irmão Eduardo Silva de Paula pelo adulto admirável que se tornou, o que me enche de felicidade e de orgulho. Agradeço muitíssimo à minha mãe, Elaine Maria da Silva, pelo apoio de sempre pois sem ela eu não teria conseguido chegar aonde cheguei, foram anos difíceis desde o término do mestrado em 2014, ela me deu suporte para seguir e o exemplo para inspirar, sendo a mulher lúcida, corajosa, persistente e determinada que, mesmo antes eu nascer, abriu espaço na nossa família e no mundo para haver mais liberdade para uma mulher existir.

Agradeço imensamente ao Leonardo Ferreira Guimarães, parceiro de toda uma vida, por ser meu aliado e por essa jornada conjunta nos últimos 12 anos, obrigada por tudo que foi possível de apoio, presença, auxílio e amor. Como sempre digo, o que nós conseguimos fazer juntos é muito melhor do que o que teríamos conseguido fazer separados, muito obrigada pelo companheirismo, pela parceria, pela cumplicidade que seguem se renovando e se reinventando, a sua vida é preciosa para mim, obrigada mais uma vez, sem o seu auxílio eu não teria dado os passos que dei para a conclusão desta tese. Agradeço aos seus familiares, que se tornaram família para mim também, Senhora Ângela Faria Guimarães e Senhor Helvécio Soares Ferreira Guimarães, o incentivo e o apoio de vocês nessa jornada de anos e anos de pós-graduação foi fundamental.

Por último, e mais importante agradeço ao meu orientador Carlos Botazzo, que foi a pessoa certa, que eu encontrei na hora certa, e que me permitiu a liberdade para fazer a minha tese da maneira mais proveitosa. A ele devo a conclusão do meu doutorado e lhe dedico o poema abaixo, pela boa

parceria que fizemos para executar a pesquisa e a escrita. Só com liberdade pude ter algum prazer e realização produzindo essa tese. A ele e à finalização desde percurso dedico o poema de Bocage.

Liberdade querida e suspirada,
Que o Despotismo acérrimo condena;
Liberdade, a meus olhos mais serena,

Que o sereno clarão da madrugada!
Atende à minha voz, que geme e brada
Por ver-te, por gozar-te a face amena;
Liberdade gentil, desterra a pena

Em que esta alma infeliz jaz sepultada;
Vem, oh deusa imortal, vem, maravilha,
Vem, oh consolação da humanidade,

Cujo semblante mais que os astros brilha;

Vem, solta-me o grilhão da adversidade;
Dos céus descende, pois dos Céus és filha,
Mãe dos prazeres, doce Liberdade!

Para apalpar as intimidades do mundo é preciso saber:
a) Que o esplendor da manhã não se abre com faca.

Manoel de Barros

RESUMO

A Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPI) é uma das formas de violência de gênero mais invisíveis contemporaneamente. Esta tese buscou responder à pergunta acerca do seu processo de visibilidade. A norma cultural do débito conjugal produziu um velamento de diversas coerções e violências sexuais no âmbito de uma relação, porém a mudança nos códigos de conduta em meados do século XX e a transformação da função do sexo no casamento alteraram o panorama histórico de tal maneira que as coerções sexuais invisíveis são gradativamente notadas e nomeadas. O processo de visibilidade e reconhecimento da VSPI como um problema social se encontra em curso. A literatura aponta uma lacuna na produção científica a respeito do tema, assim como grande dificuldade de produzir termos que permitam a comunicação entre especialistas, profissionais e a população. As raízes históricas da compulsoriedade do débito conjugal e da submissão sexual feminina influem na invisibilidade e na dificuldade de formação de vocabulário comunicativo para a VSPI. A tese é de cunho qualitativo e no trabalho de campo procedemos com entrevistas em profundidade com mulheres acima de 70 anos de idade. A análise do material empírico resultou nas seguintes conclusões: A mídia e a internet geram informações sobre violência conjugal e sobre VSPI mesmo que esta última não seja tratada em sua especificidade. A juventude das informantes vivida nos anos 1960 e 1970 sofreu fortes influências dos movimentos feministas e contraculturais deste período produzindo visibilidade sobre o tema da violência de gênero e oposição as regras tradicionais do casamento como o débito conjugal. A VSPI é comunicada entre círculos sociais íntimos numa teia discursiva complexa e na ambiguidade dos ditos e não-ditos. A transmissão cultural e geracional das normas do débito conjugal invisibilizam a VSPI, e, o reconhecimento e a nomeação dos atos de VSPI dependem de fatores não apenas individuais, mas também circunstanciais referidos ao contexto sócio-histórico.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Violência Sexual; Violência Conjugal; Violência Sexual por Parceiro Íntimo; Estupro Marital

ABSTRACT

Intimate Partner Sexual Violence (IPSV) is one of the most invisible forms of gender violence today. This thesis sought to answer the question about its visibility process. The cultural norm of marital debt produced a veiling of various coercions and sexual violence within the framework of a relationship, but the change in codes of conduct in the mid-twentieth century and the transformation of the function of sex in marriage altered the historical panorama in such a way that invisible sexual coercions are gradually noticed and named. The process of visibility and recognition of IPSV as a social problem is ongoing. The literature indicates a lack of scientific production on the subject, as well as great difficulty in producing terms that allow communication between specialists, professionals, and the population. The invisibility of the IPSV and the challenges of forming a communicative vocabulary for IPSV has historical roots on compulsory structure of marital debt and of female sexual submission. This thesis has a qualitative core and in the field work we proceeded with in-depth interviews with women over 70 years of age. The analysis of the empirical material resulted in the following: The media and the internet generate information about conjugal violence and about IPSV, even though the latter is not treated in its specificity. The youth of the informants was lived in the 1960s and 1970s and was strongly influenced by the feminist and countercultural movements of the period, this brought visibility over the theme of gender violence, by the means of opposition to traditional rules of marriage, such as marital debt. IPSV is communicated inside circles of close relationships, but in a complex and ambiguous manner, implicating that some of the traumatic stories are communicated, but unspoken. The cultural and generational transmission of marital debt rules make IPSV invisible, and the recognition and naming of IPSV acts depends not only on individual factors, but also on circumstantial factors related to the socio-historical context.

Keywords: Sexual and Gender Violence; Intimate Partner Sexual Violence; Marital Rape

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO	20
ABSTRACT	22
SUMÁRIO.....	23
APRESENTAÇÃO.....	27
INTRODUÇÃO	31
1 COMO VER E COMO OUVIR.....	40
1.1 Localização Epistemológica	44
1.1.1 <i>O objeto das ciências humanas</i>	<i>44</i>
1.1.2 <i>O Método marxista</i>	<i>48</i>
1.1.3 <i>O problema social e o problema de pesquisa</i>	<i>51</i>
1.1.4 <i>A História do presente</i>	<i>55</i>
1.1.5 <i>A pergunta os pressupostos de trabalho e a direção do olhar</i>	<i>60</i>
1.2 Procedimentos técnicos do trabalho empírico.....	62
1.2.1 <i>A definição do universo empírico</i>	<i>64</i>
1.2.2 <i>A técnica de busca das participantes.....</i>	<i>66</i>
1.2.3 <i>A técnica de entrevista utilizada.....</i>	<i>68</i>
1.2.4 <i>O roteiro de entrevista</i>	<i>69</i>
1.2.5 <i>A gravação e transcrição do material.....</i>	<i>70</i>
1.2.6 <i>As condições da entrevista</i>	<i>71</i>
1.2.7 <i>O tratamento dos dados e categorias de análise</i>	<i>71</i>
1.2.8 <i>A interpretação dos dados.....</i>	<i>73</i>
1.2.9 <i>O perfil das participantes</i>	<i>74</i>
1.2.10 <i>Aspectos éticos da pesquisa</i>	<i>76</i>
2 O ESTADO DA ARTE	77
2.1 Balanço da literatura recente focada no tema da VSPI.....	78
2.2 Precedentes históricos recentes para construção da VSPI como problema social	83
2.3 Definição terminológicas no campo da VSPI.....	86
2.4 Categorias e conceitos do campo da violência de gênero	90

2.5	A invisibilidade da VSPI apontada na literatura.....	95
2.6	A invisibilidade da VSPI na literatura e nas práticas da área da saúde	100
3	A HISTÓRIA DO PRESENTE, PERMANÊNCIA E RUPTURAS.....	104
3.1	O habitual.....	104
3.2	Perspectivas históricas do débito conjugal e da violência sexual.....	108
3.2.1	<i>Débito conjugal antes da modernidade: imperativo do sexo reprodutor</i>	110
3.2.2	<i>A ordem de deus e a ordem da natureza no sexo conjugal reprodutivo</i>	113
3.2.3	<i>Romantismo: marco histórico para a sexualidade conjugal.....</i>	116
3.3	Referências contemporâneas para o débito conjugal e para a violência sexual 121	
3.3.1	<i>Referência do contemporâneo para o sexo conjugal</i>	121
3.3.2	<i>Referências contemporâneas para VSPI</i>	124
4	AS INFORMAÇÕES DO PRESENTE E O TEMPO DA MEMÓRIA	130
4.1	Mídia e visibilidade da VSPI: uma parte da enunciação pública do problema social	131
4.1.1	<i>Informações atuais provindas da mídia.....</i>	133
4.1.2	<i>História da exposição midiática, no Brasil, da violência contra mulheres</i>	138
4.2	Marcação temporal: memória e geração nas informações sobre VSPI.....	142
4.2.1	<i>A juventude vivida nos anos 1960</i>	144
4.2.2	<i>Questões geracionais comparativas</i>	153
5	O DITOS E O NÃO-DITOS DA VSPI.....	158
5.1	As formas dos não-ditos.....	160
5.1.1	<i>As entrelinhas.....</i>	162
5.1.2	<i>A censura</i>	166
5.1.3	<i>O pudor e o tabu.....</i>	168
5.1.4	<i>A banalização</i>	171
5.2	As formas do dizer	175
5.2.1	<i>Para quem se diz.....</i>	176
5.2.2	<i>Educação sexual nas escolas.....</i>	179
5.2.3	<i>Locais de enunciação</i>	181
6	A TRASMISSÃO CULTURAL DAS NORMATIVAS DA SEXUALIDADE E AS OCORRÊNCIAS DE VSPI185 6.1.....	A
	transmissão de máximas entre gerações de mulheres	186
6.1.1	<i>Casamento como relação de compra e venda.....</i>	187

6.1.2	<i>Antes só do que mal acompanhada.....</i>	190
6.1.3	<i>Filha de uma mulher à frente de seu tempo.....</i>	192
6.2	Distinções de gênero nos comportamentos sexuais da conjugalidade	194
6.2.1	<i>A Idade do Lobo</i>	194
6.2.2	<i>O cinema e o prostíbulo.....</i>	197
6.3	A transmissão cultural da norma do débito conjugal	199
6.3.1	<i>Curso de instrução para noivas</i>	199
6.3.2	<i>Uma obrigação a ser cumprida.....</i>	200
6.3.3	<i>As táticas de evitação.....</i>	201
6.4	Em primeira pessoa: a experiência íntima das entrevistadas	203
6.4.1	<i>A não ocorrência de VSPI.....</i>	203
6.4.2	<i>A ocorrência de VSPI</i>	209
CONCLUSÃO		214
REFERÊNCIAS		220

APRESENTAÇÃO

Quando, em 2007, entrei na Universidade Federal do Espírito Santo para cursar psicologia, ainda não havia me interessado pelos estudos de gênero. No cenário dos diálogos acadêmicos a conexão entre as pautas sociais e o conteúdo das disciplinas era mínima. Os estudos universitários eram, então, uma busca esforçada de fazer as teorias psicológicas europeias ou americanas consolidadas fornecerem as bases para lidar com problemas mais imediatos da sociedade brasileira. Os estágios que fiz no hospital universitário, nos últimos anos do curso (2009-2011), expuseram a insuficiência do repertório acadêmico e da grade disciplinar do curso de psicologia para orientar a ação profissional diante de sujeitos e grupos sociais em estado de vulnerabilidade. A população usuária dos serviços do hospital universitário era marcada por diversos fatores de vulnerabilidade em saúde, entre eles a pobreza extrema e os fatores correlacionados: a falta de acesso a esgotamento sanitário e água potável, a dificuldade de acesso ao transporte público, poucas condições de alimentação digna, e, muitas vezes submetida a situações de violência urbana e violência familiar.

Nesse contexto atendi crianças que eram trazidas com a queixa de transtornos e sofrimento mental graves. Ouvir a estas crianças e a seus familiares sempre me conduzia à mesma questão sobre as condições de vulnerabilidade daqueles sujeitos e o adoecimento que apresentavam. No mestrado, em 2012, no departamento de Psicologia Social da PUC-SP, empreendi a pesquisa cujo núcleo central era a análise da medicalização da infância. A abordagem psicanalítica como ferramenta de escuta clínica foi a base para a reflexão e a chave crítica para a oposição ao recurso medicamentoso, largamente empregado e defendido por alguns grupos como solução terapêutica à desadaptação infantil.

Nas vias de conclusão do mestrado outro tema passou a me interessar, se antes o sofrimento e as condições de vulnerabilidade na infância haviam me

suscitado o desejo de investigar, nesse momento as questões da violência de gênero ativaram a vontade de uma nova busca de pesquisa. O tema para o doutorado se montou nutrido pelo desejo de compreender as raízes sócio-históricas da desigualdade de gênero e da relação de poder presentes na violência sexual, assim como as posições de subordinação feminina em resposta à desigualdade de poder e aos atos de violência. A construção do projeto da tese obedeceu ao percurso de definição do objeto, o que era amplamente nomeado por “violência sexual” recebeu o recorte para um tipo específico a “Violência Sexual por Parceiro Íntimo”.

A elaboração da pergunta de pesquisa teve uma história mais errática, inicialmente, no projeto apresentado para o processo seletivo do doutorado ela era sintética e indagava sobre o processo de visibilidade da violência sexual por parceiro íntimo. Ao longo do primeiro ano de doutorado, atormentada pelas vozes que dizem ao pós-graduando que tudo que se faz é insuficiente, a pergunta foi sendo ampliada. Inserido nela tantos outros fatores a banca de qualificação teve o papel primordial de dizer que a pergunta apresentava 4 objetos de investigação distintos, o que tornava a pesquisa infactível e impunha ao meu texto certa dispersão e superficialidade. Para minha grande surpresa, o auxílio e as orientações da banca examinadora na qualificação estavam tão alinhados com meu primeiro intuito, que a sugestão recebida sobre como focar a pergunta coincidiu com a versão inicial proposta por mim, no projeto de entrada.

Investigar o processo de reconhecimento da Violência Sexual por Parceiro Íntimo foi um trajeto de investigação rico, múltiplo e complexo, a minha formação como pesquisadora, psicóloga e psicanalista ganhou muito “em comprimento, largura e profundidade” por agora saber melhor onde estão algumas fronteiras do conhecimento e, portanto, onde fica também a ignorância. “A Doutra Ignorância”, livro escrito na transição entre as eras Medieval e Moderna por Nicolau de Cusa defende exatamente isso, algo epistemologicamente tão importante para a psicanálise e para as ciências humanas: sabermos onde estão

os limites dos nossos saberes e que eles estão sempre se tecendo com diversas as ignorâncias.

Apresento a seguir a estrutura de tese pela sequência dos capítulos para orientar às leitoras e aos leitores do meu texto. O primeiro capítulo da tese apresenta o percurso metodológico dividido em duas partes: a localização epistemológica e os procedimentos técnicos no trabalho empírico. Quanto à localização epistemológica, inicialmente situo a formação do objeto e da pesquisa no âmbito das ciências humanas, posteriormente acrescento as referências marxistas que contribuem para a reformulação da investigação sob a ótica das ciências sociais. Contextualizo, em seguida, o objeto no presente enquanto um problema social e a direção da investigação concomitante à esta distinção, tecendo mais adiante as questões remetentes à história do presente para encerrar com a pergunta e os pressupostos de trabalho. A segunda parte do primeiro capítulo coloca o trajeto e os passos do caminho metodológico no campo, demonstrando como foi executado o trabalho empírico mediante a apresentação da definição do universo empírico, a técnica de busca das informantes, a técnica empregada na entrevista, o seu roteiro, a gravação e transcrição do material, o tratamento dos dados, as categorias de análise e, por fim a interpretação dos dados seguida pelos aspectos éticos da pesquisa.

O segundo capítulo apresenta o “estado da arte” composto pelo balanço da literatura recente voltada ao tema da VSPI. Nele aponto os precedentes históricos das últimas décadas que confluíram para a identificação e exposição da VSPI como um problema social, as variações terminológicas da literatura anteriores ao nome e as definições mais amplas a respeito de violência e gênero. Concluindo o capítulo são apresentadas as questões que a literatura aponta quanto a invisibilidade da VSPI e o direcionamento de estudos que pode contribuir para a ampliação do seu conhecimento, de sua visibilidade e, sobretudo, de sua distinção como tal.

O terceiro capítulo apresenta, na perspectiva da história do presente, as permanências e rupturas sobre a norma cultural do Débito Conjugal e a influência

dessa norma na invisibilidade da VSPI. Partindo do que contemporaneamente parece habitual e comum nas normas de gênero da sexualidade conjugal, apresento em seguida as perspectivas históricas nos subcapítulos, abordando o débito conjugal antes da modernidade como um imperativo do sexo reprodutor, a regulação do sexo pela instituição igreja definindo a ordem de Deus e a ordem da Natureza no sexo conjugal reprodutivo e o Romantismo como marco histórico de mudanças para a sexualidade conjugal. Na segunda parte deste capítulo, trago as referências contemporâneas para o débito conjugal e para a violência sexual.

O quarto capítulo inicia a interpretação do material empírico das entrevistas apontando a repercussão atual da VSPI na mídia como uma parte da enunciação pública do problema social, nele dispondo as informações atuais oriundas da mídia e mencionadas pelas entrevistadas, bem como a história da exposição midiática da violência de gênero no Brasil. Na segunda parte, as questões geracionais com a memória e os marcos temporais são explorados, trazendo as referências da juventude das consultadas paralelas às comparações com o presente.

O quinto capítulo apresenta os ditos e os não-ditos da VSPI dispostos pelas entrevistadas/intérpretes, tratando na primeira parte das formas dos não-ditos, estabelecendo as categorias do que não se diz e acaba sendo limitado ao âmbito subliminar em face das formas de censura, por conta do pudor, do tabu, e do processo de banalização. Na segunda parte deste capítulo apresento as maneiras de discutir sobre a VSPI, apontando os alvos das revelações e os locais de enunciação. Encerrando o capítulo sobre os ditos e não-ditos da VSPI, são colocadas questões acerca do ensino de educação sexual nas escolas eleitas pelas entrevistadas como um importante local de informação e diálogo sobre sexualidade e violência sexual.

O sexto capítulo apresenta a trajetória da transmissão cultural da norma do débito conjugal e sua correlação com a VSPI, apontando nos subcapítulos, respectivamente: a manutenção de ensinamentos entre gerações de mulheres; as distinções de gênero exigidas pelos comportamentos sexuais conjugais e, por

fim, a mencionada transmissão cultural da norma do débito conjugal. Na segunda parte apresento as histórias das informantes na perspectiva de primeira pessoa, nas quais elas contam sobre suas próprias experiências a respeito de VSPI. Este subcapítulo se divide entre a apresentação da narrativa das informantes que não viveram episódios de VSPI e que, conseqüentemente, refletem quanto ao que pode tê-las prevenido de passarem por isso, concluído, por fim, com as memórias daquelas que sofreram a VSPI.

INTRODUÇÃO

Aqui apresento as linhas gerais que teceram a investigação do que se apresenta hoje como problema social da Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPI). Pensar a formação desse problema é pensar a atualidade, de certo modo uma história do presente. Posto isso, a pergunta que orientou esse estudo foi: Como o sexo coagido no âmbito das relações conjugais deixou de ser visto como parte dos deveres conjugais e passou a ser visto como Violência Sexual por Parceiro Íntimo?

Essa pergunta realça nosso ponto de partida: o pressuposto de que o sexo conjugal coagido, em um passado recente, era naturalizado e, conseqüentemente, invisibilizado, ignorado; diríamos que o sexo conjugal era majoritariamente entendido pela cultura como débito conjugal, um direito-dever que se estabelece a partir do momento que se inicia uma relação conjugal¹. O Débito Conjugal, sendo uma figura jurídica originada no Direito Canônico, atravessa as legislações ocidentais descrito como o direito-dever do marido e da

¹ No escopo desta tese o entendimento de “relação conjugal” que estamos adotando é o de um relacionamento íntimo de caráter afetivo-sexual e de parceria que pode ou não configurar o que se reconhece legalmente como casamento ou união estável.

mulher realizarem entre si a conjunção carnal e, na prática, se insere como norma cultural presente pressuposta nos comportamentos sexuais. Por sua permanência e renovação na cultura, moldam-se as normas e hábitos que definem o sexo do casal, e a disponibilidade sexual da esposa, fora dos crivos do desejo, do arbítrio e do consentimento. Pelas vias da ideia de débito conjugal, o sexo numa relação de intimidade é simbolizado como prática necessária e intrínseca à relação conjugal. (DANTAS, 2003)

Já como figura jurídica, o débito conjugal foi sendo suprimido nas revisões dos códigos civis modernos a ponto de, no âmbito do direito da família, a compreensão mais avançada afirmar não caber ao Estado ter influência² sobre a atividade sexual de um casal, considerando sua existência e frequência, para que a relação conjugal seja reconhecida como tal. Além do mais, a permanência desse direito-dever reitera culturalmente a ideia de que o início de uma relação assinala uma espécie de consentimento contínuo para o intercuro sexual *do outro*. Estamos postos diante de práticas sexuais que podem produzir a submissão da mulher às violências. Neste sentido, concordamos com Dias (2018) quando afirma que “forçar o exercício do ‘direito’ ao contato sexual pode, perigosamente, cancelar a violência doméstica”. Ela lembra que ao longo do tempo, “prevaleceu a tendência de desqualificar o estupro conjugal” (DIAS, 2018, p.2).

Como pressuposto, também incluso na pergunta norteadora da presente investigação, levamos em conta que algo se alterou na cultura para que hoje haja relativo estranhamento a respeito da coerção sexual no âmbito do casal, a ponto de se impor, a Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPi) como um problema social relativamente reconhecido na ordem do presente. Como dissemos antes, é

² Na jurisprudência do século XX, no Brasil e internacionalmente, a ocorrência do débito conjugal nos códigos civis dava precedentes para que o Estado deliberasse nos processos de pedidos de dissolução e anulação dos casamentos, com base na existência e na frequência das relações sexuais. O capítulo 3 desta tese desenvolve este raciocínio com maior profundidade.

recente a compreensão de que sexo forçado, indesejado ou coagido no âmbito uma relação é uma violência sexual, de modo que a literatura e o material das entrevistas feitas neste trabalho corroboram para o reconhecimento também recente desse tema. Assim, a indagação derivada da pergunta regente da investigação é: quais relações de forças e códigos sociais de conduta se alteraram, cultural e socialmente, para que o sexo conjugal deixasse de ser descrito e assumido como direito-dever e passasse para a ordem do desejo/arbítrio/consentimento?

De fato, a compreensão da Violência Sexual por Parceiro Íntimo data das últimas 3 décadas, algo que começou a se organizar como questão na década de 1990, o que não significa que anteriormente o estupro marital não fosse tema de trabalhos científicos, tratados, estudos e leis. Coerentemente, e ao contrário do que poderia inicialmente parecer, o estupro marital é questão posta sobremaneira no âmbito jurídico, no Código Civil, no Direito da Família e no Direito Criminal³. O contorno legal relativamente inédito mesmo assim não exclui a existência pretérita, no âmbito social, de uma preocupação a respeito das práticas sexuais do casal, determinando o que seria lícito ou ilícito, correto ou desviante, segundo os parâmetros sociais do momento e da cultura local. Já a Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPi) em toda a sua extensão, conforme os diversos atos e comportamentos que podem ser tidos como violência, suas nuances, (como a coerção, o controle, o exercício de poder) e os diversos aspectos das parcerias amorosas (como o namoro, o casamento, a coabitação), essa sim é recente.

Em outras palavras, as questões do desejo sexual, do arbítrio, do consentimento e da coerção foram introduzidas recentemente (e ainda estão sendo), em seu formato e peso, na esfera das relações sexuais conjugais. Essa incipiência realça a questão do consentimento e conclui, de modo diverso de outrora, que o início de um relacionamento não corresponde a um consentimento

³ Para uma perspectiva histórica sobre a transformação dos códigos jurídicos que versam sobre o débito conjugal e o estupro marital, cf. (ZANINI; QUEIROZ, 2018).

sexual contínuo e a uma disponibilidade sexual à revelia do desejo individual do outro.

Antes de ser empregado o termo VSPI, era recorrente o uso do termo/designação “Estupro Marital”, um termo mais compacto e de maior impacto. Alguns diriam que talvez fosse mais eficiente e contundente, porém, o que se revela na prática, é uma grande invisibilização/ofuscamento de casos por falta de identificação da parte de quem passou por coerções sexuais em relações conjugais dentro das distinções proporcionadas pelo termo “Estupro Marital”. Além disso, se trata de uma forma duplamente restritiva quando ‘marital’ se refere a um tipo de relação muito definido -o casamento- e, estupro, à um termo jurídico e à uma categoria de atos extremamente específicos -penetração forçada-. O termo, nos seus dois conteúdos, acaba sendo restritivo; por visão limitada da violência sexual ao que é considerado ‘estupro’ e por limitação ao contexto marital, desprezando a variedade de relações conjugais existentes atualmente.

Percorrendo as fontes históricas, as referências bibliográficas, vemos que é no percurso do século XX que a violência conjugal se torna uma questão com a visibilidade e os contornos do reconhecimento de um problema social. Indo mais além, podemos dizer que no século XX a violência conjugal passa a existir na conformação que verificamos hoje, não por alguma manutenção ou intensificação das formas de violências e opressões anteriores, com algumas continuidades, de certo, mas sobretudo às várias rupturas ocorridas já desde o final do século XIX, e onde, pela primeira vez, o olhar se dirige para esses eventos que se replicam nas relações familiares e conjugais. Nos séculos anteriores à Era Moderna, tanto quanto nas descrições das vivências íntimas da Era Medieval, a violência não se expressava⁴ tão rotineiramente entre as pessoas de um círculo familiar, muito

⁴ A dupla conotação da palavra *expressadas* se refere, aqui, à ausência de registros na literatura consultada para violências conjugais no referido período e à inferência de que as estruturas sociais e o lugar da família na sociedade faziam dos agrupamentos familiares, no qual se inseriram as relações conjugais, um *locus* refratário à ocorrência deste tipo de violência. Essa

menos no âmbito de uma relação conjugal. As formas de hierarquia, a definição dos papéis de gênero, a subordinação feminina e a função social da família organizavam e impunham certos comportamentos aos seus membros, de tal forma que a violência direta entre eles era rara. Sendo mais precisa, e mesmo não sendo objeto desta investigação, é preciso dizer que, antes da emergência do romantismo nos idos de 1850, o casal e a família estavam menos definidos como reduto de amor e, também, formavam um agrupamento com menor recorrência de violências cotidianas.

Flandrin (1981), Giddens (1993) e Bozon (1993) concordam ao declararem que a ligação entre amor, casamento e sexualidade se operou no ocidente cristão no período do romantismo:

Uma certa aproximação entre o amor e o casamento se operou no século XVIII, pelo menos nas elites sociais. Eu gostaria, aqui, somente de apresentar alguns indícios dessa aproximação ao nível da ideologia dominante, se bem que seja difícil concluir, no estado atual das pesquisas, que o comportamento das elites realmente se modificou no século XVIII. Quanto aos comportamentos populares, não é impossível que tenham evoluído em sentido oposto. (FLANDRIN, 1981, p. 50)

Por um outro lado, sabemos que o casamento por amor triunfa no século XX, e, mesmo que tenha tido às vezes fases de reação, parece que o processo iniciado no século XVIII continuou no seu conjunto no século XIX. (FLANDRIN, 1981, p. 53)

Podemos entender, dessa maneira, o romantismo como marco histórico para o estudo de questões que se desdobraram nos séculos XIX e XX relativas à conjugalidade, ao casamento, à sexualidade, e às violências conjugais. É possível afirmar que a violência sexual no casal seja algo enquadrado como um fenômeno relevante socialmente no último século, posto que tanto a existência desse/deste fenômeno quanto o seu estranhamento por parte da sociedade se apresentaram há pouco tempo na história social. Antes do marco referido, o tipo

análise pode ser extraída das seguintes fontes: (DIAS, 2010); (FLANDRIN, 1988); (ARIÈS, 1987) e (ENGELS, 2012).

de regras e códigos de condutas que organizavam o sexo conjugal afastavam da relação homônima as ideias de desejo e de consentimento, códigos que, paradoxalmente, também poupavam o coito conjugal da perpetração de coerções e violências.

O arbítrio não era um elemento organizador da prática sexual. Dessa forma, a prática sexual, dentro de uma relação regular de casamento ou coabitação, não passava diretamente pelas linhas do desejo individual e da satisfação erótica, quando tanto à mulher quanto ao homem eram interditados os derivados de sentimentos como desejos e paixões, emoções as quais, segundo as normas culturais desse período, desestabilizariam o caráter pragmático das unidades casal e família. Sendo assim, tanto a ideia de desejo quanto a ideia de consentimento não compunham o encontro sexual do casal, a ponto de, nesse sentido, podermos confirmar que o sexo conjugal, antes do romantismo, era desprovido de erotização, não se colocando na função de cumprir com desejos e anseios individuais de satisfação sexual.

Podemos ainda afirmar que desejo e consentimento remetem aos conceitos liberais de indivíduo e de direitos individuais, os quais, por sua vez, permitiram articular as pautas de direitos sexuais, impondo seus princípios ao reduto da família e do leito conjugal. O liberalismo, com seus ideais de autonomia dos sujeitos, compõe o cenário histórico no qual ascendem o desejo e o arbítrio no sexo conjugal. O estranhamento/questionamento da coerção sexual na dimensão do relacionamento afetivo nada mais é que o conflito entre/a conjugação de dois sujeitos de direito, um que passa a ter o direito, a querer e a demandar o seu desejo, outro que passa a ter o direito e a se recusar conforme a ausência de daquele. Em se tratando de relações heterossexuais é necessário retomar que as mulheres foram reconhecidas como sujeitos de direitos posteriormente aos homens; portanto, só muito recentemente é que o par conjugal passou a ser composto por dois sujeitos, assim existindo a necessidade de negociar posturas e práticas entre dois, tendo a mulher também o estatuto de indivíduo que pode ter arbítrio sobre seu desejo e seu corpo.

Há de se considerar que o par conjugal se constitui sobre sedimentos de milênios de distribuição de poder segundo o gênero dando relevância a certos aspectos da subordinação sexual feminina reiterada pelo romantismo com novas roupagens, assim como tantas outras ideologias e produções culturais, todos papéis de gênero que atribuem atividade ao homem, passividade à mulher. Quando a cultura se transforma e passa a admitir o desejo e o erotismo no sexo conjugal, não é difícil constatar que o homem cumpria o papel do *ser desejante* e a mulher do *ser desejado*, cuja satisfação sexual completa estava condicionada à contemplação dos desejos do homem. Assim, o sexo se coloca no cenário relacional fixando o masculino no lugar de sujeito ativo da busca, da persistência, da atuação; e o feminino ocupando o lugar de objeto passivo que resiste ou cede às investidas. Os papéis tradicionais de gênero são apontados pela literatura como um dos maiores encobridores e reprodutores/perpetuadores das violências sexuais conjugais.

O foco da investigação deste estudo se deu sobre quais rupturas e quais continuidades na esfera das relações conjugais/afetivas produziram o questionamento desses papéis tradicionais de gênero na sexualidade e destituíram a relação de deveres sexuais (sobretudo os das mulheres em relação aos homens); rupturas que permitiram retroagir a ideia de que o sexo poderia ser reivindicado, requerido e coagido dentro de uma relação à revelia do desejo e consentimento de uma mulher.

Para produzir entendimento sobre as rupturas mencionadas acima, esta tese combina análises teóricas, como as mencionadas nesta introdução, com uma investigação empírica inspirada nos paradigmas da história do presente. Nesse sentido, foram realizadas e analisadas entrevistas com mulheres idosas que viveram suas juventudes durante as décadas de 1960 e 1970. Esse recorte temporal foi escolhido devido à avaliação de que tal período histórico delimita uma importante transição nas formas sociais que regulam e orientam os papéis de gênero na sexualidade. Particularmente, interessa a esta tese como tal transição ocorreu na percepção, na regulação cultural e na apresentação social

da violência contra mulheres, intrinsecamente ligados aos modos de se referir violência sexual no interior das relações com parceiros íntimos.

A hipótese teórica que orientou o recorte temporal do campo empírico (a idade das entrevistadas) se mostrou consistente com os resultados promovidos na interpretação das entrevistas. Interpretação que indicou quando e como se começou a estranhar a coerção sexual conjugal, estranhamento que remonta aos períodos de sublevação pelos direitos das mulheres, principalmente os movimentos feministas dos anos 1960, no qual foram apontadas transformações sociais relevantes para que as mulheres passassem para a posição de sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos.

O núcleo da investigação empírica envolveu a perspectiva de mulheres idosas. O acesso às suas histórias, memórias, percepções e opiniões em torno da coerção sexual conjugal conduziu à reunião de dados relativos à transmissão cultural de ensinamentos e valores referentes à postura feminina diante da sexualidade. As entrevistas permitiram a aproximação do objeto da tese em sua condensação, o núcleo da investigação promoveu nova luz sobre a teoria permitindo a construção do inédito, dialogando com a literatura as experiências efetivas e as interpretações dos sujeitos.

As entrevistadas relataram sobre episódios vividos e lições recebidas na juventude a respeito da sexualidade, abordando em seus relatos o silêncio que submetia o tema, o não-dito e os tabus aos quais o sexo em geral era sujeito, como os do sexo conjugal e da coerção sexual. Bosi, (2003, p. 16) apresenta seu trabalho “sobre a memória e transmissão familiar de valores e comportamentos, sobre a memória política, a memória do trabalho, enfim, sobre a substância social da memória”. Nos colocamos aqui no mesmo intento, de olhar para a substância social da memória que se decanta e cristaliza na narrativa de cada uma das mulheres entrevistadas e nos seus testemunhos e percepções acerca das mudanças sociais das últimas seis décadas no tratamento da questão da coerção sexual nas relações conjugais.

Bosi nos diz que “(...) quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que pode se amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época!” (BOSI, 2013, p.16). A autora sujeita à apreensão completa desta narrativa, portanto, à atenção do pesquisador às tensões e nuances implícitas nos discursos, bem como aos subentendidos, não-ditos, silêncios, às insinuações sucedidas por sentimentos como vergonha e medo. Fui essa feliz testemunha das vozes de algumas mulheres idosas que compartilharam sua sensibilidade e percepção acerca da violência sexual conjugal, contaram o que viram, viveram e pensaram nos últimos 60 anos, alcançando até mesmo memórias do que lhes foi dito na infância quanto às normas de conjugalidade.

Como apontado por Queiroz (1988, p. 26) as narrativas, “uma vez que se colocam justamente no ponto de interseção das relações entre o que é exterior ao indivíduo e ao que ele traz em seu íntimo”, constituem material valioso para intensificar o estudo das questões sociais e subjetivas nas ciências humanas. A esse respeito, Lacan (1988) nos mune do termo forjado por ele para marcar a indissociabilidade que há entre o exterior e o íntimo, dizendo que o sujeito é um *êxtimo*, neologismo que rompe com as demarcações que separam as questões individuais das coletivas, as privadas das públicas. Assim, exterior e íntimo não estão posicionados um para dentro e outro para fora, ambos estão entremeados em uma relação contínua entre as singularidades subjetivas e as formações sociais. Bosi (2013) e Queiroz (1988) apontam que pesquisadores em ciências humanas alheios à tal indissolubilidade, falharão na tarefa de compreender a constituição humana.

Os significantes que permearam a pesquisa em sua extensão, desde a organização do projeto de entrada no doutorado até o presente momento, dizem respeito ao que é revelado e apagado no bojo da Violência Sexual por Parceiro Íntimo, quando a sua invisibilidade entre as diversas outras formas de violência contra mulheres, exposta pela literatura sobre violência e saúde (SCHRAIBER, 2001), provocou essa reflexão. Dessa forma, alguns questionamentos formaram

o eixo constitutivo dessa investigação: a invisibilidade da VSPI, a sua projeção enquanto problema social, a ordem do que é dito e não-dito e o silenciamento imbricado na comunicação do tema. Esses significantes alinhavaram/articularam o texto e organizaram a exposição do pensamento como pares dialéticos operando como básculas, sempre duais, sempre um dentro-fora, sempre isso e seu avesso; seu outro.

1 COMO VER E COMO OUVIR

*As pessoas que se apaixonam
pela técnica
são felizes.*

*Eu tive uma colega, ela
vinha de longe
ela não tinha mãe
a lhe enfiar
sanduíches de atum
com muita maionese
na mochila.*

*Enquanto eu me debatia,
a cara quase
mergulhada na gaveta
da mesa do estúdio,
com interpretações
de quadros renascentistas,
de estátuas gregas,
com a semiótica
dos cartazes alemães
ou tentava dotar
de algum sentido oculto
uma curva no papel,
ela caminhava ereta
e sorridente pela rampa
abraçada à sua régua T.*

(Francesca Agiollilo; livro Etiópia; Meditação Universitária)

O caminho metodológico de uma tese diz mais a respeito de sua filiação epistemológica do que diz dos procedimentos técnicos empregados no processo da pesquisa. As técnicas, e o reconhecimento de suas legitimidades, estão subordinadas ao campo da ciência que governa o estudo. Dessa forma, a exposição do método será, antes de tudo, uma confissão, uma revelação da pesquisadora dizendo para qual matriz de pensamento vai sua aposta, acrescentando algum saber a essa matriz. Como autora, exponho à qual agrupamento científico-político me reúno e aos quais me contraponho no desempenho de meu trabalho. Dadas as correntes de pensamento que guiam, no encontro ou na oposição, este tema, neste capítulo apresento a construção do meu objeto no campo das ciências humanas e sua via de formulação como “problema social” a ser enfrentado.

A metodologia se apresenta, desta maneira, como um caminho, um plano de abordagem, um posicionamento tanto da pesquisadora como do objeto numa área com determinadas referências, extraíndo traços que suscitem o diálogo entre o inédito desta pesquisa com o que já foi construído no contexto das ciências humanas onde ela se aloca. Tal encontro direciona a forma de encarar o objeto abordado, a Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPÍ), que atende por diversos outros nomes, tais como coerção sexual nas relações de intimidade, estupro marital, abuso sexual conjugal, entre outros que serão verificados ao longo da tese.

Na exposição do método, dois diferentes níveis organizam o trabalho científico: 1) o da orientação teórica da pesquisa, designado aqui “localização epistemológica” e dotado, por sua vez, da perspectiva que empenhada desde a concepção do problema até a interpretação do material levantado, conduzindo o estudo até sua conclusão. 2) o nível que se refere à técnica de realização da pesquisa, portanto aos procedimentos particulares que a operacionalizaram, à sucessão de atos, à escolha do universo empírico por idade e gênero, à técnica de entrevista utilizada, à formação das categorias de análise do material levantado (Bosi, 2003, p. 50). Na primeira parte deste capítulo apresento o

primeiro nível, o da perspectiva teórico-epistemológica, e na segunda parte apresento as escolhas dos procedimentos técnicos que foram usadas para o trabalho empírico no campo.

As inclinações teóricas que orientam essa trajetória vêm das diversas regiões das ciências humanas, com a predominância de algumas delas, como o campo da Psicologia Social com sua contribuição sócio-histórica ligada ao marxismo e à produção foucaultiana no que tange a análise e crítica das instituições e o escopo da psicanálise. Tais posicionamentos também concedem a base para a reflexão sobre o enlace entre as formações sociais e os comportamentos íntimos, o caso dos estudos das transformações culturais introduzidos por Flandrin (1988), Ariès (1981) e Vigarello (2000), relação cuja necessidade é reforçada quando se fala de violência e coerção sexual conjugal.

Em face das demandas do objeto, foram adotadas como suporte diversas referências de autoras feministas, referências estas empenhadas em sustentar a sutil passagem epistemológica que se dá entre a produção feminista e a produção das teorias de gênero. Partir desse caráter teórico como contexto se revelou prioritário diante da necessidade de delinear o pensamento que respaldasse a visão das dinâmicas sociais, dinâmicas de subordinação sexual feminina e correlações históricas das relações entre gêneros no sexo, na conjugalidade e na violência.

Na abordagem escolhida para o manejo do tema, quando muitos trabalhos concernentes ao tema violência conjugal e saúde ressaltam a sua invisibilidade, busquei entender o que é manifesto sobre a VSPI na história recente através de uma revisão de literatura direcionada na busca do termo. Também foi realizada uma revisão bibliográfica mais ampla compreendendo o tema da violência em suas correlações com a saúde, problema presente na história da conjugalidade, do estupro, e nas pautas feministas tributárias dessas discussões nas últimas décadas, por sua vez, apresentadas nos capítulos dois e três.

As temáticas da violência contra mulheres e da VSPI se encontram atualmente em grande diálogo com as políticas públicas, com a saúde pública e com questões legais. O que a literatura aponta sobre esse tema é seu tratamento multidisciplinar, tramitando essencialmente no eixo médico-jurídico, mas em franca expansão para toda a capilaridade das abordagens imbricadas nas ciências humanas. Para se empreender o estudo de um objeto presente em variados campos, sem limitá-lo à disciplinas ou especialidades, é preciso se lançar no desafio de trabalhar com uma metodologia que, portadora de uma abrangência teórica, permita a interação da multiplicidade, algo vislumbrado neste trabalho.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, circunstanciada na área das ciências humanas e pautada nos estudos de gênero, elegendo, portanto, a História do presente colocado pela abordagem da Nova História com sua característica híbrida, multidisciplinar e não linear como aliada deste estudo (Burke, 2002). As produções da psicologia social e da psicanálise se mostram relevantes para pensar a dinâmica das mentalidades, da memória, do relato oral captado nas entrevistas, e se revelam componentes da nova concepção da disciplina História, reedificada nos anos de 1950 (ARIÈS, 2011). A psicologia, a psicanálise e a história se entrelaçam nos meados do século XX, levantando a subjetividade como um dos elementos presentes nas transformações sociais, históricas e culturais. Dessa maneira, a constituição da VSPI como um problema social, sua visibilidade e seu reconhecimento como tal serão tratados aqui a partir dos múltiplos referenciais expostos acima. Os conceitos que estruturam o modo de apreender a VSPI somados aos referenciais em torno dos quais a tese se organiza, portanto, são os da história, do olhar sociológico, da psicologia social e da psicanálise. A partir destes antecedentes que se define o ponto de vista do qual se observa a VSPI, situando esse objeto no campo teórico das ciências humanas.

1.1 LOCALIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

1.1.1 O objeto das ciências humanas

Em seu livro “As palavras e as coisas” Foucault (2007a) se propõe encontrar as matrizes e o cenário a partir dos quais foi possível se organizarem as teorias e os conhecimentos das ciências humanas. Trazendo à luz o campo epistemológico este estudo descortina o estatuto do objeto das ciências humanas e indica suas especificidades. O que nos interessa para o escopo desta tese é precisamente a construção deste campo do saber que hoje atende por ciências humanas e que emergiu num determinado momento da história do pensamento: “(...) aquele que no início do século XIX, que marca o limiar da nossa modernidade” (FOUCAULT, 2007a, p. 19).

A “nossa modernidade” é uma baliza histórica que diz de qual sociedade estamos falando: esta cujas formas são impostas no início do século XIX e nos atravessam até os dias atuais. Embora Foucault (2007a) não dê uma definição histórica precisa a respeito do que ele chama de “nossa modernidade”, consideramos aqui, para efeito de referência, que a “nossa modernidade” é o período histórico nomeado “contemporâneo”, que tem como marco inicial a revolução francesa (1789). Foucault (2007a) contextualiza essa cultura designada por “nossa modernidade” como inteiramente permeada pelos valores do cristianismo, pela iminência de uma urbanização crescente, e revolucionada pelos recursos da medicina científica, principalmente no que se remetia à taxa de mortalidade infantil. A cultura em questão se remodela com a diminuição da taxa de natalidade e recebe, também do campo médico, recursos para evitar a concepção, separando assim, de uma nova maneira, sexo e reprodução. Essa é a mesma cultura em que o casamento combinado pelas famílias se transforma no casamento escolhido pelos indivíduos, e que a tradição do casamento vitalício

negocia seus valores com a possibilidade do divórcio; cultura e momento na história do ocidente em que a sexualidade se converte em um dos elementos das identidades e formas de realização pessoal de um sujeito.

Em meio a estes últimos dois séculos nos quais o sexo passou a ser pensado como uma questão imanente aos indivíduos, visto então como sexualidade, como uma propriedade de um sujeito, um dos atributos do seu ser, as escolhas sexuais passaram a ser um desdobramento do arbítrio. A partir desta conversão a figura jurídica do estupro assumiu uma feição mais complexa, levantando nuances como o consentimento, reincidentes no tratamento dos casos de violências sexuais. É nesse contexto que, muito recentemente, se passa a pensar em coerção sexual sem indícios de violência física (VIGARELLO, 2000), na mesma medida em que também despontou a necessidade de se projetar os parâmetros do que é possível ser nomeado e reconhecido como violência sexual fixando novos códigos.

Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais há de se encontrar. (FOUCAULT, 2007a, p. 16)

Esses códigos fundamentais de uma cultura, que regem seus esquemas perceptivos e determinam o que se organiza enquanto um saber e uma ciência cumprem função norteadora e se mostram imprescindíveis na descrição do que se identifica hoje como Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPI), sendo assim, a primeira preocupação dessa tese é a localização histórico-epistemológica que permite ao campo das ciências humanas trabalhar a questão da coerção sexual com os novos códigos que se aplicam aos comportamentos, entendendo a sexualidade e a violência conjugais nos parâmetros do que é apresentado hoje como problema social da VSPI.

Entre o nosso olhar contemporâneo sobre a VSPI e a reflexão sobre a posição desse problema na ordem do saber e da cultura, a questão descortinada,

tanto na formulação de um saber quanto na história de um problema social, é que:

(...) toda esta quase-continuidade ao nível das ideias e dos temas não passa, certamente, de um efeito de superfície; no nível arqueológico, vê-se que o sistema das positividades mudou de maneira maciça na curva dos séculos XVIII e XIX. Não que a razão tenha feito progressos; mas o modo de ser das coisas e da ordem que distribuindo-as, oferece-as ao saber, é que foi profundamente alterado. (FOUCAULT, 2007a, p. 17)

Assim, a ideia de uma história contínua, de uma evolução cronológica e até mesmo a de progresso poderia nos levar a supor que a violência sexual no âmbito conjugal sempre existiu e não era vista. De outra maneira poderíamos supor, equivocadamente, que no passado a violência era de maiores proporções e igualmente ofuscada, a ponto de não ser formulada como um problema social e muito menos ser alvo de recusa. “Assim, em toda cultura, entre o uso do que se poderia chamar os códigos ordenados e as reflexões sobre a ordem, há a experiência nua da ordem e de seus modos de ser” (FOUCAULT, 2007a, p. 19). São estes os modos em que a questão da violência sexual conjugal se manifesta nos meios da saúde, nas práticas de cuidado e assistência, e meio jurídico:

(...) os modos de ser da ordem, pode apresentar-se como a mais fundamental: anterior às palavras, às percepções e aos gestos, incumbidos de traduzi-lo com maior ou menos exatidão ou sucesso, mais sólida, mais arcaica, menos duvidosa, sempre mais verdadeira que as teorias que lhe tentam dar uma forma explícita, uma explicação exaustiva, ou um fundamento filosófico. (FOUCAULT, 2007a, p. 17)

Vale lembrar que as ciências humanas não receberam uma determinada relevância já concedida às ciências exatas ou naturais. Não havendo, logo, um peso preciso a elas remetido, as ciências humanas elaboraram seus próprios conceitos científicos e métodos com seu surgimento no campo epistemológico do saber posto na modernidade, de modo que “o século XVII não lhes transmitiu, sob o nome de homem ou de natureza humana, um espaço circunscrito anteriormente, mas ainda vazio, que elas tivessem em seguida, a tarefa de cobrir

e analisar.” (FOUCAULT, 2007a, p. 476) Daí que as ciências humanas buscam seus próprios fundamentos para tratar a ordem do social, sem terem recebido de herança um lugar no saber como o atribuído às ditas “ciências naturais”. Assim, as ciências humanas sempre estão construindo, justificando e reforçando a legitimidade de seus próprios métodos (FOUCAULT, 2007a, p. 477), o que lhes confere uma “irredutível precariedade” quanto à localização delas no domínio epistemológico. Tal movimento as confere uma feição de “perigosas e em perigo” por representarem para os demais saberes uma posição crítica e, assim, como um saber contaminado por subjetividades, “carregado de impurezas”, instável, contingente e impreciso. (FOUCAULT, 2007a, p. 480)

Na verdade, porém essa postura mesma as condena a uma instabilidade essencial. O que explica a dificuldade das ciências humanas, sua precariedade, sua incerteza como ciências, sua perigosa familiaridade com a filosofia, seu apoio mal definido sobre outros domínios do saber, seu caráter sempre secundário e derivado, como também sua pretensão ao universal, não é, como frequentemente se diz, a extrema densidade de seu objeto; não é o estatuto metafísico ou a indestrutível transcendência desse homem que elas falam, mas, antes, a complexidade da configuração epistemológica em que se acham colocadas. (FOUCAULT, 2007a, p. 481)

Dessa forma, o que é chamado reiteradamente de visão multidisciplinar ou interdisciplinar, qualquer que seja o diálogo entre disciplinas dentro das ciências humanas, reflete, na verdade, a condição epistemológica fundamental de qualquer objeto que seja apreendido dentro deste campo.

É assim que todas as ciências humanas se entrecruzam e podem sempre interpretar-se umas às outras, que suas fronteiras se apagam. Que as disciplinas intermediárias e mistas se multiplicam indefinidamente, que seu objeto próprio acaba mesmo por dissolver-se (FOUCAULT, 2007a, p. 496)

Ainda segundo Foucault (2007a), o que caracteriza o objeto das ciências humanas é a “possibilidade de reduplicação”, como um espelhamento tendo um certo “espaço de recuo” em relação a si mesmo, as ciências humanas se voltam à

si próprias bem como seu próprio objeto se investiga, formando assim uma distanciamento, “como espaço de recuo dado às ciências humanas em relação àquilo mesmo de onde elas vêm” (FOUCAULT, 2007a, p. 491), o que reafirma a sua configuração singular no campo epistemológico. Esta posição “meta-epistemológica” em que se encontram dão as características de relatividade e visão em perspectivas das ciências humanas com a “invencível impressão de fluidez, de inexatidão, de imprecisão que deixam quase todas as ciências humanas”. (FOUCAULT, 2007a, p. 491)

Como um objeto sociológico amplamente inserido nas reflexões das ciências humanas, a VSPI é colocada aqui como um elemento de complexa definição sobre o qual, uma vez consideradas sua imprecisão e fluidez, pode ser esboçado algum saber. A definição epistemológica da tese, nesse sentido, aborda oposições e dialéticas ao introduzir a VSPI, evitando sua redução a uma formulação categórica. Os dados da fluidez e imprecisão mencionados por Foucault (2007a) são o que convoca o pesquisador, quando este depara com problemas amplamente imiscuídos nas referências das ciências humanas, a se localizar no movimento da crítica.

1.1.2 O Método marxista

Há de se considerar a grande contribuição de Marx para as redefinições do método de investigação da história e do que se configurou como ciência humanas e sociais ao longo do século XX. Segundo Marx (2008), a forma social mais recente é que nos dá a chave de compreensão das formas anteriores. Posto isso, a contribuição conferida por Marx ao método de investigação histórico é amplamente adotada pela nova história e pelo campo da história do presente, as quais rompem com as cronologias da história política e de guerras (ARIÈS, 2011).

As formas anteriores não podem ser compreendidas segundo uma evolução ou um desenvolvimento histórico linear e teleológico, causal e cronológico, que se transmutaram até chegar no que hoje se testemunha. É a forma atual, do presente, que nos faz entender o passado. Não ignorando o momento histórico das outras formas e nem atribuindo ao modelo da forma social atual o papel de ser explicativo das formas sociais do passado, anacronicamente. Ou seja, não buscamos um correspondente histórico para o que é determinado hoje como VSPI, mas outras formas de se entender o que existia como sexo no casamento, sua obrigatoriedade na figura do débito conjugal e as formas reconhecidas de estupro e violência sexual.

A chamada evolução histórica repousa em geral sobre o fato de que a última forma considera as formas passadas como graus que conduzem a ela, sendo capaz de criticar a si mesma alguma vez, e somente em condições muito determinadas (MARX, 2008, p. 265).

Marx (2008) ainda nos alerta para o fato de que, um objeto concreto que se apresenta na realidade social é a “síntese de muitas determinações”, determinações estas que podem ser entendidas como categorias da diversidade empírica do objeto, como no caso da VSPI em comparação com as expressões historicamente anteriores da dinâmica sexual conjugal. Portanto, uma pesquisa sobre a formulação da VSPI como um problema social, neste método de investigação proposto por Marx, se inicia na recuperação das determinações que a compõem enquanto fenômeno social. São elevadas, portanto, as categorias, que podem ser utilizadas como recursos de análise para o processo histórico que dá forma à VSPI na atualidade – despidas do anacronismo de falar da VSPI, sem as devidas mediações, antes da ocorrência do reconhecimento social que postula o termo.

O concreto é concreto, porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008, p. 258).

A designação da Violência Sexual por Parceiro Íntimo como um problema social da atualidade é a síntese de muitas determinações relativas à sociedade contemporânea. Para enumerá-las, a atenção dada à violência sexual geral, as mudanças a respeito da conjugalidade e da família, as pautas de liberdade sexual, de direitos individuais e direitos de arbítrio sobre o próprio corpo, a própria noção de corpo e autonomia, as noções de abuso e consentimento, as pautas de direitos sexuais e reprodutivos. A VSPI é hoje a unificação dessa variedade uma vez assumida como um problema social, mesmo que apenas por uma parcela da ciência e da cultura, expressando a confluência de diversas determinações sociais da história recente.

A dimensão atual da questão nos conduz ao passado com a seguinte pergunta: antes disso ser nomeado, como o era? Uma pluralidade semântica é descortinada no presente, estupro marital, coerção sexual entre parceiros, abuso sexual no namoro, violência sexual no casal, etc. Contudo, indo mais além, a linha semântica se esfacela/esgarça/dissipa. É aí que o eixo sincrônico se exaure na busca de suas similaridades e coincidências, nos levando a olhar com as lentes atuais os elementos que cremos serem autônomos no passado, porém condicionados/submetidos ao que vemos hoje como problema; são eles as normas culturais do débito conjugal.

Procedimentalmente, como proposto por Marx (2008), tomamos como primeiro elemento as formas gerais abstratas que pertencem a todas as formas de sociedade. Como primeiros elementos, no nosso caso, tomamos como denominador comum que em todos os tempos e sociedades existiram regras de aproximação e distância sexual de um casal; com frequência, período de prática sexual, tipo de prática permitida, tipo de prática vetada. Como segundo elemento tomamos as categorias que constituem a organização interior da sociedade atual quanto a sexualidade, sendo estas: liberdade sexual por arbítrio e consciência; os fatores da coerção e do consentimento; e a reconfiguração do reconhecimento da violência para além de lesões físicas. Como terceiro elemento, ainda persistente no nosso tempo, tomamos a naturalização da violência e conseqüentemente, as

lacunas de compreensão do arbítrio e do consentimento ao se pensar a VSPI. Como quarto elemento, as trocas e o quesito relacional, a individualização e o foco na relação do casal para entender a VSPI. Como quinto elemento a desigualdade de poder segundo o gênero, correlacionado diretamente à subordinação sexual feminina e à reprodução das opressões na VSPI.

1.1.3 O problema social e o problema de pesquisa

Um problema social é uma forma localizada cronologicamente de se definir um evento específico, resultante da convergência de vários fenômenos sociais. Já as problemáticas de uma pesquisa sociológica requerem a compreensão do fundamento que realça, legitima e reconhece fenômenos como problemas sociais em determinadas regiões e períodos (LENOIR, 1996). Desta maneira, defino o problema da tese como a trajetória de formação de um problema social e sua visibilidade atual. Esta relativa sobreposição entre um problema social e um problema de pesquisa é levantada quando inicialmente ela se mostra nebulosa e complexa e, no desenvolvimento da pesquisa, se revela fluida. As respostas afirmativas quanto à consolidação desse objeto no campo das ciências foram construídas levando em conta a imprecisão das definições e mensurações da VSPI, sendo isso um propósito para se perguntar sobre o seu lugar na cultura enquanto problema e na ciência enquanto objeto de pesquisa.

A zona de recuo e reflexão meta-epistemológica sobre o problema, característica fundamental das ciências humanas como colocado por Foucault, (2007a) se apresentam nesta investigação da seguinte forma: nos perguntamos como é possível hoje nos perguntarmos a respeito da VSPI? Em outras palavras, empenhamos a investigação sociológica na pesquisa da constituição de um problema social, sua invisibilidade e visibilidade enquanto problema, sua

afirmação enquanto objeto para a ciência, sua identificação e institucionalização enquanto problema social a ponto de passar a compor o repertório coletivo.

LENOIR, (1996) nos indica que a construção do objeto de pesquisa quando esta investiga um problema de cunho sociológico se distingue da forma de reconhecimento de um problema social: “O que é constituído como ‘problemas sociais’ varia segundo as épocas e as regiões e pode desaparecer como tal, precisamente no momento em que subsistem os fenômenos designados por eles” (LENOIR, 1996, p. 64). É este o caso da VSPI, que hoje se apresenta como um problema social mas que poucas décadas atrás (em alguns grupos ainda hoje) socialmente era vista como parte do cotidiano da vida conjugal, inserida na ordem da norma do débito conjugal compulsório, portanto irreconhecível como uma forma de violência que caracterizasse um problema individual ou social. Ao contrário, coerção sexual dentro do casamento era naturalizada e legitimada, vista como parte do direito de um cônjuge, direito este de exigir do outro a prestação do débito conjugal. Assim, a determinação da VSPI como um problema social está circunscrita a determinados grupos, regiões e ao período recente da história das últimas décadas que deram visibilidade à essa faceta das violências conjugais, a projetando publicamente como “problema social”.

Esta tese trata da emergência de um problema social. Sob essa condição, não são as implicações do problema social no âmbito da saúde e do adoecimento que se fazem presentes nesta investigação, mas o momento que a VSPI passa a existir enquanto questão relevante e repercutida na sociedade, se impondo como questão a ser enfrentada, pensada, e respondida pelos saberes da saúde, pelo campo médico científico, pelos profissionais da saúde e pelos aparelhos do sistema de saúde. Nas palavras de Lenoir o estudo sociológico da emergência de um problema social:

é um dos melhores reveladores desse trabalho de ‘construção social da realidade” nesse tipo de trabalho a tarefa do pesquisador consiste “em analisar o processo pelo qual se constrói e se institucionaliza o que, em determinado momento do tempo, é constituído como tal. (LENOIR, 1996, p. 73)

Importante ressaltar que a visão histórica e sociológica em que adotamos a VSPI como um problema social não resulta do inédito crescimento de casos de violência sexual nas relações conjugais, nem no recrudescimento das violências e de sua gravidade, mas de uma mudança nas formas de percepção da violência que transforma situações antes encaradas como prestação do débito conjugal em coerções e violações. (LENOIR, 1996, p. 80) As mudanças de percepção acerca do que é ou não violento, do que é ou não tolerável, junto a outras transformações sociais que converteram a realização sexual individual como um dos requisitos do casamento, devem ser levadas em consideração ao pensar a formulação da VSPI como um problema social revelado no presente. Paralelos entre o imaginário em torno do casamento nas gerações passadas e o que se espera de um casamento hoje em dia também devem ser considerados junto às transformações sociais ligadas à sexualidade conjugal.

A lógica de construção de um problema social se inicia com o reconhecimento de determinada questão como tal, seguida de sua legitimação. Neste processo, a nomeação do problema e o incentivo de sua distinção são movimentos distintos porém associados. Em seguida, ocorre a repercussão maior do problema no que se refere à sua institucionalização, esfera em que a questão encontra uma forma de ser elaborada mediante estruturas sociais já existentes. Nesse contexto de busca de reconhecimento, legitimação e institucionalização as mídias operam com seu papel de alcançar a opinião pública, enquanto a etapa da institucionalização conta com profissionais especialistas e seus respectivos meios interventores (como jurídicos, da saúde, etc) para reagir e organizar políticas públicas de enfrentamento.

A convenção da VSPI como um problema social descortina a situação particular da coerção sexual nas relações de intimidade tornando-a “digna de atenção”, e direciona os olhares da ciência, da ação política, da mídia e da sociedade à essa questão. Assim, os grupos passam a produzir novas categorias para descrever as relações sociais e as formas de violência nelas implicadas. Essas novas categorias organizam a percepção, produzem um olhar, abrem uma

nova escuta e produzem recursos de ação e intervenção na dimensão social. O reconhecimento de um problema social, portanto, suscita o olhar e a percepção de situações específicas abrindo as possibilidades de intervenção no que foi definido como problema social a ser enfrentado. Esse é o primeiro momento, do reconhecimento, da visibilidade, da nomeação de algo como problema social. (LENOIR, 1996, p. 84)

A segunda etapa constitui a legitimação do problema social, momento que contempla impulsos de “enunciação e formulação públicas” numa “operação de mobilização” para inserir o problema na esfera coletiva de forma objetiva. Não se trata apenas da simples assimilação da etapa anterior, mas da promoção de um “trabalho específico de enunciação” que caracteriza esse movimento de busca de legitimidade e atenção organizada responsáveis pela próxima etapa de institucionalização (LENOIR, 1996, p. 84)

A terceira etapa, a da institucionalização do problema social, estabelece a ação e produção de critérios juridicamente construídos e a operação de diferentes instituições do sistema médico, do sistema de proteção e assistência social, do sistema de segurança pública. (LENOIR, 1996, p. 64) Os discursos de caráter técnico e científico incidem sobre a VSPI, assim, como definições e decisões apropriadas de caráter objetivo e interventivo. (LENOIR, 1996, p. 98)

No caso da violência sexual, os primeiros discursos que dão visibilidade e contorno ao problema social provém do campo jurídico, cabendo ao campo médico, inicialmente, a perícia das marcas físicas que atestem a violência ou a ausência de marcas que contestem a queixa. As “definições institucionais” (LENOIR, 1996) sobre violência de gênero, contudo, em muitos momentos dificultam o reconhecimento da complexa e plural organização social que gera tal problema. Com efeito, a criação da VSPI como “categoria de intervenção política é parte deste trabalho de reconhecimento, unificação e oficialização, em suma, de normalização que, em grande parte, define a ação estatal” (LENOIR, 1996, p. 90)

Aliado aos movimentos de reconhecimento, legitimação e institucionalização da VSPI se faz esse trabalho, sociológico, de estudo crítico da VSPI enquanto problema social, acrescentando a contribuição científica ao processo de elaboração da questão como tal e convocando o questionamento referente às circunstâncias desse reconhecimento, seguido da busca de legitimação e da análise do tratamento institucional direcionado à questão, no que diz respeito ao que já foi feito neste meio e ao que ainda precisa ser aplicado.

As etapas elencadas não são propriamente sequenciais ou dependentes, ou seja, mesmo alcançando determinada institucionalização a VSPI não apresenta reconhecimento ou legitimidade em certos grupos sociais, na mesma medida em que pode ser legitimada enquanto problema social mas não atingir as vias de institucionalização. Os movimentos de reconhecimento, legitimação e institucionalização, ainda assim, ocorrem de maneira concomitante na complexidade das relações sociais, a ponto de mesmo em serviços criados para lidar com casos de violência conjugal, como os de segurança pública, assistência social ou assistência em saúde, haver dificuldades de distinção do problema pelo qual são responsáveis institucionalmente de receber e encaminhar soluções.

É no contexto dessas reflexões e análises sociológicas que localizamos o objeto da Violência Sexual por Parceiro Íntimo, bem como sua emergência na sociedade, na produção científica e no campo da saúde.

1.1.4 A História do presente

Foucault (2007a) coloca que “Uma vez que o ser humano se tornou, de ponta a ponta, histórico, nenhum dos conteúdos analisados pelas ciências humanas pode ficar estável em si mesmo nem escapar ao movimento da História” (FOUCAULT, 2007a, p.513), o que é justificado com o fato de que “as formas assumidas sucessivamente pelas ciências humanas, a escolha que elas fazem de seu objeto, os métodos que lhes aplicam, são dados pela História.” O

movimento de reconciliação com a história é a forma de empenhar a “perpétua relação crítica que se exerce entre a história e as ciências humanas. (FOUCAULT, 2007a, p. 516)”

A História forma, pois, para as ciências humanas, uma esfera de acolhimento ao mesmo tempo privilegiada e perigosa. A cada ciência do homem ela dá um fundo básico que a estabelece, lhe fixa um solo e como que uma pátria: ela determina a área cultural - o episódio cronológico, a inserção geográfica - em que se pode reconhecer, para este saber, sua validade; cerca-as, porém, com uma fronteira que as limita e, logo de início, arruína sua pretensão de valerm no elemento da universalidade. De sorte que o homem jamais aparece na sua positividade sem que esteja logo limitada pelo ilimitado da História. (FOUCAULT, 2007a, p. 514)

A história do tempo presente é um nicho de estudos encarregado das rupturas e as permanências que compõem as questões sociais atuais. Este está articulado à retomada da história oral como fonte de informação nas ciências humanas e, portanto, às políticas de valorização da memória, do testemunho e do relato pessoal em torno de evento histórico. O crescimento de demandas sociais por políticas públicas de reparação ou de proteção a minorias exigiu a compreensão dos processos históricos em curso, com a história do presente podendo ser pensada como uma transformação no campo da história ao deslocar a atenção e os estudos do passado para o presente, através de problemáticas que partem da atualidade.

Os historiadores que de maneira geral trabalhavam com uma história de períodos recuados, ou mesmo quando tinham como objeto o que se costumava definir como história contemporânea, não encaravam uma reflexão sobre o que significava abandonar a premissa da relevância “da visão retrospectiva” para se engajarem na produção de uma historiografia pautada em outros referenciais. Na realidade, cada vez mais se praticava uma história recente, mas não se produziam reflexões sobre esse fazer. A urgência e a necessidade da história oral de se legitimar nos espaços acadêmicos iriam forçar um investimento em trabalhos de caráter teórico e metodológico. Foi para atender a essa demanda que as discussões relativas à memória e à noção de história do tempo

presente emergiram ligadas ao campo da história oral. (FERREIRA, 2018, p. 91)

Segundo o método da história do presente, o problema de pesquisa parte de uma questão da atualidade para investigar a trajetória inerente ao problema, bem como a sobreposição de camadas cronológicas envolvidas nele, quanto aos vestígios do passado e às rupturas com ele, as quais tornam a questão atual investigada um problema do presente. Nessa metodologia, a escuta dos sujeitos e seus relatos constituem fontes que depõem sobre a espessura do tempo presente, quanto às continuidades e ao que se extrai da experiência de um sujeito no curso do tempo e na vivência de alguns eventos.

Os fios que compõe o presente, a tessitura que compõe um determinado problema social, são previstos pela história do presente que recorre ao passado em sua conexão íntima com o hoje. Esta orientação se opõe à metodologia antiga da história que se debruçava sobre o passado somente após sua conclusão, quando já não se transmutava no presente, permitindo ao historiador um olhar que pendia para o neutro. A história do presente, busca, com isso, provocar a ambição de neutralidade ao lembrar que o investigador é dotado de lentes produzidas pelo seu próprio tempo, e que o distanciamento temporal não é sinônimo de neutralidade em relação aos eventos pretéritos.

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, põe em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer, de forma inequívoca, que o passado é construído segundo as necessidades do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado. (FERREIRA, 2018, p. 85)

É isso que vislumbramos ao mirarmos as questões relativas à VSPI, descortinada por entrevistas, nos apoiando sobre as perspectivas da história do presente e das ciências humanas que recentemente inseriram na ciência a reafirmação do relato oral (QUEIROZ, 1988, p. 18). A autora ainda reitera que a história oral, como técnica específica de pesquisa, não teve sua reinserção no

Brasil nem pela sociologia, nem pela antropologia, nem pela história, mas sim pela psicologia social, com o objetivo de iluminar as questões da memória enquanto atributo puramente humano, absolutamente intrínseco à vida social e por esta alimentada. Nesse contexto, o trabalho de Ecléa Bosi (2013) se coloca no cenário nacional compondo a nova configuração epistemológica de revalorização do relato oral.

Ouvindo depoimentos orais constatamos que o sujeito mnêmico não lembra uma ou outra imagem. Ele evoca, dá voz, faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca ele está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência. A narrativa oral ignora a sedimentação do discurso escrito. O sujeito se sente crescer junto com a expressão dessa intuição. Enquanto a percepção é a interseção do corpo com o mundo, a memória é a conservação e atualização que o espírito faz de si mesmo. (BOSI, 2013, p. 44)

No mesmo sentido, Ferreira (2018, p. 92) expõe que a história oral passou a operar como um “laboratório de reflexão epistemológica” ao contemplar os testemunhos vivos colaboradores nas reflexões da história do tempo presente. A revalorização da história oral, por sua vez, é tributária de um movimento anterior que desencadeou em meio ao pós-segunda guerra na literatura do testemunho. Esta se eleva como gênero literário trazendo os relatos biográficos dos que passaram pela experiência da segunda guerra mundial e se empenharam na tarefa de escrever e publicar o que viram, o que sofreram, o que testemunharam. Uma das vozes mais proeminentes ecoadas é a de Primo Levi (1988), autor que nos conta sobre o impulso que lhe fez narrar os fatos pelos quais passou:

Se não de fato, pelo menos como intenção e concepção, o livro já nasceu nos dias do Campo. A necessidade de contar aos ‘outros’, de tronar os ‘outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até a ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer a essa necessidade em primeiro lugar, portanto com a finalidade de satisfação interior. (LEVI, 1988, p. 8)

Em direção semelhante Maria da Penha Maia (2012) escreveu seu livro cujo título veicula o propósito de testemunho; em “Sobrevivi... posso contar”, Maria da Penha narra seu emblemático caso de violência conjugal e declara na apresentação

Este livro proporciona muito mais do que a história de violência contra uma mulher. Revela no singular o caráter plural e sistemático de um fenômeno social, político, cultural e ideológico que afeta de forma grave e desproporcional muitas e muitas mulheres no Brasil e por aí afora, pelo simples fato de serem mulheres. Representa a complexidade das dinâmicas das relações de gênero. (MAIA, 2012, p. 10)

Na reflexão em volta do sofrimento associado à violência, Sarti (2011) se questiona sobre a construção histórica da pessoa como vítima e do papel do testemunho como forma de legitimação moral das demandas sociais de reparação. “Dentro da problemática do sofrimento associado à violência, a construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade.” (SARTI, 2011, p. 54). Nessa perspectiva que a história do presente desperta a reflexão sobre o testemunho e as narrativas da história oral como fontes para pensar os problemas sociais postos na atualidade e sua correlação com as permanências do passado. Flandrin (1981) afirma ser essencial que saibamos distinguir “no fundo do passado uma matéria própria para alimentar a reflexão sobre os problemas do presente, aprofundar o campo e refluir os laços que nos estrangulam” (FLANDRIN, 1981, p.7). Assim, conjugada à história oral está a perspectiva de evocar memórias e testemunhos vivos do que se viu e viveu no passado, sendo sob ela que aqui buscamos trabalhar as percepções das violências sexuais incitadas por parceiros íntimos, na experiência e na sensibilidade das entrevistadas.

1.1.5 A pergunta os pressupostos de trabalho e a direção do olhar

A inquietação que impele esta pesquisa é a compreensão das mudanças culturais ocorridas para hoje estar estabelecido como problema social a coerção e a violência sexual nas relações íntimas, de namoro, de coabitação ou de casamento. Posto isso, lançamos a pergunta: Como o sexo forçado no âmbito das relações conjugais deixa de ser visto como parte dos deveres conjugais e se constitui enquanto “Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPI)”?

O objetivo desta tese, no que se refere à VSPI não é, portanto definir ou fixar quais tipos de atos passam a ser reconhecidos como violência, mas descrever o processo através do qual determinados comportamentos sexuais dos indivíduos com seus pares passam a ser reconhecidos e designados socialmente como violência (LENOIR, 1996, p. 71). O objetivo geral da pesquisa é compreender o processo social e individual de nomeação e reconhecimento do sexo forçado no âmbito das relações conjugais, abordando as mudanças sociais e culturais das últimas seis décadas. Assim, é proposto enquanto problema de investigação a dimensão do reconhecimento do sexo forçado no âmbito de relações conjugais. Em outras palavras, pressupomos atualmente que o sexo forçado ocorrido no âmbito de uma relação conjugal é entendido como abuso ou violência, enquanto há aproximadamente meio século não havia a disponibilidade de referências sociais para ser visto desta forma. Esse reconhecimento e nomeação são, conseqüentemente, resultados de um processo social. Logo, partimos do princípio de que houve uma mudança de sensibilidade social para a percepção da violência contra mulheres nas últimas décadas, no Brasil sobretudo, após a constituição da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

As mudanças que pouco a pouco se operaram nas últimas décadas, que adquirem volume no tempo presente e que carregam uma história relevante para a nossa modernidade, assim como os movimentos sociais produzidos no último século a respeito da conjugalidade e da sexualidade, atravessam o objeto dessa

tese. Não há aqui a pretensão de traçar os limites da VSPI e nem a de delimitar suas fronteiras inferindo, na miríade dos comportamentos, arestas entre consentimento e coerção. Não existe tão pouco qualquer interesse em comparar e medir a ascensão dos números, das denúncias, dos casos, a notificação ou subnotificação, muito menos pensar algo que mensure o grau de gravidade de cada episódio de sexo indesejado, coagido ou violento. Tão pouco faz parte do escopo dessa tese acertar a eficiência das propostas de enfrentamento ao problema social da VSPI, assim como não integrou a pesquisa o levantamento de as políticas públicas que tocaram a problemática da VSPI e das violências de gênero no Brasil nos últimos anos; todas essas perspectivas, sim, tangenciam o objeto que se elaborou aqui, mas não caracterizam o objetivo nem a direção do olhar da tese.

Foi vislumbrada a compreensão do processo histórico de transformação da sexualidade conjugal que introduziu novos parâmetros na atualidade a respeito do que é permitido e do que é reprovado, inserindo na conjugalidade algo que outrora fora a ela completamente alheio, como a questão do que é coerção e do que é consentimento no sexo do casal, do desaparecimento gradativo da figura do débito conjugal e do destaque de categorias como VSPI e Estupro Marital. O olhar dessa tese mirou nos movimentos de revelação e ofuscamento entre as vivências individuais da VSPI bem como nas possibilidades de avanço e recuo no seu manejo como problema social, validação ou invalidação como problema a ser enfrentado, a construção de sua visibilidade acompanhada de retrocessos nesse sentido.

Assim se deu o princípio de avaliar sob uma ótica histórica a trajetória da sensibilidade diante das violências conjugais no âmbito e imaginário coletivo, especificamente da permeabilidade desta esfera à VSPI, envolvendo inclusive o percurso histórico em que o casal passa a caracterizar um espaço de manifestação de sentimentos, da sexualidade e, dialeticamente, um lugar de violências. A pergunta, sendo assim, repousa sobre dois pressupostos indutores da pesquisa: o primeiro de que o sexo forçado no contexto das relações

conjugais não era visto como um problema social quando não o era nem no âmbito privado. Encarado como parte dos deveres conjugais, a recepção ou recusa desse sexo não era um problema ou uma preocupação. Portanto, a procedência de uma queixa a respeito de uma coerção era rara e mesmo existente não ressoaria. A sociedade, a cultura e a ciência eram refratárias à violência sexual que integrava as relações conjugais dada a persistência histórica do débito conjugal compulsório enquanto dado cultural e normativo.

O segundo pressuposto é o reconhecimento crescente da VSPI no momento recente, aumentando a sua visibilidade, aprimorando recursos e políticas de enfrentamento dessa forma de violência conjugal entre as demais anteriormente destrinchadas, ou seja, hoje a violência sexual praticada por parceiro é convencionada como problema social. Mesmo que esse reconhecimento seja ainda incipiente e não tenha acontecido uma transformação social completa e radical, um novo cenário para o que se vê hoje como violência sexual conjugal é projetado.

1.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DO TRABALHO EMPÍRICO

“A técnica nada mais é que a ferramenta usada para se desencavar o dado”
(BOSI, 2013, p. 15)

Na busca sobre a configuração da VSPI como problema social, os campos da subjetividade e da percepção ganham destaque e a abordagem qualitativa é a que melhor se adequa à exploração dessa faceta psicossocial e cultural. A pesquisa qualitativa é onde existe a possibilidade de uma melhor compreensão acerca das relações humanas, dos significados, sentidos e simbolismos das condutas, e onde pode haver uma melhor aproximação da complexidade das estruturas sociais e seus dinamismos da experiência singular de cada sujeito (MINAYO e SANCHES, 1993).

Com a abordagem qualitativa incorporada pela técnica de entrevistas, nos aproximamos para ouvir das mulheres com mais de 70 anos suas informações e percepções ao redor do tema da VSPI. As entrevistadas foram convidadas a acessar seu repertório pessoal acerca do tema da coerção sexual em relações conjugais e suas memórias e percepções acerca das transformações culturais dos últimos 60 anos no que tange esse assunto, além de suas vivências correlacionadas ao tema.

Foi constatada uma potencialização da sensibilidade social nas últimas décadas para a percepção do sexo forçado no âmbito conjugal. Prevendo tal confirmação, a proposta foi compreender, mediante a singularidade de cada relato, o processo de reconhecimento do sexo forçado como um problema social situado na atualidade. A técnica de entrevista com roteiro semiestruturado nos colocou a experiência das intérpretes, suas memórias e percepções em torno dessa transformação a partir de suas próprias palavras, com riqueza de detalhes a complexidade que essa técnica permite alcançar.

As entrevistas, no que compete à busca pelo relato oral e pelas narrativas, foram o meio ideal para a realização de um primeiro levantamento de problemáticas a respeito, por exemplo, do tipo de relacionamento entre indivíduos, entre opiniões e valores atribuídos. Através dos dados reunidos foi possível construir um diagnóstico dos processos em curso, podendo-se nomear um diagnóstico do presente, do tempo vivo, de um processo em curso, uma história do presente. (QUEIROZ, 1988, p. 20).

Nesta discussão, proponho uma abordagem centralizada na história de tal tema, como ele se torna um problema social reconhecido e qual sua recepção recebe pela mídia, pela produção científica, pelas políticas públicas e pelo nível das preocupações coletivas, que assim sendo passam a atingir os aparelhos de saúde, da assistência social e da segurança pública. O conjunto de procedimentos adotados na tese reúne a revisão bibliográfica, o estudo teórico, a técnica de entrevista e a interpretação do material empírico reunido. Como todo procedimento, essas ações específicas e voluntárias respondem à determinadas

normas, objetivando uma compreensão ampla da VSPI acompanhada da produção de um material inédito sobre o tema, os quais serão apresentados adiante.

1.2.1 A definição do universo empírico

O universo restringido foi o de mulheres cisgênero, com mais de 70 anos. Este recorte etário e de gênero decorreu do interesse de captar a percepção das transformações culturais das últimas décadas em torno do termo da Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPI), bem como a visão de mulheres sobre suas próprias experiências e conhecimentos a respeito da coerção sexual nas suas relações de namoro ou casamento. A orientação sexual das informantes não foi um fator definidor para seleção, porém todas as entrevistadas mencionaram relações com homens, a ponto de deduzirmos sua heterossexualidade ou bissexualidade.

Foram realizadas 7 entrevistas densamente desenvolvidas de forma que fosse assegurada uma heterogeneidade de dados e a recorrência de alguns elementos, abrindo uma variedade das formas de diálogo sobre o tema enquanto semelhanças e invariantes também puderam ser extraídos. Considerando que “O estudioso da memória geralmente entrevista idosos dos quais espera o rico testemunho de outras épocas” (BOSI, p. 59), a escolha de mulheres idosas refletiu o interesse de estudar a edificação na história recente da questão da VSPI.

A história e a assimilação de determinados fenômenos, diante da mudança de mentalidades, não repousam apenas em documentos oficiais, dados numéricos, ou mensurações quanto à duração e intensidade. Tais fontes não contemplam as experiências individuais, suas contradições, peculiaridades e a intimidade de suas relações. A definição do universo empírico, concretizado pela

escolha do grupo de entrevistadas, foi mobilizada pelas questões de gênero e geracionais imbricadas no tema da coerção sexual conjugal. Neste sentido,

A memória dos velhos pode ser trabalhada com um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições. (BOSI, 2013, p.15)

Questões sociais, como a VSPI, afetam a diversos grupos sociais, porém, de maneiras distintas. A escolha de recortar o universo empírico a ser pesquisado, implica em escolhas quanto ao ângulo para verificar, investigar e analisar as relações invisíveis ou ignoradas, a partir das experiências que esse grupo específico possui e das relações de seus membros com outros grupos sociais. Com efeito, a experiência da história contida na memória das mulheres idosas carrega tanto as lembranças de gerações anteriores à sua que lhe foram narradas pelas pessoas mais velhas com as quais tiveram contato (como familiares), quanto carrega narrativas sobre a experiência de presenciar a formação das gerações seguintes. Ou seja, optar pelo recorte de entrevistar mulheres idosas traz o benefício de compor a narrativa de um período histórico maior do que aquele compreendido somente pela juventude dessas mulheres.

Histórias de vida de indivíduos com posições diferentes dentro de um grupo, quer sejam membros da mesma família, quer se trate de homens e mulheres, quer diga respeito ao contraste entre os mais velhos e os mais jovens, servem para dirimir dúvidas e aprofundar conhecimentos (QUEIROZ, 1991, p. 19)

Por influência da técnica de busca das participantes, chamado “bola de neve”, que será exposto logo adiante, as 7 senhoras que participaram da pesquisa têm entre 70 e 76 anos, ou seja, idades muito próximas que proporcionam uma coesão interna do grupo, entre mulheres que viveram suas juventudes (dos 15 aos 25 anos) numa mesma época, os anos 60 e 70, período fortemente marcado por ideias de subversão das tradições no movimento da contracultura. A esse respeito, Cardoso, (2005) nos diz que é preciso considerar

a não-homogeneidade da geração dos anos 60 para desmontar o mito do identitarismo que dilui a complexidade do que aconteceu. Ela ainda afirma que:

As mudanças decorrentes do movimento histórico de uma geração - de amplitude internacional, mas com características particulares nos seus diversos contextos -, ao se congelar em uma unidade imaginária, 'geração anos 60' ou 'geração 68', preservam o que seria seu menor denominador comum, ao mesmo tempo em que perdem sua historicidade (CARDOSO, 2005, p. 97)

Assim, a definição do universo empírico das informantes atendeu a dois critérios (etário e de gênero), atendendo ao critério etário, encontrou as similaridades geracionais entre seus membros. A interpretação dessas similaridades, contudo, esteve atenta ao que é apontado por Cardoso (2005) como prevenção de uma uniformização generalizadora, ou seja, para que essa proximidade etária das informantes e a vivência de sua juventude nos anos 60 não cristalizassem numa unidade imaginária o perfil e as vivências de cada uma delas.

1.2.2 A técnica de busca das participantes

A estratégia para busca dos sujeitos participantes se deu a partir de rede de contatos, usando a técnica “bola de neve”, também conhecida como “cadeia de informantes”. Essa técnica é uma forma de seleção de participantes amplamente aplicada em pesquisas sociais. A busca do primeiro sujeito da pesquisa foi feita por indicação de rede de contatos profissionais de um grupo de estudos sobre feminismo e relações livre. Uma das integrantes deste grupo de estudos me passou o contato da senhora que se tornou o primeiro sujeito da pesquisa. Com esse primeiro contato acessado, e, após a entrevista concluída, foi solicitado que apontasse outras possíveis participantes para a pesquisa, a ponto de a iniciativa desencadear uma sucessão suficiente e garantir a quantidade de sujeitos requerida para a saturação dos dados (BALDIN, 2019).

A solicitação para que uma participante da pesquisa apontasse outra possível voluntária se deu em dois momentos. Inicialmente, no primeiro contato feito com a participante, me apresentei como pesquisadora, convidando a senhora para participar da entrevista e expondo meu interesse de entrevistar outras senhoras com mais de 70 anos de idade que ela pudesse indicar. Posteriormente, após a entrevista ser concluída, o pedido inicial de uma indicação de voluntárias foi reforçado, perguntando explicitamente se haveria alguma senhora conhecida que pudesse ser acessada para também ser entrevistada. Os contatos fornecidos foram anotados e busquei cada uma delas por telefone, *e-mail* ou mensagem de *WhatsApp*, algumas das indicadas não mostraram disponibilidade para a entrevista, outras aceitaram. Às que não se disponibilizaram, perguntei sobre a possibilidade de indicação de alguma conhecida que se voluntariasse, ao que me foram fornecidos novos contatos, que acessei, encontrando novos sujeitos disponíveis. Por influência desta técnica de busca, a tendência é que as participantes indiquem outras possíveis voluntárias do seu círculo social próximo, em geral do mesmo estrato social e mesma idade. Essa tendência se confirmou empiricamente, como será descrito adiante, no subcapítulo sobre o perfil das participantes.

Sagot (2000, p.16) afirma ser essa uma das técnicas de amostragem mais usadas nas investigações de temas sensíveis como a violência conjugal, sendo a cadeia incentivada pela “bola de neve” uma técnica adequada para a captação de sujeitos para entrevistas de “temas difíceis”, como denominado pela autora. Com esse tipo de amostragem, o número de pessoas não se define previamente e a finalização do campo de investigação empírica e escuta das informantes se dá atendendo aos critérios de saturação e reincidência de elementos das narrativas.

Por questões de limitação para deslocamento o estudo foi feito entrevistando as informantes no município de São Paulo e cidades próximas.

1.2.3 A técnica de entrevista utilizada

A entrevista é uma das técnicas de pesquisa mais amplamente adotada nas ciências sociais (POUPART, 2012). Para alguns pesquisadores a subjetividade do informante presente no relato oral seria algo a ser evitado e a destituir a credibilidade desta técnica de pesquisa; porém, quando o que se pretende compreender é a subjetividade e a sua dinâmica com as relações socioculturais, ela se apresenta como técnica valiosa (QUEIROZ, 1987). Foi empregada neste trabalho a técnica de entrevista amparada em duas perguntas abertas na busca de alcançar a profundidade dos aspectos da experiência pessoal.

A técnica de entrevista com roteiro semi-estruturado prevê uma quantidade mínima de perguntas para dar maior liberdade discursiva aos entrevistados. O norteamento ético dentro do diálogo que se segue à pergunta é de escuta e recepção dos mais diversos conteúdos expostos pela pessoa entrevistada, sem a intromissão de perguntas pré-estabelecidas ou orientadoras.

Há uma conexão entre o roteiro de entrevista e o que formulamos como pressupostos da pesquisa. As perguntas disparadoras pendem para uma abrangência de modo que a informante se apresente e fale livremente sobre suas informações e conhecimentos a respeito do assunto, a ponto desta falta de definição estimular uma forma de “resposta mais adequado ao estilo narrativo” (BOSI, 2013, p. 55)

O caráter mimético da entrevista tende a ser melhor conduzido sem intervenções direcionadoras. As memórias e os aspectos emocionais surgem de maneira fluida no discurso, se adaptando bem às narrativas de histórias da vida, memórias e percepções, uma vez concedida à informante a liberdade de compor e tecer a vontade suas percepções e a retomada do seu passado, bem como seus acenos comparativos entre este último e o presente.

1.2.4 O roteiro de entrevista

Se a entrevista é uma técnica privilegiada para produção de material empírico na pesquisa social, ela também nos expõe à desafios quanto a condução do diálogo com as informantes. Diante destes, o roteiro de perguntas é uma das formas de apoio ao pesquisador da qual me vali para guiar o relato oral das informantes de acordo com os propósitos da pesquisa, de forma que o diálogo com a entrevistada permaneça dentro dos interesses do tema pesquisado. Quivy e Campenhoudt (1995) indicam que seja evitada uma grande quantidade de perguntas ou perguntas muito precisas para que os informantes possam ter maior liberdade e espontaneidade em suas falas. Fazendo vistas à um equilíbrio entre restrição e abrangência, o roteiro de entrevista proposto se resumiu a duas perguntas disparadoras e norteadoras, como exposto a seguir.

A primeira pergunta serviu para situar a informante dentro da temática e para que ela nos dissesse quais informações tinha a respeito do assunto. A pergunta sobre as informações que ela teria sobre VSPI assegurou a liberdade da informante escolher se falaria sobre as próprias experiências, caso tivesse vivido alguma situação de sexo forçado ou se falaria de maneira impessoal, sobre histórias de outras pessoas ou sobre informações adquiridas através da mídia, com total liberdade de menção de casos, histórias, fatos de conhecidas, a respeito de si mesma, de notícias de jornal, etc. Assim perguntamos: 1) “A senhora já ouviu fala sobre Violência Sexual por Parceiro Íntimo? Já ouviu falar sobre esse tipo de situação em que um marido ou namorado força uma relação sexual sem a esposa ou a namorada querer?”

A segunda pergunta pede uma comparação entre os tempos da juventude da informante, há no mínimo 50 anos, ou seja, antes dos anos 1970, comparado com os tempos de hoje, com a juventude de mulheres que nasceram nos anos 2000. Essa pergunta, por sua vez, conduziu à muitas outras comparações, histórias ouvidas quando jovens, convocou a retomada da

transmissão de ensinamentos familiares a respeito de casamento, perspectiva e percepção das mudanças histórica, opiniões sobre o que mudou ou não nesse meio século a respeito da violência contra mulheres, sobre o casamento, sobre o sexo no casamento, sobre o sexo forçado. Assim, foi perguntado: 2) “A senhora vê alguma diferença de como esse assunto era tratado quando a senhora tinha 20 anos ou como é tratado por moças de 20 ano hoje?”

1.2.5 A gravação e transcrição do material

As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. O material foi organizado e dele selecionados trechos simbolicamente importantes nas falas de todas as entrevistadas. Procedemos com a seleção de temáticas com os seguintes critérios: leitura flutuante das entrevistas buscando pontos de encontro que despertassem categorias sobre a VSPI, a troca de diálogos sobre a coerção sexual e o trajeto da percepção pessoal diante da situação de coerção sexual. Foi empenhada, na mesma direção, a exploração do material selecionado na etapa anterior com o objetivo de produzir confluências entre as categorias encontradas, com a análise final articulando o material derivado das entrevistas com as referências teóricas que dirigiram a pesquisa (BARDIN, 1979).

Todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora entre os dias 2 e 15 de março de 2020, com a transcrição ocorrendo aos meses de abril e maio de 2020.

1.2.6 As condições da entrevista

Todas entrevistas foram conduzidas em ambientes com extrema privacidade, ou seja, sem outras pessoas que pudessem ouvir ou interferir na escuta. As entrevistas ocorreram em apenas um encontro, mas o contato e a disponibilidade para tirar dúvidas ou acrescentar informações foi mantido após o encontro. O tempo médio das entrevistas foi de uma hora e vinte minutos, sem contar com as pausas entre cada bloco de gravação. Os encontros ocorreram no local de preferência das informantes, sendo que uma delas escolheu ir até minha casa, outras quatro preferiram que eu fosse até a casa delas e duas foram até a casa da amiga que as indicou para participar da pesquisa. Três entrevistas ocorreram na cidade de Jundiaí e quatro aconteceram na cidade de São Paulo.

1.2.7 O tratamento dos dados e categorias de análise

Após diversas leituras da transcrição das entrevistas e da retomada dos áudios, a definição de categorias do material se orientou por 6 (seis) categorias, sendo para cada uma delas definida uma cor a critério de organização, e nas transcrições das entrevistas grifados os trechos correspondentes a cada categoria. A primeira delas atribuída à cor azul, reuniu todas as referências midiáticas sobre o tema da VSPI, advindas de novelas, jornais, rádio, internet e redes sociais. A segunda categoria, representada pela cor verde, se referiu à toda marcação temporal, às datas, às perspectivas históricas, às comparações entre a juventude e os tempos atuais, a percepção de mudanças sociais sobre a VSPI. A terceira categoria, atribuída a cor laranja, é agregadora das formas de não-ditos sobre a VSPI, aglutinando todas as questões apontadas sobre as dificuldades de se falar sobre o tema. A quarta categoria, atribuída à cor amarela, aponta para o que é passível de manifestação a respeito da VSPI, as formas da

comunicabilidade assumidas pelo tema. A quinta, atribuída à cor vermelha, reúne os casos narrados, as histórias próximas, de conhecidas, amigas, colegas ou parentes que remontam a norma do débito conjugal a VSPI. A sexta categoria, endereçada à cor roxo, apresenta as histórias contadas em primeira pessoa, o relato pessoal das informantes contando se passaram ou não por VSPI. As seis categorias de análise do material empírico foram distribuídas em três capítulos, portanto, cada um dos três capítulos de análise do material empírico apresentando duas categorias de análise.

Organizar e classificar é uma forma de conhecer e de interpretar, lembrando também que o próprio material das entrevistas, do que foi falado pelos sujeitos, já é ele mesmo uma interpretação de si, ou seja, que o sujeito faz de si e de sua vida – sua interpretação do mundo e de si no mundo. O manejo dos dados na pesquisa qualitativa já é uma forma de interpretação, sendo a escolha das categorias indissociável do prisma de leitura do material, que, por sua vez, está vinculado ao referencial teórico do pesquisador. “O material levantado é, por sua vez, um conjunto de informações reunidas de acordo com um ponto de vista e um sistema” (QUEIROZ, 1988, p.15), o que não alivia da necessidade do trabalho subsequente, pois mesmo depois dos dados organizados em categorias este material é um

[...] conjunto empírico que deve, em seguida, ser trabalhado por outros procedimentos como a descrição, a análise, o levantamento de inferências, a compreensão, a explicação os quais se sucedem em fases diferentes e inconfundíveis. (QUEIROZ, 1988, p.15).

Constituindo etapas distintas, “Num primeiro momento trata-se de explorar as leituras e as diversas entrevistas e de fazer o balanço dos diferentes aspectos do problema que foram evidenciados” (QUIVY, p. 89) dando o contorno de formas, temas, grupos ou eixos de sentido, de maneira que a interpretação do material é a continuidade do trabalho de forma mais verticalizada e sistemática aliando as categorias com a técnica de interpretação e ao referencial teórico da pesquisa.

1.2.8 A interpretação dos dados

O referencial teórico metodológico para compreender o processo social e pessoal de nomeação, de forma estendida para interpretar o material das entrevistas, é a Análise do Discurso. Orlandi (2007) define no seu livro "As formas do silêncio" que esse instrumento metodológico age de forma sutil e em constante aperfeiçoamento, se sobrepondo a discursos diversificados. O fator comum nessa técnica múltipla que compões a análise do discurso é que "Ela se propõe trabalhar a forma sujeito tal como é definido historicamente no imaginário da sociedade." (ORLANDI, 2007, p. 98). Enquanto forma de interpretação, a análise do discurso busca "a forma-do-sentido, considerando que os dois são determinados historicamente em seus processos de constituição e funcionamento. Não se privilegia, em discurso, nem a forma nem o conteúdo em si, mas se considera a 'forma material' tanto do sujeito quanto do sentido." (ORLANDI, 2007, p. 98)

A análise é feita comparativamente em relação à revisão bibliográfica, com essa versão de interpretação do material empírico nos ensinando que o sentido, a importância e o significado de um texto são mais relevantes do que seu conteúdo explícito (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Em face disso, a leitura das entrevistas buscou as correlações históricas e subjetivas mais do que a forma ou o conteúdo das falas. "Colocando-se nesse contexto disciplinar, a análise de discurso procura desfazer o falso dilema entre forma e conteúdo, criticando tanto o formalismo como o conteudismo." (ORLANDI, 2007, p. 98) Esse modo de interpretação "se propõe trabalhar a forma sujeito tal como é definido historicamente no imaginário da sociedade." (ORLANDI, 2007, p. 98)

[...] para Pêcheux o discurso é lugar de contato entre língua e ideologia [...] Isso lhe permite conceber, diferentemente das ciências sociais, o que é e como funciona a ideologia (pela não transparência da linguagem: leia-se pela tomada em consideração da materialidade da língua), ao mesmo tempo em que desloca o conceito de língua em sua autonomia absoluta (como é vista na

linguística) para a autonomia relativa (pensando a materialidade histórica). Daí ser a análise do discurso por ele proposta distinta da análise de conteúdo e da análise linguística. (ORLANDI, 2007, p. 17)

Neste sentido, os discursos sobre a experiência pessoal da coerção sexual, o processo de reconhecimento e percepção da violência sexual, as informações obtidas pelas mídias, as opiniões e impressões sobre o tema são interpretados não por sua forma ou seu conteúdo, mas sim pela “forma-do-sentido” em que ela é determinada historicamente.

1.2.9 O perfil das participantes

Por influência da técnica de busca das participantes, chamada “bola de neve”, as 7 senhoras que participaram da pesquisa têm idades próximas (entre 70 e 76 anos) e, portanto, viveram suas juventudes (dos 15 aos 25 anos) em uma mesma época (os anos 60 e 70), período fortemente marcado por discursos de subversão das tradições, no movimento da contracultura.

O perfil das entrevistadas guarda outras semelhanças. No que diz respeito ao estrato social, deduzimos que todas as entrevistadas hoje pertencem ao estrato social urbano e de renda média. Todas mencionaram, espontaneamente durante a entrevista, que desde a juventude trabalhavam e possuíam renda própria, situação que se manteve durante os seus casamentos e após as separações, possuindo renda própria até os dias atuais. A independência financeira de todas as entrevistadas é um dado relevante para pensar a presença ou a ausência de situações de violência conjugal. Ainda se pode acrescentar que nenhuma delas é casada nem viúva atualmente, sendo divorciadas ou solteiras.

O número de filhos das participantes não foi perguntado diretamente, porém, considerando a expressão espontânea nas entrevistas, enquanto abordavam outros assuntos, inferimos que Esmeralda teve dois filhos(as), Rubi

também dois filhos(as), Diamante não teve filhos, Quartzos teve um filho(a), Safira não teve filhos, Ágata também não teve filhos e Jade teve um filho; apresentando uma média de 0,85 filhos por mulher, média inferior à taxa de fecundidade por mulher no estado de São Paulo (WONG, 1986) tanto em 1960 (4,69 filhos por mulher) quanto no final da década de 1970 (3,37 filhos por mulher). Quanto a gravidezes indesejadas e abortos, não foi perguntado nem expressado espontaneamente.

Quanto a escolarização, Esmeralda, Quartzos e Rubi fez graduação, mestrado e doutorado, Diamante fez graduação, Safira e Ágata fizeram graduação e especialização em suas áreas de atuação e Jade fez graduação, mestrado e doutorado inconcluso. O nível de escolarização dos sujeitos da pesquisa é, portanto, muito alto, tanto para a média brasileira atual quanto para a média da geração e do gênero aos quais elas pertencem.

Quanto a cor de pele, não foi solicitada autoidentificação étnica, consideramos com Telles (2014) que, no Brasil a auto e a hétero-identificação racial coincidem entre 80% e 90%, portanto apresentamos aqui a hetero-identificação de seis das sete participantes (pois uma delas mencionou espontaneamente, durante a entrevista, que se classifica como amarela, de descendência nipônica). De acordo com as categorias do IBGE, interpretamos que cinco das entrevistadas podem ser consideradas brancas e uma delas parda.

Condizente ao perfil das entrevistadas, como são mulheres amplamente escolarizadas, o contato no meio universitário com os ideais da contracultura se fez presente em suas vivências, conectando de forma mais forte essas mulheres às ideias de contestação de padrões a respeito de casamento e sexualidade femininas que circulavam nos anos 1960. Sendo de classe média, com formação superior e, em sua maioria, mulheres brancas, a contraposição aos ideais de casamento e família tradicionais são amplamente expostos em suas falas. Elas dizem que suas famílias não as incentivaram ao casamento, ao contrário, incentivaram aos estudos e a profissionalização.

Assim, o grupo de entrevistadas desta pesquisa compõe um perfil de mulheres que partilham dos ideais da emancipação feminina e que foram afetadas pelo desencadeamento histórico do processo de entrada das mulheres para o mercado de trabalho formal no Brasil. Dessa forma, as ideias de submissão feminina no casamento, de obrigatoriedade do débito conjugal e da posição da mulher de servir sexualmente ao homem se afastaram, relativamente, das suas formações, ainda que os discursos tradicionais ainda se apresentassem em suas vivências.

1.2.10 Aspectos éticos da pesquisa

O projeto da pesquisa foi enviado ao comitê de ética da Faculdade de Saúde Pública da USP de forma a atender as normas que regulamentam as pesquisas com seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde, normatizados pela Resolução n. 466 de 13/06/2012.

A pesquisa cumpriu todos os critérios da ética e confidencialidade. A abordagem inicial dos sujeitos com o convite para participação na pesquisa foi feita de forma virtual ou por telefone, com o sujeito sendo informando integralmente sobre o tema da pesquisa e, caso concordando em participar, no encontro presencial para a entrevista sendo apresentado ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram conduzidas exclusivamente pela pesquisadora e realizadas em local de preferência das entrevistadas, na maioria das vezes em suas próprias casas, e em todos os casos com total privacidade no momento da interação.

O roteiro de entrevista foi planejado para suscitar a fala espontânea, sem intervenções reguladoras, abrindo espaço para a liberdade retórica na medida que os sujeitos se sentissem à vontade, na medida em que a memória, as informações e as impressões trouxessem coisas a respeito da VSPI, podendo falar nas suas próprias condições sobre esse assunto. A ética da entrevista se

baseou na regulação da revelação pela própria informante, de modo que perguntar as informações sobre o assunto foi o artifício para lhes dar total liberdade e conforto a respeito da partilha de experiências pessoais de coerção sexual. A ética da pesquisa foi pensada desde a produção do roteiro de pesquisa, configurado para ser o mínimo possível invasivo e/ou traumático e, ao mesmo tempo, para despertar um conforto que mediasse o acesso ao máximo de informações.

Para manter o anonimato e confidencialidade da identidade das informantes seus nomes foram substituídos por pseudônimos. Em agradecimento à generosidade das voluntárias que me deram seu tempo, suas histórias, suas memórias, suas interpretações e suas opiniões lhes dei os pseudônimos de pedras preciosas. Minhas sete informantes, portanto, são as senhoras: Esmeralda, Rubi, Diamante, Quartzo, Safira, Ágata e Jade.

2 O ESTADO DA ARTE

Nesse capítulo apresentaremos inicialmente o balanço da literatura recente focada no tema da VSPI; os precedentes históricos das últimas décadas que confluíram para a visibilidade da VSPI como um problema social; as terminologias apresentadas na literatura com suas redefinições para a questão; as definições mais amplas que se fazem necessárias para o estudo da violência de gênero e, posteriormente, são apresentadas as questões específicas a respeito da invisibilidade da VSPI apontada pela literatura.

2.1 BALANÇO DA LITERATURA RECENTE FOCADA NO TEMA DA VSPI

A primeira revisão de literatura encontrada sobre o tema da VSPI é do ano de 2003. Bennice e Resick (2003) usa como termo principal “estupro marital” e aponta o crescente reconhecimento do problema nas seguintes palavras:

Este artigo fornece uma revisão abrangente do estado atual da literatura sobre estupro marital. Primeiro, a longa história de invalidação legal, cultural e profissional das vítimas de violação conjugal e as implicações resultantes do tratamento negativo. Segundo, a pesquisa sobre estupro conjugal é revisada, incluindo a prevalência, descritiva e comparativa. (BENNICE e RESICK, 2003, p. 228, tradução nossa)

Esta revisão destaca a seriedade do estupro conjugal; as limitações da pesquisa existente até o momento; a literatura esparsa e rara sobre o tema; a alta prevalência; a grave consequência em sofrimento pós-traumático e as barreiras para o reconhecimento e tratamento das vítimas. Doze anos depois, Logan (2015, p. 113) afirma que “ainda há uma lacuna no conhecimento sobre a extensão total da natureza e escopo da violência sexual do parceiro”. A revisão de literatura aponta que os mitos culturais sobre estupro, e as normas culturais sobre a família e o casal como assunto “privado”, continuam a influenciar fortemente a visão que se tem sobre a coerção sexual e a invisibilidade da VSPI. Os *mitos sobre estupro*⁵ e a norma cultural sobre o débito conjugal continuam moldando abordagens legais e culturais da violência sexual. Isso inclui a ideia

⁵ O termo “mitos sobre estupro” é uma tradução livre de uma expressão anglófona de uso corrente na literatura especializada (*rape myths*) e se refere às narrativas que promovem uma aceitação e invisibilização do estupro. Tais narrativas reiteram a visão conservadora de que “estupros reais” (*Real rapes*) acontecem, por exemplo: com mulheres se vestindo de modo considerado provocante em relação ao desejo masculino, em ruas escuras, por desconhecidos etc. De tão recorrentes, esses mitos organizam algumas escalas (*Rape Myth Scale*) para questionários de pesquisa relevantes no campo empírico sobre o tema, orientando, inclusive, proposições de políticas públicas e intervenções em escolas e universidades. Acerca disso, Lonsway e Fitzgerald (1994) produziram uma revisão bibliográfica e documental que traça o histórico dos estudos e intervenções em torno dos mitos sobre o estupro, desde a primeira escala que definiu alguns dos termos e parâmetros para elaboração de questionários de pesquisa (a *Rape Myth Acceptance Scale* de Martha R. Burt).

generalizada de que as relações sexuais entre parceiros é um assunto privado; de que fazer sexo é um dever da esposa ou companheira; de que o verdadeiro estupro é praticado por um desconhecido; de que um estupro de verdade é fisicamente violento e que a postura da verdadeira vítima é se debater, resistir, lutar de volta, gritar. Estes valores e normas culturais influenciam as respostas da sociedade, bem como o reconhecimento dos atos violentos pelo próprio casal, tanto do perpetrador quanto da vítima (LOGAN, 2015).

Pode-se falar das dificuldades de identificação desse problema como fatores determinantes para o processo de invisibilização da temática da VSPI na ciência como objeto de estudos. Segundo Logan (2015), há uma lacuna no que diz respeito aos estudos feitos sobre VSPI. Ainda são usadas representações dicotômicas das experiências de violência sexual, como instrumentos de medição com respostas fechadas que se limitam ao “sim” e ao “não”. São feitas documentações inadequadas sobre a natureza e o escopo da violência sexual por parceiro íntimo, assim como leituras e suposições inadequadas acerca das questões do consentimento no âmbito das relações conjugais. Há dificuldades em diferenciar ou discriminar uma atividade sexual não consentida de uma atividade sexual indesejada. Deste modo, não são explorados os papéis da violência sexual no grande contexto do controle coercitivo, tampouco suas variações.

Por outro lado, há questões sócio históricas que levam à constituição das violências conjugais, no geral, como tabus sociais e a complexidade do que se compreende por sexualidade no âmbito de uma relação conjugal e do que se espera acerca do consentimento nas relações sexuais conjugais. Dentre essas questões, destaca-se o fato de haver uma predisposição socio histórica a assumir que dentro de um relacionamento afetivo-sexual o ato de consentir, uma vez estabelecido, é contínuo, sendo extrapolado para todas as outras práticas sexuais. Notadamente, trata-se de uma disposição que promove a ocorrência e a invisibilidade da VSPI (LAZAR, 2010; MONSON, LANGHINRICHSEN-ROHLING & BINDERUP, 2000; SHOTLAND & GOODSTEIN, 1992; YLLO, 1999). Tendo em

vista esses fatores, entende-se a complexidade e a dificuldade de identificação, nomeação e de reconhecimento das questões acerca da VSPI, tanto no âmbito pessoal e individual, quanto no âmbito das pesquisas e dos estudos acadêmicos.

Mesmo que as dificuldades sejam reconhecidas e reafirmadas nas publicações que especificamente tratam sobre a VSPI, acredita-se que ao longo das últimas três décadas (1990 - 2020) a temática da coerção sexual por parceiro íntimo foi tratada de diferentes formas e foi alvo de preocupações por parte de alguns pesquisadores majoritariamente sob o nome *marital rape*, ou 'estupro marital' como é tratado em língua portuguesa, majoritariamente correlacionado ao campo de estudos jurídico-legais. O campo da saúde, enquanto campo de pesquisa e práticas, encontra-se em constante contato com o tema da violência contra a mulher, a transição do uso do termo 'estupro marital' para 'VSPI' demonstra um distanciamento das formas jurídicas e uma maior descritividade do fenômeno numa aproximação dos saberes das ciências sociais e do campo da saúde.

Logan (2015), em sua revisão de literatura trouxe considerações acerca dos trabalhos realizados até o momento sobre a temática da violência sexual perpetrada por parceiro íntimo, sugerindo a necessidade de se debruçar sobre a frequência, severidade e duração dos incidentes de violência sexual, além de criticar o olhar reducionista e dicotômico dado à essa questão dentro do âmbito atual das pesquisas. Levando em conta as contribuições para pesquisas futuras, considera-se que o trabalho de compreender e quantificar a frequência, severidade e duração da violência sexual por parceiro íntimo pode ser feito concomitantemente aos estudos sociais acerca das normas culturais que mantêm os mitos sobre estupro e a presença da norma cultural do débito conjugal como prática intrínseca das relações de intimidade, como sugere a revisão de Bennice e Resick (2003). Os aspectos socioculturais e psicossociais que se relacionam com a VSPI são o alvo da nossa atenção nesta tese trançando como fio condutor a visibilidade, as mudanças de percepção e a comunicação acerca da VSPI.

Bennice e Resick. (2003) em: “Marital Rape – History, Research, and Practice” realiza uma análise de escopo mais sociológico e qualitativo, de modo a compreender historicamente o fenômeno da VSPI contextualizando a questão de formas sociais e culturais que influem na permanência da invisibilidade sobre a VSPI. As autoras demonstram que a desqualificação dada à questão da VSPI tem base nas formas jurídico-legais que permearam as sociedades ocidentais e se colocam como permanência na história demonstrando a reiteração cultural da norma do débito conjugal e da submissão feminina no casamento. Elas lembram que durante o século XVIII, as mulheres perdiam suas identidades civis no momento do casamento, passando a ser propriedade de seus maridos. Dessa forma, o estupro praticado por um desconhecido era visto como a violação da propriedade de outro homem e não como a violação do corpo e da integridade da mulher vítima de violência. Assim, o estupro marital não era legalmente possível e, conseqüentemente, não reconhecido enquanto um ato de violação. Ainda nos dias de hoje, o estupro marital não é igualmente reconhecido tanto quanto as outras formas de estupro, havendo uma larga invalidação e amenização do fenômeno (BENNICE e RESICK, 2003). Dá-se importante destaque ao fato de que o processo de invisibilização e invalidação do fenômeno do estupro marital persistirá cultural e historicamente, a não ser que esforços sejam movidos no sentido de mudança de mentalidades, como um processo focado em educar e conscientizar a população sobre a seriedade e as conseqüências do estupro no âmbito do casamento, como sugerem as autoras.

A expressiva maioria dos artigos sobre VSPI apontados nas revisões de literatura das áreas de Ciências Sociais e Saúde indicam que os fatores culturais exercem forte influência sobre a reprodução da VSPI e a percepção social deste problema. Nos artigos consultados⁶ fica expressa a consideração dos autores a

⁶ Cf.: (BENNICE e RESICK, 2003); (LAZAR, 2010); (LOGAN, 2015); (MONSON, LANGHINRICHSEN-ROHLING & BINDERUP, 2000); (SHAMU, 2012); (SHOTLAND & GOODSTEIN, 1992) e (YLLO, 1999).

respeito das questões socioculturais, logo de princípio. São mencionados: a legislação e a jurisprudência antiga e recente sobre o estupro marital, o débito conjugal e o estupro; as formas de submissão e servidão da esposa ao marido que perseveram na cultura; a influência da religião na manutenção do domínio masculino sobre a mulher; a educação sexual que ensina os homens a insistir e as mulheres a resistir; o desconhecimento das mulheres a respeito da sexualidade e não manifestação de desejo como valor moral. Todos esses fatores são citados como parte dos componentes culturais que fazem a VSPI ser tão frequente e invisível. (LOGAN, 2015; BENNICE e RESICK, 2003)

Uma gama de publicações sobre VSPI se detém na investigação sobre os agravos e consequências para saúde. Especificamente, trata-se de pesquisas que buscam estabelecer correlações (em geral estatísticas) entre a ocorrência da VSPI e outros fenômenos que se configuram como objetos de pesquisa e intervenção no campo da saúde pública e das políticas de Estado a ela correlacionadas.

Por exemplo, há trabalhos que estabelecem correlações entre a transmissão de HIV e a VSPI, dentre eles, se destaca um relatório da Organização Mundial da Saúde (2010), que se tornou uma referência frequente para outras pesquisas ao apontar uma correlação significativa entre os dois fenômenos. Curiosamente, esses trabalhos sobre VSPI e transmissão de HIV investigam mulheres africanas e latinas majoritariamente ⁷. Esses trabalhos parecem advir de estudos originalmente preocupados com a contenção da epidemia de HIV.

As correlações entre VSPI e fatores da saúde são diversas nos artigos e revisões avaliados, destacamos que, independentemente do foco, há a profusão

⁷ Como, por exemplo o artigo de Cavanaugh *et al.* (2014), que buscou defender que populações de mulheres latinas imigrantes nos EUA possuíam maior propensão a sofrerem VSPI e contraírem HIV, em comparação com mulheres estadunidenses de comunidades latinas. Outra pesquisa, com viés semelhante, afirma: “Os níveis de violência sexual são motivo de preocupação por causa do trauma físico e psicológico infligido sobre as vítimas, mas também devido ao alto índice de HIV / AIDS do Haiti” (GAGE, 2005, p. 115, tradução nossa).

de produções nas quais a mensuração recebe maior atenção, em detrimento da investigação dos elementos sócio-históricos e qualitativos envolvidos. Com efeito, dado o balanço feito sobre a literatura produzida neste campo, esta tese se posiciona de modo a centralizar a investigação sobre os aspectos qualitativos, teóricos e, sobretudo, históricos a respeito da ocorrência e da visibilidade da VSPI.

2.2 PRECEDENTES HISTÓRICOS RECENTES PARA CONSTRUÇÃO DA VSPI COMO PROBLEMA SOCIAL

A análise dos precedentes históricos que influem na construção da VSPI como um problema social perpassam a construção dos conceitos que por vias institucionais e científicas que geraram visibilidade para as questões correlacionadas à VSPI e programação de políticas públicas para os direitos sexuais e reprodutivo das mulheres. Buscar-se-á compreender quais os antecedentes que permitiram o desenvolvimento de tal conceito e em qual contexto surgiram.

Os direitos sexuais e reprodutivos são conceitos desenvolvidos recentemente. As lutas da sociedade civil têm papel fundamental nesse processo, haja vista que as pautas da desigualdade de gênero, da violência contra a mulher e da autonomia sobre seu próprio corpo foram inicialmente gestadas por movimentos civis como, por exemplo, o movimento feminista que eclode nas décadas de 1960 e 1970 (CORRÊA & ÁVILA, 2003; CORRÊA *et al.*, 2006). Os desdobramentos desses movimentos estruturam-se como quebras de paradigmas em determinados campos disciplinares e de debates, como o da proteção social e da saúde, por exemplo. Questões com os direitos na esfera da sexualidade e reprodução foram tratadas por um período da história como assuntos íntimos, ligadas as decisões individuais e relacionados unicamente aos atores do mundo privado (Corrêa *et al.*, 2006).

De mesma forma, os direitos dos indivíduos e a proteção social a eles não eram reconhecidos como parte dos problemas coletivos e, por conseguinte, as questões que envolviam a sexualidade e a reprodução não recebiam atenção de governantes e/ou políticas públicas. Foi somente nas décadas de 1950 e 1960 que as questões reprodutivas começaram a ser pensadas pelos governantes, embasado em teorias neo-malthusianas, por conta do expressivo aumento populacional. Nesse cenário, ocorreram cinco Conferências Mundiais de População organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e foi nesses espaços que primeiramente falou-se em métodos contraceptivos, pensados como forma de conter o crescimento populacional global (CORRÊA *et al.*, 2006).

O recorte temporal para delimitar os precedentes históricos recentes que influíram na construção da VSPI como um problema social são os acontecimentos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada na cidade do Cairo, em 1994, e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na cidade de Pequim (Beijing), em 1995. Ambas as conferências pautaram e incluíram em seus Programas de Ação a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos, dando visibilidade a questões relativas à violência contra as mulheres. Desde a década de 1970, os movimentos da sociedade civil, como o movimento feminista, discutiam essas temáticas, colocando em evidência as questões acerca da violência contra a mulher. No entanto, foi somente por meio das Conferências dos anos 1990 que o enfrentamento de tais questões ganhou maiores proporções e traçou objetivos em implementação de recursos por via de políticas públicas.

Na conferência de Beijing (1995) foi realçado o direito das mulheres “a controlar e decidir livremente e de forma responsável questões relativas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livres de coerção, discriminação e violência”. Nessa mesma conferência se afirmou que “as relações sexuais e a reprodução, incluindo o total respeito a integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento, e a responsabilidade compartilhada pelo comportamento sexual e suas consequências” (grifo nosso).

Os termos “coerção sexual” e “consentimento” merecem destaque, pois, após essa menção no documento, se tornam gradativamente alvos de mais atenção de acadêmicos e profissionais, assim foram se tornando categorias necessárias para a reflexão sobre o tema da violência sexual.

Dessa forma, as Conferências do Cairo, em 1994, e de Beijing, em 1995, deram visibilidade às questões que dizem respeito à figura da mulher como nunca antes feito. Questões como o aborto, a equidade de gêneros, a violência sexual e a violência reprodutiva foram institucionalizadas e, ao constarem nos Programas de Ação de ambas as Conferências, passaram a ser objeto de políticas públicas e ações governamentais. Assim, a década de 1990 teve especial importância em se tratando da violência sexual contra mulheres. Consideramos que é a partir deste marco temporal que ações e políticas públicas no campo do enfrentamento da violência contra as mulheres são propostas e implementadas de maneira coordenada e institucional, na medida em que os países se tornam signatários de determinados compromissos e acordos internacionais. Todavia, mesmo nestes momentos o chamado estupro marital e a VSPI ainda não foram pautados como temáticas de grande visibilidade.

Há de se considerar, no entanto, que apesar da ocorrência dessas Conferências mundiais e seus desdobramentos, a violência sexual especificamente perpetrada por parceiro íntimo não se consagrou imediatamente como alvo de grande atenção, em comparação com o tratamento de outras formas de violência perpetrada por parceiros íntimos como as violências físicas e os abusos psicológicos. Mesmo que tenha sido descrita como uma das experiências mais degradantes e humilhantes pelas quais uma pessoa pode passar, nem todas as formas de violências sexuais receberam devida atenção (BARSTOW, 2000; BOURKE, 2007; KOSS, HEISE & RUSSO, 1994; MACKINNON, 2006). Dessa forma, embora questões cruciais relacionadas aos direitos sexuais e à violência sexual tenham sido pautadas e inclusas nos Programas de Ação das Conferência do Cairo e Beijing, a violência sexual por parceiro íntimo (VSPI) mantém-se invisibilizada e pouco reconhecida.

Ou seja, ainda que o marco temporal da década de 1990 constitua-se como um exemplo do processo de gradativo aumento da visibilidade da VSPI, seguem existindo determinantes sócio-históricos que atuam para o não reconhecimento e a manutenção da invisibilidade da VSPI – como é o caso da norma cultural do débito conjugal.

2.3 DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICAS NO CAMPO DA VSPI

O termo “Violência Sexual por Parceiro Íntimo” tem sido expressão corrente para nomear a coerção sexual numa relação conjugal, tanto para coerção sexual com atos de violência física quanto por outros atos que, mesmo sem o elemento físico, passaram a se considerados também violentos. A revisão de literatura feita por Logan (2015) apontou que o termo VSPI é usado como guarda-chuva para falar sobre sexo indesejado, não consentido, coagido ou forçado com ou sem violência física praticado nas relações íntimas. Esse termo se mostra hoje como substituindo ao que outrora se designava apenas como estupro marital, como tratado na revisão feita por Bennice e Resick (2003). O fato de centralizar a tese neste termo corrente na área das Ciências da Saúde (VSPI) tampouco significa que se ignore que o mesmo problema é nomeado de formas distintas em outros campos. Em decorrência, explorar essa dispersão semântica de outros campos disciplinares é parte do procedimento investigativo do estado da arte.

O termo Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPI) na produção científica atual remonta ao desenvolvimento complexo de compreensões e designações da coerção sexual. O termo VSPI sintetiza uma historicidade importante do emprego da ideia de ‘violência’ aos atos que não tem como consequência lesões físicas identificáveis. Sabendo da pluralidade de termos

para designar atos supostamente assemelhados, nosso propósito é mapear sucintamente o campo semântico a fim de revelar aspectos essenciais entorno da questão da violência sexual por parceiro íntimo e dos valores histórico-culturais quanto ao reconhecimento da VSPI, para produzir uma análise da extensão das ideias que orbitam e a precedem. Essa análise do campo semântico é um estudo sincrônico da linguagem, a procurar por sinônimos e similaridades de terminologias atuais e sua abrangência de sentidos, mostrando conexões.

O termo VSPI tem a especificidade de agregar uma gama de atos coercitivos no âmbito conjugal que violam a integridade de alguém atingindo as possibilidades de arbítrio sobre o próprio corpo, abalando as possibilidades de livre consentimento para o sexo. Tal abrangência não é alcançada pelo termo de uso mais comum: ‘estupro marital’. Entre o termo ‘estupro marital’ e o termo “Violência sexual por parceiro íntimo” se a transição histórica das formas de percepção e reconhecimento das violências sexuais. Também pode ser vista a distribuição entre prática e saberes que se correlacionaram ao fenômeno em momentos distintos da história recente. De modo geral, sob o termo “marital rape”, ou ‘estupro marital’, como é tratado em língua portuguesa, os estudos do fenômeno estiveram correlacionados ao campo jurídico-legal.

Há de se apontar que o termo *estupro* se conectou, histórica e culturalmente, à ideia de um ato com penetração, imposta sob coerção violenta e perpetrado por um desconhecido. Dessa maneira, o termo *estupro* dificultava a identificação das variadas formas do abuso sexual, em particular as violações ocorridas no âmbito de uma relação conjugal íntima. A multiplicação de termos para designar o fenômeno se deve ao aumento do reconhecimento da gama de atos compreendidos como violência sexual, desencadeando o processo histórico da ampliação de vocabulário expressivo para designar atos sexuais não consentidos e todas as facetas de coerções, algo que o termo *estupro* não consegue abarcar na sua relação semântica e cultural.

Além disso, a terminologia mais atual (VSPI) traz expressão “parceiro íntimo”, substituindo o termo “marital” presente na antiga expressão “estupro

marital”. Entendemos que “parceiro íntimo” é uma designação mais adequada dada a variedade de relacionamentos conjugais e o estatuto de reconhecimento social das diversas relações, levando em conta a ampla gama de parcerias do contemporâneo. Enquanto ‘parceiro íntimo’ se estende a quaisquer relações afetivo-sexuais, o termo ‘marital’ é de aplicação restrita a relações de casamento em sua conformação mais tradicional. O termo VSPI ganha em capacidade de identificação para quem sofreu essa forma de violência, dando mais comunicabilidade para a questão, além da ampliação descritiva que o próprio termo comporta, e da abrangência de fenômenos passíveis de serem discernidos e nomeados no seu espectro.

Outrossim, assume-se que a terminologia Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPI) seja recente. Portanto, buscamos entender de que forma o tema vem sendo abordado e a partir de qual momento passa a ser objeto de estudos. A revisão de literatura realizada por Bagwell-Gray, Messing e Baldwin-White (2015) deu bases para a reflexão sobre a história e distribuição das terminologias empregadas nos estudos sobre VSPI, permitindo, assim, a adequação do objeto da investigação que proposto na tese.

A tentativa de definição terminológica descortina a pluralidade de conceitos, termos e palavras agregadas na atualidade entorno da VSPI. O resultado da revisão de literatura de Bagwell-Gray, (2015, p. 11, tradução nossa) aponta haver

um problema significativo na consistência da terminologia, com 14 termos diferentes e 29 correspondentes definições na literatura avaliada. Em alguns casos, os mesmos termos tinham definições conflitantes; em outro, termos diferentes foram usados para se referir à mesma definição (...) o que cria problemas significativos na operacionalização de estruturas e leva a confusão na definição e medição e formulação de ferramentas.

Em outra fonte:

Na prática, e na literatura de pesquisa, existem muitos termos que são usados de forma intercambiável para se referir a formas de violência, como estupro, agressão sexual, abuso sexual, coerção sexual e contato sexual indesejado (LOGAN, 2015, p. 120).

Embora a pluralidade de termos e seus empregos a situações distintas se apresente como um problema para mensuração da VSPI, entendemos que essa proliferação de terminologias faz parte da expansão de vocabulário, portanto, é consequência do processo histórico em que uma realidade multifacetada e abrangente de atos passou a ser reconhecida recentemente como violência sexual. Logan (2015) explica que a ambiguidade e a imprecisão classificatória são preocupação de boa parte dos estudos recentes sobre VSPI. Porém a distribuição atual dos termos que descrevem a violação sexual no âmbito conjugal nos serve para elucidar a extensão atual e a história cultural disso que se reconhece hoje como VSPI.

A quantidade de terminologias aplicadas de maneiras distintas aos mesmos atos é vista como limitação para a compreensão da Violência Sexual por Parceiro Íntimo. Também é importante notar que os estudos que usam os mesmos termos nem sempre o fazem para designar os mesmos atos, o que faz com os termos sejam idênticos, mas a maneira de definir os atos seja distinta. Logan (2015) afirma que a definição de violência sexual é imprecisa em certo âmbito pois o consentimento para o sexo é complexo dentro de relacionamentos íntimos. Porém, como já dito anteriormente, constatamos que a flutuação terminológica é algo intrínseco ao período histórico do reconhecimento da VSPI como problema social e início da projeção de sua visibilidade enquanto categoria e objeto de estudo.

A preocupação de grande parte da literatura atual é definir coerção e consentimento; medir a prevalência, a recorrência e a intensidade dos atos violentos; medir os danos e consequências traumáticas, físicas e psicológicas para as vítimas. (LOGAN, 2015). Assim, dadas essas ambições, a literatura aponta a diversidade de termos como um empecilho, mas ignora que a variedade de situações e a variedade de nomeações se deve a um processo histórico

recente de sensibilização e reconhecimento do fenômeno fazendo com que as nomenclaturas sejam múltiplas e seus usos instáveis.

No mais das vezes, o termo Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPI), é usado para abranger todos esses variados tipos e aspectos das coerções sexuais em relacionamentos, buscando assim, pela abrangência do termo, alguma estabilizar em seu uso. É no esforço de padronizar o vocabulário para melhor estimar o fenômeno que Bagwell-Gray; Messing e Baldwin-White (2015) apresentaram a revisão de literatura para elucidar as definições terminológicas. Os autores apresentam o percurso da pesquisa como a síntese da literatura sobre o tema, elaborando uma taxionomia dos termos e a busca de uma sintaxe comum para formulação de uma escala com dois eixos de medida: um para o nível de força usada pelo perpetrador e outro para o nível de invasividade do ato na vítima. Com o propósito de revisar e sintetizar a literatura eles se ativeram aos termos, definições e instrumento de medida da VSPI e assim propuseram uma “taxionomia linguística” para a avaliação e medição consistentes do fenômeno.

A linha histórica e distribuição atual dos termos que descrevem a violação sexual no âmbito conjugal nos serve para elucidar a extensão atual e a história cultural disso que se reconhece hoje como VSPI. O campo da saúde, enquanto campo de pesquisa e práticas, encontra-se em constante contato com o tema da violência sexual contra mulheres, a transição do uso do termo ‘estupro marital’ para o termo ‘VSPI’ demonstra um distanciamento das formas jurídicas e uma maior descritividade do fenômeno na aproximação de saberes das ciências sociais e do campo da saúde.

2.4 CATEGORIAS E CONCEITOS DO CAMPO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

As categorizações usadas para a análise dos fenômenos sociais da violência consistem em agrupar alguns aspectos como: o grupo atingido, o local

de ocorrência, a natureza do ato, ocorrido e as consequências da violência. Mais detidamente, cada uma das possíveis categorias atende às seguintes especificidades: 1) Quando se categoriza usando a referência do grupo atingido, uma marca identitária reúne os elementos, podendo ser étnica, regional, etária, de gênero etc. 2) Quando se categoriza tomando como elemento comum o local de ocorrência do ato violento, ou, como o que pode ser visto também pelo tipo de relação entre as partes, o elemento definidor se orienta caracterizando por exemplo a violência como doméstica, institucional, social-comunitária, trabalhista ou conjugal. 3) Quando a categorização agrega, usando como elemento a natureza ou o tipo de ato violento, e define as formas de violência, por exemplo, como violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial. 4) Quando a categorização leva em conta o perpetrador da violência; esse enquadramento serve para dar relevância a qual o grupo específico perpetra a violência enquadrando, por exemplo, a violência policial, médica, parental, de maridos ou parceiros íntimos. Especificamente nos estudos sobre violência do campo da saúde mais uma categoria se abre, sendo uma das principais formas de enquadramento para o ramo biomédico e epidemiológico: 5) A categorização segundo as consequências dos atos violentos pelo tipo de dano à saúde, se crônico ou agudo, se é letal ou não letal (SCHRAIBER, 2014).

As formas de divisão em categorias da violência por parceiro íntimo, usadas como referência na saúde pública e coletiva, são fortemente inspiradas pelos termos da Lei Maria da Penha (2006) que interpreta a violência por categoria da natureza dos atos (como apresentado acima no item 3), porém, cabe lembrar, que as especificidades dessas categorias auxiliam na compreensão do fenômeno, mas a situação de violência pode comportar um conjunto de atos violentos combinados e interconectados.

A definição de violência que adotamos é a dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002, p. 5) como uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano

psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Sagot (2000, p. 142, tradução nossa) define especificamente a violência sexual como:

todo ato pelo qual uma pessoa em relação de poder e por meio da força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga a outra a executar um ato sexual contra sua vontade, ou a participar de interações sexuais que propiciam sua victimização e das pessoas que o ofensor obtêm gratificações. A violência sexual ocorre em uma variedade de situações como a violação no casamento ou união conjugal, o abuso sexual infantil, o incesto, o assédio sexual e o estupro em encontros casuais. Inclui, entre outras: carícias não desejadas, relações emocionais sexualizadas, penetração oral, anal ou vaginal com o pênis ou objetos, exposição obrigatória a material pornográfico, vouyerismo e exibicionismo.

O termo “violência sexual” se tornou de uso corrente e maneira de compreensão dos limites entre consentimento e imposição de atos libidinosos, porém o discernimento e o limite entre o indesejado, o abusivo e o não-consentido dentro de relações íntimas são tênues, indicando o quanto é importante a exploração, tanto na pesquisa quanto nas práticas profissionais, das definições possíveis da violência sexual para melhor compreensão da VSPI. O termo “violação”, ainda usado na língua portuguesa, foi o mais corrente em tempos remotos e se encontra em desuso para categorizar ato libidinoso forçado. Em espanhol e francês seus cognatos, *violación* e *viol* são usados recorrentemente com correspondência em português do termo estupro.

Já a expressão “mulher vítima de violência”, muito usado nas décadas de 1970 e 1980, sofreu numerosas críticas por atribuir passividade à mulher que sofreu violência e certa imobilidade diante da situação. Este termo também foi julgado como inadequado pois congela em apenas um episódio ou acontecimento a violência sofrida.

[o termo vítima] Por um lado, contribuiu para dar maior visibilidade ao fenômeno da violência contra as mulheres, por outro lado, colocou a mulher numa “camisa-de-força”, relegando-a a uma posição de passividade em relação ao controle dos homens. Preferindo a expressão “mulheres em situação de violência”, embora as mulheres não sejam “vítimas”, a vitimização ainda se trata de um instrumento necessário para a sensibilização dos agentes do Estado, os quais tendem a “culpabilizar” as mulheres

em situação de violência e não vêem violência contra as mulheres como um crime. Diante desta dificuldade, entendemos ser necessário prosseguir no debate sobre a vitimização, bem como desenvolver mais pesquisas sobre a “culpabilização” das mulheres e a formação profissional dos agentes do Estado que atendem mulheres em situação de violência, tudo com vistas a diferentes alternativas teóricas e práticas. (IZUMINO & SANTOS, 2005, p. 160)

Portanto, escolhemos usar “situação de violência” por ser mais preciso para se referir ao contexto conflituoso que rodeia a mulher. Como aponta Schraiber (2001, p. 108):

Preferimos usar a noção de mulheres em situação de violência ao invés de “vítimas” de violência por entendermos que, uma vez instaurado tal contexto de violento, criam-se relações de tal ordem conflituosa que a violência torna-se seu produto.

Ainda falando sobre as expressões que envolvem categorias e conceitos para analisar os fenômenos da violência de gênero lembramos que o termo “violência contra mulher” foi muito usado no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Com a influência dos debates americanos e franceses, o termo “violência de gênero” foi incorporado nos trabalhos brasileiros usado ora como sinônimo ora como crítica ao emprego da expressão “violência contra mulher” demarcando uma forma política distinta de compreensão do fenômeno

Ao tomarmos a violência contra a mulher como uma questão de gênero, temos por hipótese que as relações entre homens e mulheres encontram-se sob conflito e as formas interativas em crise, isto é, sob ameaça de ruptura da dominação tradicional. A violência surge como comportamento de reconquista do poder ou para prevenir sua perda. (SCHRAIBER, D' OLIVEIRA, & COUTO, 2009, p. S209)

Com suas histórias e desdobramentos para se tratar a questão social da violência, os termos “violência contra mulher”, “violência doméstica”, “violência familiar”, “violência conjugal”, “violência por parceiro íntimo” e “violência de gênero” são usados largamente como equivalentes nos meios jurídicos e no

campo da saúde (BANDEIRA, 2014). A reunião de todos esses termos como sinônimos merece atenção e um olhar criterioso.

Qual seria o melhor modo de qualificar essas relações? quais os desafios envolvidos no intercâmbio de expressões como violência contra a mulher (noção criada pelo movimento feminista a partir da década de 1960), violência conjugal (outra noção que especifica a violência contra a mulher no contexto das relações de conjugalidade), violência doméstica (incluindo manifestações de violência entre outros membros ou posições no núcleo doméstico – e que passou a estar em evidência nos anos de 1990), violência familiar (noção empregada atualmente no âmbito da atuação judiciária e consagrada pela recente Lei “Maria da Penha” como violência doméstica e familiar contra a mulher) ou violência de gênero (conceito mais recente empregado por feministas que não querem ser acusadas de essencialismo)? Trata-se de saber o que significa o emprego de cada uma dessas noções, sua rentabilidade em termos analíticos, bem como as limitações e os paradoxos que elas apresentam. De um lado, há um esforço de pensar como essas noções estão sendo usadas – e por quais atores – no campo da intervenção sobre isso que, genericamente, se chama violência de gênero. De outro, a reflexão incide sobre os limites dessa noção e sua substituição pelo termo violência de gênero. (DEBERT & GREGORI, 2008, p. 167)

O termo violência de gênero é mais abrangente e mais recente além de promover o destaque da complexidade das relações entre os gêneros. Nos textos “Gênero para um dicionário marxista” (HARAWAY, 2004) e “Gênero, uma categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1990) as autoras apresentam a abrangência e a história desse termo nos estudos feministas. A importância da escolha deste termo se deve às categorias e aos conceitos que ele evoca no campo de estudos do feminismo, das relações de gênero e da violência.

Apesar das diferentes áreas temáticas e correntes teóricas, há um consenso de que a categoria gênero abre caminho para um novo paradigma no estudo das questões relativas às mulheres. Enquanto o paradigma do patriarcado pressupõe papéis sociais rígidos, condicionados culturalmente pelas diferenças biológicas entre o homem e a mulher, a nova perspectiva de gênero enfatiza a diferença entre o social e o biológico. (IZUMINO & SANTOS, 2005)

Assim, o conceito de gênero complexifica e amplia o debate no universo dos estudos feministas, deslocando o essencialismo e a naturalização que sempre correm o risco de caracterizar a condição feminina. (BANDEIRA, 2014). Ao incorporar a perspectiva de gênero na reflexão elimina-se os pressupostos agregados ao termo “patriarcado”, pois, como indicado: “A situação de violência conjugal (...) encerra uma relação de poder muito mais complexa e dinâmica do que a descrita pelo viés da dominação patriarcal.” (IZUMINO & SANTOS, 2005).

Dizendo de outro modo, compreendemos a violência contra mulheres como uma das formas da violência de gênero. Violência de gênero é, portanto, um termo abrangente e uma perspectiva de análise com complexidade o suficiente para compreender as dinâmicas de subordinação nas relações de gênero, porém, o termo específico “violência contra mulheres” por vezes é utilizado na tese apontando especificamente para fenômeno abordado. É atentando ao caráter social das relações de subordinação entre os gêneros que trabalharemos a violência sexual por parceiro íntimo especificamente contra mulheres, ampliando com o auxílio de conceitos e teorias o espectro de compreensão, percepção e reconhecimento deste fenômeno.

2.5 A INVISIBILIDADE DA VSPI APONTADA NA LITERATURA

Segundo a revisão de literatura apresentada por Logan (2015), existem três fontes que informam sobre a VSPI, três grupos de estudos que orientam as estruturas conceituais e fornecem literatura de referência. São eles: 1) A literatura geral sobre violência sexual que examina a questão independente da relação vítima-agressor. 2) A literatura que estuda a violência conjugal. 3) A literatura que investiga a coerção sexual e examina um gama amplas de coações, táticas e os aspectos do consentimento. Examinando mais atentamente cada um desses grandes conjuntos, vemos que cada um deles aborda a VSPI de forma tangencial, sendo a produção exclusivamente preocupada com esse tema

minoritário em relação ao escopo de trabalhos de cada um dos três conjuntos, expomos a seguir as contribuições e, naturalmente, as limitações de cada conjunto de pesquisas para fornecer informações específicas sobre a VSPI.

Na literatura da primeira estrutura de pesquisa, cujo tema é a violência sexual geral, Logan (2015) aponta que a principal característica é a definição restrita de violência sexual, com foco na penetração sexual forçada. Essa definição restrita de violência sexual passível de enquadramento legal se mostra como um entrave para a percepção e exposição de informações sobre a VSPI, pois as definições tradicionais baseadas na figura jurídica do estupro não alcançam a complexidade das coerções sexuais conjugais que carecem de definições terminológicas mais variadas e específicas para abranger os atos coercitivos.

A literatura sobre violência sexual geral tem um significativo problema generalizado de falta de especificidade nas definições e terminologia, e isso se aplica até mesmo a como os perpetradores são classificados identificados em relação às vítimas. Assim, usando definições claras de violência sexual, usando categorias claras de parentesco vítima-agressor e usando questões específicas de comportamento para classificar as experiências das vítimas são cruciais. (LOGAN, 2015, p114)

Assim, Logan (2015) explica que para gerar informações mais adequadas para os estudos de VSPI a literatura sobre violência sexual geral precisaria incluir análises mais específicas do comportamento nas situações de coerção-vitimação para se entender a dinâmica e a experiência da atividade sexual forçada. Dessa maneira, retirando a rotulação de um ato como estupro, são geradas mais informações capazes de explicitar a dinâmica coercitiva envolvida na VSPI. Isso ocorre, em parte, dirá Logan,

porque nem todas as mulheres que foram forçados a atividades sexuais ou mesmo que tenham experiência de penetração forçada rotulam essas experiências como 'estupro'. Na verdade, como mencionado anteriormente, a pesquisa mostra que cerca de metade das vítimas que relatam experiências sexuais forçadas -coerente com a definição legal de estupro- não rotula suas próprias experiências como estupro (LOGAN, 2015, p. 114, tradução nossa)

Importante mencionar que esse é um dos motivos que pelos quais o termo “estupro marial” se mostra desadequado para a investigação, comunicação e exposição das questões relativas ao fenômeno das violências e coerções sexuais no âmbito da conjugalidade. A invisibilidade e dificuldade de reconhecimento dos das experiências sexuais forçadas quando estas se dão com um parceiro solicita termos mais descritivos e menos taxativos do que o termo “estupro”.

Na literatura do segundo conjunto de pesquisas, esse sobre violência conjugal, Logan (2015, p.115, tradução nossa) aponta que também é usada uma definição restrita para violência sexual, como no conjunto anterior. Os estudos da estrutura de pesquisas sobre violência sexual.

[...] sugerem que entre 20% e 68% das mulheres experimentam sexo forçado dentro de um relacionamento abusivo. Esta prevalência é muito ampla e oferece muito pouca especificidade sobre o escopo e a natureza da violência sexual praticada pelo parceiro.

Assim, mesmo apontando uma alta prevalência de violência sexual nas situações de violência conjugal, essa literatura não aponta para sua especificidade, o que prejudica a compreensão de violência sexual com sua dinâmica particular que afeta aspectos essenciais da integridade corporal e psicológica, de autonomia e confiança.

Logan (2015) ainda aponta que que no conjunto de estudos sobre violência conjugal a violência física e a violência psicológica são mais bem compreendidas em categorias do que a violência sexual, pois essas formas de ofensas recebem menor questionamento a respeito do seu consentimento de quem os sofre. O autor diz que os atos sexuais e a violência sexual são difíceis de se distinguir num contexto relacional, o limiar entre o sexo desejado e consensual e o sexo coagido e violento muitas vezes são indiscerníveis devido à forte presença da norma cultural do débito conjugal. Isso significa que para compreender a VSPI através dos estudos de violência conjugal é preciso incorporar a intenção do ofensor e a interpretação e percepção da vítima a respeito dos atos e dos danos por eles

causados, incorporando nesses estudos as dimensões contextuais da perpetração de VSPI.

No terceiro conjunto de estudos, sobre coerção e consentimento em atividades sexuais, Logan (2015) aponta que são fornecidas informações mais apuradas e contundentes pois esse grupo de estudos apresenta uma definição de violência sexual mais ampla, o que permite distinguir formas mais sutis da dinâmica coercitiva e dos comportamentos de perpetração da VSPI. Essas pesquisas costumam incluir perguntas a respeito das ameaças feitas pelo perpetrador, as formas de chantagens, as mentiras, as promessas, os boatos espalhados, as demonstrações de raiva ou infelicidade como forma de persuasão, as tentativas de diminuir a resistência por persistência, as demonstrações de autoridade. (LOGAN, 2015)

Essa literatura se debruça sobre a variada gama de atos e nuances do sexo indesejado ou não consentido analisando mais detidamente os paradoxos e dificuldades de compreensão destas situações, além de explorar os contextos em que um ato sexual pode ser indesejado, porém consentido, ou os contextos em que o sexo não é consentido, porém é desejado, aspectos complexos e de extrema importância para o estudo da VSPI. Logan, aponta que ceder a uma atividade sexual indesejada é algo comum num relacionamento e que vários estudos indicam que o principal motivo para alguém se praticar uma atividade sexual indesejada com um parceiro é o intuito de manutenção do relacionamento. Este grupo de estudos também revela que na dinâmica da sexualidade conjugal também existe a possibilidade de se iniciar livremente uma atividade sexual sem desejar ou com um desejo ambivalente, oscilante e com dúvidas, portanto as nuances do desejo e do arbítrio da sexualidade conjugal são aspectos incontornáveis para o estudo da VSPI e o conjunto de trabalhos sobre coerção e consentimento sexual fornecem informações apuradas sobre isso.

Ao se verificar mais detidamente cada um dos grupos apontado por Logan (2015) notamos que existe um grande volume de trabalhos sobre a violência sexual geral, porém, nesses estudos, parte da dificuldade de gerar

informações sobre a VSPI se dá por conta da subpercepção e subnotificação deste tipo específico de violência sexual. Como já mencionado, quando o sexo forçado é perpetrado por um parceiro, a vítima tem menos probabilidade de rotular essa experiência como estupro ou violência sexual, não computando nas pesquisas de violência sexual geral, o seja, por conta da própria invisibilidade cultural da VSPI o fenômeno resta subdimensionado nas pesquisas de violência sexual. Dessa forma, quando se investiga a violência sexual geral, a Violência Sexual por Parceiro Íntimo é pouco ou é abordada de maneira indiscernível pois a relação entre vítima-ofensor não é especificada. Quando a relação vítima-ofensor fica explícita na literatura de violência sexual os alvos de mais atenção e preocupação costumam ser a violências sexual praticada contra crianças e vulneráveis, desprezando-se a relação ofensor-vítima quando a perpetração acontece contra mulheres adultas.

Já nos estudos sobre violência conjugal a violência sexual do parceiro, quando mencionada, é tratada como um ato tangencial ao abuso físico e psicológico, desprezando-se as especificidades da violência sexual. Por vezes, a violência sexual é entendida como uma forma de violência física ao invés de ser compreendida a distinção e especificidade desta outra forma de abuso. Notamos também que nos trabalhos sobre violência do parceiro íntimo a variedade de atos verificados é ampla e fornece pouca especificidade sobre o escopo e a natureza da violência sexual do parceiro. Assim, dentro dos estudos sobre violência conjugal, a VSPI raramente recebe a atenção devida. Em outras palavras, quando se nomeia a violência sexual se exclui o parceiro íntimo como possível agente; quando se nomeia o parceiro íntimo como agente de violência, se exclui a violência sexual como alvo de atenção nas pesquisas.

Quanto ao campo de estudos das coerções e do consentimento a maior atenção é dada ao sexo forçado entre adolescentes em relações de namoro, em detrimento da violência sexual em relações conjugais estáveis entre adultos casados ou coabitantes. Os estudos dessa área mostram grande preocupação com a intervenção no comportamento juvenil para educar e prevenir a

perpetração de violências no futuro. Há de se levar em conta que a sexualidade juvenil e pré-marital recebe muito mais atenção em pesquisa, investimentos, intervenções e regulações do que o comportamento sexual de adultos em relações conjugais. Dessa forma, no campo de estudos das coerções, o sexo forçado entre parceiros que não constituem relação estável recebe maior atenção que a VSPI ocorrida entre adultos em relações conjugais estáveis.

Com isso fica perceptível a relativa invisibilidade da VSPI na produção científica, entende-se também que na pequena interseção entre esses três conjuntos de estudos se instaurou o campo de investigação específico sobre VSPI, que se mostra em franca expansão nas últimas décadas. Mesmo com produção científica apontada ainda como insuficiente, a VSPI tem se consolidado e se constituído como campo específico de investigação.

2.6 A INVISIBILIDADE DA VSPI NA LITERATURA E NAS PRÁTICAS DA ÁREA DA SAÚDE

A violência sexual por parceiro íntimo é apontada na literatura das ciências humanas e da saúde como uma das formas mais invisíveis de violência contra mulheres. A literatura consultada indica que Violência Sexual por Parceiro Íntimo é mais invisível culturalmente e de mais difícil reconhecimento pelos profissionais da saúde do que as demais formas de violências conjugais (KISS e SCHRAIBER, 2011; DEBERT e GREGORI, 2008). As dificuldades de reconhecimento e de possibilidade de revelação da violência sexual por parceiro íntimo fazem com que tal fenômeno seja imensamente subestimado nas pesquisas de modo geral. (DANTAS-BERGER e GIFFIN, 2005; KIND *et al.*, 2013; SCHRAIBER, 2014; D'OLIVEIRA, 2009a).

O tema da violência está na interface entre saúde e sociedade, compondo a gama de fatores para o adoecimento e enquadrada em fatores de vulnerabilidade.

Pode-se, assim tomar a violência como um objeto muito peculiar dentro do campo da saúde, cujas dificuldades de enquadramento teórico-metodológico e prático-operacional apontaram-na como um importante diferencial de complexidade e de sensibilidade para seu estudo ou intervenção (SCHRAIBER, 2014, p. 727)

Mesmo declarando que a violência contra mulheres é um tema pertinente ao campo da saúde, se reconhece uma grande invisibilidade dos casos, por subnotificação (KIND *et al.*, 2013), por despreparo dos profissionais para reconhecer a situação de violência (OLIVEIRA, 2007), por falta de relato das mulheres causado por medo e vergonha (TERRA, D'OLIVEIRA e SCHRAIBER, 2015), pelos profissionais considerarem a violência vivida pelas mulheres como um assunto privado e íntimo (SCHRAIBER, 2001), por receio de retaliações do agressor aos profissionais que prestam atendimento à mulher (D'OLIVEIRA e SCHRAIBER, 2013).

O que a queixa de cada mulher traz aos serviços de saúde muitas vezes não é a situação de violência em si, de maneira evidente ou discernível em seu discurso. A situação violenta não é visível, muitas das vezes, nem pelos profissionais, nem pela própria mulher, atuando como um dos fatores contribuintes para seu adoecimento, mesmo considerando as pesquisas que expõem as conexões da violência com os agravos à saúde (SILVA, MORAES e REICHENHEIM, 2012).

Quando há registro, observa-se que a maior parte das violências contra mulheres é praticada por parceiros ou ex-parceiros (SCHRAIBER, 2001), algo que muitas vezes causa embaraços por conta da exposição de uma cena íntima. Isso dificulta as ações, pois os agentes de saúde se sentem invadindo a privacidade de alguém ao tocar neste assunto e não como um procedimento das rotinas da assistência.

Assim, invisibilidade, ausência de canais de expressão e escuta para estimular a emergência de sua expressão nos serviços, bem como incapacidade de qualificar tecnologicamente o problema para propor respostas, é a caracterização que se pode fazer atualmente da presença da violência como uma problemática na realidade nos serviços (SCHRAIBER, 2001, p. 108).

Outro entrave ao se tratar desses casos é a dificuldade de enquadramento do relato dentro da perspectiva de “doenças” ou “risco de adoecer”, enquadramentos que tornam o caso mais manuseável e reconhecível pelo saber biomédico. O sofrimento de quem vive situações de violência muitas vezes é expresso na forma de múltiplas queixas, dores de localização imprecisa e sem correspondência com as doenças conhecidas, são “dores sem nome” (SCHRAIBER, 2001). Por essa certa imprecisão por vezes apresentada nas queixas e dificuldade de enquadramento biomédico do caso, as mulheres são frequentemente encaminhadas para as especialidades de psicologia e psiquiatria como uma maneira de enquadrar a questão da violência como um dilema pessoal a ser resolvido em nível individual. A medicalização e patologização do sofrimento feminino é uma forma de invisibilidade claramente apontada pela literatura (MENEGHEL *et al.*, 2011).

Na maioria dos casos, o que permanece visível no sistema de saúde são as consequências das situações de violência, que não mostram um elo causal direto com a situação violenta vivenciada. Essa invisibilidade faz com que se desconheça a rede de causação desse fenômeno, inibindo o manejo profissional dos casos, assim como um preparo institucional mais amplo para esse tipo de demanda. É deste modo que um circuito de não reconhecimento e invisibilidade da problemática se instaura por não haver rotina de acolhimento para os casos de violência.

Como demonstrado, ao abordarmos especificamente a VSPI na literatura encontramos importantes barreiras para sua visibilidade. A concepção sobre o que é ou não abusivo num encontro sexual já traz certa dificuldade de discernimento. No âmbito de uma relação conjugal, a prática sexual costuma ser colocada como pressuposto da relação, ligada culturalmente à ideia de débito conjugal; assim, essa distinção entre consentimento, abuso e violência se tornam ainda mais delicados. Quando o tema da violência sexual é objeto de estudos em saúde raramente se menciona a VSPI, e quando é estudado o tema da violência conjugal se exclui a VSPI como uma das formas possíveis de violência dentro de

relações íntimas. Assim, a VSPI se torna uma lacuna no conhecimento e ponto de invisibilidade tanto na pesquisa quanto no trabalho de assistência em saúde a mulheres em situação de violência.

a violência sexual no âmbito do casamento e os atos violentos contra a integridade sexual das mulheres, como o aborto forçado, o impedimento do uso do contraceptivo ou da camisinha, nem sempre são assim qualificados pelo olhar da saúde. Esses sinais são importantes, na medida em que são considerados hoje como atos violentos e, por isto, o/a profissional de saúde deve estar atento/a e notificar. (BANDEIRA, 2014, p. 465)

A invisibilidade da VSPI na saúde é correlata da invisibilidade social da violência de gênero. A revelação da situação de VSPI por quem a sofre e a notificação do caso por um profissional da saúde dependem de uma etapa anterior, de reconhecimento da VSPI como um problema. A respeito do reconhecimento de situações de VSPI cabe notar que:

A violência de gênero, gerada na intimidade amorosa, revela a existência do controle social dos corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e societal, assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal. (BANDEIRA, 2014, p. 459)

Essa forma de controle social sobre o corpo e o comportamento das mulheres, como uma das formas de violência e assujeitamento, é, muitas vezes, invisível no sistema de saúde. A falta de percepção sistemática e de práticas profissionais de manejo dos casos de violência nos serviços de saúde contribui para a invisibilidade da VSPI. A literatura indica a necessidade de operacionalização das práticas profissionais para o acolhimento, o encaminhamento e o enfrentamento da situação de violência, incluindo situações que envolvem VSPI. Contornar as barreiras que impedem a visibilidade e a assistência aos casos de VSPI é, sem dúvida, um desafio. Para tanto, é premente o empreendimento de pesquisas e estudos focados nessa questão, entre outras medidas, em busca de respostas qualificadas e adequadas ao problema.

3 A HISTÓRIA DO PRESENTE, PERMANÊNCIA E RUPTURAS

Neste capítulo buscamos delimitar qual o papel do sexo na conjugalidade, muitas vezes referido à figura do Débito Conjugal para compreender que determina a existência, a invisibilidade e certa naturalização, ainda na contemporaneidade, da violência sexual por parceiro íntimo. Para investigar essas questões foi realizado estudo bibliográfico de literatura das ciências humanas sobre a história da sexualidade, fornecida pelos trabalhos de Foucault (2007b), Bourdieu (2016), Bozon (2004), Giddens (1993), Fladrin (1987), Vigarello (2000) e Ariès (1987). Por meio dessa investigação, elaboramos uma caracterização histórica dos papéis da sexualidade conjugal ao longo das eras Medieval a Moderna. Primeiramente expomos as mudanças das expectativas sociais a respeito das práticas sexuais no casamento desde um tempo em que o sexo do casal deveria atender estritamente ao objetivo da reprodução até o tempo da romantização da sexualidade conjugal. No segundo momento abordamos a questão da VSPI levando em consideração a ligação entre a permanência cultural da compulsoriedade do débito conjugal e as violências sexuais que se tornam invisíveis diante da existência desse direito-dever. A VSPI é sujeita a relativa invisibilidade, mas o cenário contemporâneo é propício para o seu reconhecimento como problema social a ser enfrentado.

3.1 O HABITUAL

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis
o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,

de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.”
Bertold Brecht

Sob o domínio da ideia de deveres conjugais e de submissão sexual feminina, o débito conjugal marca presença no imaginário coletivo e influencia a sexualidade conjugal mantendo invisível muitas violências sexuais perpetradas por parceiro íntimo. Segundo Bourdieu (2016) existe uma força ativa de supressão da história conectando aspectos da conduta humana às ideias de imutabilidade, natureza, atemporalidade. São formados saberes que se propagam como verdades, apagando a história e a transformação dos sentidos das práticas e condutas. No que diz respeito à sexualidade, o caráter relacional e a dimensão cultural dos comportamentos são anulados com os argumentos variados, que podem ir desde compreensão de expressões da sexualidade fundamentada em taxas hormonais e princípios filogenéticos, até o argumento de inspiração evolucionista para dizer das escolhas conjugais ou práticas sexuais como uma maneira de evolução e preservação da espécie. Essa força de des-historização, como é chamada por Bourdieu (2016), está presente em todos os campos, nos variados temas, atuando principalmente como um uso de conceitos da ciência da natureza para explicar questões sociológicas, mas sobretudo, o autor nos lembra, essa força é amplamente atuante quando se trata de buscar explicações relativas à sexualidade.

Consideramos de primeira importância os fatores socioculturais da VSPI citados nos artigos da revisão bibliográfica acima exposta. Tomamos a tarefa de conexão do material recente sobre VSPI com a literatura mais antiga e consolidada sobre história e sociologia da sexualidade e da conjugalidade. O débito conjugal e a violência sexual perpetrada pelo parceiro são dois temas com forte conexão. Considera-se que grande parte da coerção sexual, da violência

sexual e do sexo “indesejado”, vividos por uma mulher no âmbito de uma relação conjugal, são naturalizados e se tornam invisíveis enquanto uma forma de violação de direitos sexuais pela permanência cultural da ideia de compulsoriedade do débito conjugal. A Violência Sexual perpetrada por Parceiro Íntimo (VSPi) só se torna um problema, portanto, quando, em parte, se relativiza a necessidade da prestação do débito conjugal. Uma mudança cultural a respeito da compressão do sexo e do consentimento nas relações conjugais. A opinião social e a produção científica nos atestam as mudanças, mas também as permanências no tratamento dessa temática.

Na sociedade contemporânea ocidental, atravessada por valores morais de matriz cristã, o imaginário e as normas culturais parecem ainda reforçar a ideia de débito conjugal como uma forma de sujeição sexual feminina em uma relação conjugal, passando como algo habitual e familiar a atividade sexual cedida sob coerção. É a permanência dessa habitualidade que investigamos e como que, atualmente, existe uma onda de reconhecimento da coerção e da violência sexual contra mulheres perpetrada por seus parceiros, se opondo a naturalização do sexo forçado, coagido ou violento no âmbito das relações conjugais. As questões culturais devem ser entendidas de forma ampla, e muitas vezes inconscientes, de cunho simbólico e que transitam no discurso de profissionais, nas produções da mídia, na forma de compreensão e descrição de um problema social por políticas públicas e na percepção individual de cada sujeito, formando uma ligação complexa entre as ideias e normativas culturais e as percepções pessoais.

Cabe definir que o termo “cultura” é um conceito que está sempre em transformação, cada área do conhecimento a define segundo suas concepções, usado amplamente como termo genérico para se referir ao arcabouço de conhecimento, arte, crenças, leis, moral, costumes e todos os hábitos adquiridos pelo ser humano não somente em família, como também por fazer parte de uma sociedade da qual é membro, essa definição ampla foi cunhada por Tylor (2019) e, embora muito criticada e renovada ainda é de uso corrente como a mais

abrangente e adequada para se referir a tudo que é transmitido e preservado pelos agrupamentos sociais.

As definições de cultura variam com o passar do tempo, pois elas são influenciadas por novas maneiras de pensar, algo inerente aos termos amplos que são apropriados por diversos campos teóricos sem alcançar uma conceituação definitiva.⁸ Cultura também é definida em ciências sociais como um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais, aprendidos de geração em geração através da vida em sociedade. Na perspectiva da História Cultural como definida por Burke, (2008). “A ideia de cultura implica a ideia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados por uma geração para a seguinte” (p. 38-39).

Considerando de primeira importância a atenção sobre a cultura e a história como necessários para compreender a normativa do débito conjugal e o reconhecimento da VSPI, no presente trabalho verificamos as transmissões de valores culturais e a história da sexualidade e das relações conjugais que se atêm à ideia defendida por Bourdieu (2016) de que:

[...] a sexualidade, tal como a entendemos, é efetivamente uma invenção histórica, mas que se efetivou, progressivamente à medida que se realizava o processo de diferenciação dos diversos campos e de suas lógicas específicas. E a emergência da sexualidade como tal é indissociável também do surgimento de todo um conjunto de campos e de agentes concorrendo pelo monopólio da definição legítima das práticas e dos discursos sexuais. (BOURDIEU, 2016, p. 144).

É sob essa ótica que se efetivam os discursos sobre a sexualidade que definem práticas e outorgam as definições tidas como legítimas por uma cultura.

⁸ Norbert Elias (1990) fornece uma refinada reflexão sobre o conceito de cultura em oposição ao conceito de civilização. Para o autor a ideia de “cultura” foi propagada pela classe burguesa alemã como uma forma de distinção e enaltecimento em relação à aristocracia, é um termo de autoafirmação, enquanto “civilização” se tornou um atributo daqueles sujeitos simples e superficiais que alcançaram o mínimo de autocontrole exigido nas relações públicas.

As perspectivas históricas do débito conjugal e a apreensão da violência sexual importam para se alcançar o que permanece na cultura, ainda que com novas roupagens e assimilando novos componentes e as rupturas que permitem o questionamento de determinados padrões.

3.2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO DÉBITO CONJUGAL E DA VIOLÊNCIA SEXUAL

As normativas culturais sobre o sexo no casamento, seu valor, sua intenção, sua representação e sua finalidade variaram imensamente na história do ocidente judaico-cristão. O sexo conjugal faz parte da ordem social estabelecida, de uma organização política da posição entre os sexos, normatizado pelas instituições.

A sexualidade humana não é um dado da natureza. Construída socialmente pelo contexto cultural em que está inserida, essa sexualidade extrai sua importância política daquilo que contribui, em torno, para estruturar as relações culturais das quais depende, na medida em que as incorpora e as representa. (BOZON, 2004, p. 14)

O casamento, muitas vezes denominado sociedade matrimonial, permanece no rol dos contratos sociais. As partes contratantes têm direitos e deveres que o Código Civil ordena, altera, atualiza ou preserva. O Débito Conjugal foi definido legalmente como o direito-dever do marido e da mulher realizarem entre si a conjunção carnal, figura jurídica originada no Direito Romano que consta hoje implicitamente no Código Civil Brasileiro como um aspecto do Dever de Coabitação. (DANTAS, 2003)

A violência sexual, em seus múltiplos aspectos, não é abarcada na legislação, ficando restrita à definição legal do estupro que é designado no Código Penal como o ato de constranger alguém à conjunção carnal mediante

violência ou forte ameaça. O debate que se instaura entre o Débito Conjugal e a VSPI não é apenas jurídico, mas, sobretudo, histórico e social, na medida em que o casamento se transformou nas últimas décadas e sua função social se alterou fazendo com que a prática do sexo no âmbito conjugal, a exigência de sua prática e a possibilidade de sua recusa adquiram novos significados. (NUCCI, 2002)

Assim como o sexo conjugal atendia, antes da modernidade, a objetivos distintos dos que vemos hoje (prática que, antes, era muito mais centrada na tarefa conjugal da reprodução), a percepção e normatividade sobre as violências sexuais também se referiam a padrões distintos de comportamento, de organização social, de reconhecimento público e julgamento, Vigarello (2000, p. 14, tradução nossa) afirma isso dizendo: “A violência sexual e seu julgamento são indissociáveis de um universo coletivo e de suas mudanças”. Portanto, ocorreram transformações de sensibilidade, percepção e reconhecimento das violências sexuais, até chegar à elaboração do que entendemos como violação, algo de espectro muito mais amplo do que outrora, que hoje pode abarcar as violências sexuais perpetrada por parceiros íntimos.

Consideramos, numa perspectiva histórica de regulação dos comportamentos, que o Débito Conjugal é uma normativa que regula o sexo *devido*, tanto no sentido da dívida e do dever entre os esposos contido na palavra “débito” quanto no significado social do sexo que é lícito ou correto, o sexo *devido* em contrapartida ao sexo incorreto, indevido, transgressor da ordem moral. Para investigar essas questões, buscamos delinear as transformações históricas do papel do sexo na conjugalidade, muitas vezes referido à figura do Débito Conjugal, tarefa realizada na investigação bibliográfica da literatura de ciências humanas já citada anteriormente. Após essa investigação, elaboramos uma caracterização histórica dos papéis da sexualidade conjugal. Será alvo da nossa atenção o entrelaçamento complexo entre as ideias culturalmente disseminadas a respeito do débito conjugal e sua ligação com aspectos da perpetração e da invisibilidade das violências sexuais conjugais.

Há de se considerar que tanto a interpretação do Débito conjugal sofreu alterações na cultura quanto houve alterações na interpretação e visibilidade das violências sexuais. Vigarello (2000) nos lembra que a percepção do que se considera violência sexual se transformou notavelmente nas últimas décadas:

A violência sexual não tem o mesmo conteúdo jurídico que tinha há poucas décadas atrás. A sensibilidade à violência não tem os mesmos critérios nem as mesmas gradações, muito tempo focalizadas sobre o status dos atuentes, sobre seus prestígios, suas vulnerabilidades, admitindo durante muito tempo uma brutalidade quase aberta contra os dominados. A história dos julgamentos e dos processos, mostra, mais profundamente, o quanto a história do estupro não se limita à história da violência. É um entrelaçamento complexo entre os corpos, os olhares, a moral que esta história vem lembrar. (VIGARELLO, 2000, p. 8, tradução nossa)

Será delineado numa perspectiva histórica o entrelaçamento complexo do que se define como Débito Conjugal e a percepção, recente, das mais refinadas formas de violência e coerção sexual conjugal. Expomos a seguir as mudanças das expectativas sociais a respeito das práticas sexuais no casamento, desde um tempo em que o sexo do casal deveria atender estritamente ao objetivo da reprodução até sua virada de sentido no momento em os princípios do Romantismo reordenaram a prática do sexo conjugal.

3.2.1 Débito conjugal antes da modernidade: imperativo do sexo reprodutor

Antes da modernidade a união conjugal em casamento atendia a determinações sociais de preservação da ordem de classes reproduzido no

acordo entre famílias.⁹ O casamento não era o ato livre e isolado de dois indivíduos, mas uma escolha coletiva, de grupos, que decidiam se ligar através dos noivados de seus filhos e filhas. No ocidente, antes da modernidade, o casamento se constituiu como um laço de união que ultrapassava a vontade individual dos noivos. Dessa forma, havia no débito conjugal a necessidade da prática do sexo com explícitas finalidades reprodutivas, a geração de filhos era o produto esperado do contrato de casamento, a afirmação de seus laços e a produção de descendência para as famílias que uniram seus filhos em matrimônio. O casamento, como um acordo social marcado por finalidades reprodutivas, não se conectava culturalmente com o amor, o desejo ou o prazer entre os cônjuges (FLANDRIN, 1987; ARIÉS, 1987; FOUCAULT, 2007b).

Assim, o desejo e a atração mútua entre os pares não entravam como elementos a serem previamente considerados no noivado e na definição de um casamento. Giddens (1993) afirma que na Europa, ante da era moderna, a maior parte dos casamentos não era baseados na inclinação ou atração mútua entre os noivos. A atração sexual mútua era um fator ínfimo para definir um casamento em relação à situação economia das famílias dos noivos. O autor ainda lembra que a situação econômica não era um fator definidor de casamentos apenas nos estratos sociais elevados, pois entre os pobres o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário. Em mesma monta Engels (2006), em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, firma o argumento que o casamento monogâmico visa produzir uma descendência legítima para transmissão da herança e a manutenção da coesão interna das classes sociais. Nos contratos de casamento, as famílias organizam o nascimento de seus

⁹ Não é possível afirmar que contemporaneamente as uniões conjugais tenham perdido por completo esse caráter de reprodução das classes. Fica patente que os casamentos acontecem até dias atuais majoritariamente entre pessoas de mesma classe social. Todavia, se considera que é por livre escolha individual que as uniões se dão, havendo a liberdade de compor casamentos entre pessoas de classes sociais distintas.

herdeiros e a função do sexo no casamento era gerar filhos legítimos, seja para organizar a transmissão das posses e do poder nas classes sociais mais altas, seja para organizar a transmissão das dívidas, dos deveres e das funções de trabalho nas classes subalternas.

Assim, a atividade sexual no casamento atende a fins reprodutivos, tanto quanto o casamento entre iguais (entre pessoas pertencentes a mesma classe social) ambiciona manter a divisão e organização social com a transmissão de herança e propriedades dentro da mesma classe social. A prática sexual compulsória dentro do casamento monogâmico, ou seja, o Débito Conjugal como um dever, antes da modernidade se articula muito mais a um imperativo da reprodução socialmente imposto ao casal do que a uma satisfação erótica mútua.

A influência da Igreja católica não é um fator paralelo, mas sim fundamental no que tange a questão do sexo conjugal, Bozon (2004, p. 26) afirma que:

Duas grandes etapas podem ser percebidas na elaboração e no tratamento cristão da sexualidade. Na primeira delas os textos de santo Agostinho, no século V, teorizam a recusa ao desejo e ao prazer.

Essa restrição do direito ao prazer no sexo conjugal busca afastar o erotismo do casamento lhe atribuindo a finalidade procriativa, tida como agradável aos olhos de Deus e inscrito na ordem da natureza. Os escritos de santo Agostinho (1980) sobre o sexo no casamento deram, assim, referências teológicas para o comportamento sexual que se estende pelos séculos da Era Medieval.

Ainda segundo Bozon (2004, p. 26), “Uma segunda etapa é a instituição, a partir dos séculos XII e XIII, do casamento cristão monogâmico e indissolúvel que delimita o quadro dessa atividade sexual legítima.” A igreja demorou a institucionalizar uma norma sobre o casamento, em certa medida por conta do seu curto alcance para regulamentar a pluralidade de tradições locais de

casamento. Seu alcance e seu interesse para regular atividades locais e íntimas foi limitado por vários séculos da Era Medieval. No século XII o alcance e o poder dessa instituição organizavam o quadro do sexo no casamento aliado a interesse específico de se interpor na ordem dos gestos e comportamentos mais íntimos. A prática da confissão se coloca mais fortemente, nesse momento, como regulação moral da consciência e das práticas sexuais, acompanhando as condutas e orientando os indivíduos. (FOUCAULT, 2007b)

Havia no discurso religioso instruções sobre a boa e a má prática do sexo conjugal. As distinções produzidas compunham parte do empreendimento de delimitar o quadro da atividade sexual legítima, distinções entre o sexo lícito e devido, com finalidades reprodutivas, e do sexo *indevido*, ilícito, dos arroubos de desejo, inflamado pelos afetos que se ligavam a bestialidade e a esterilidade. A normativa religiosa falava sobre os prazeres da carne, os pecados e tentações; falava sobre os desvios do espírito e as seduições do mal. Havia um discurso sobre o sexo e sua prática “correta” no casamento, seguindo o imperativo da reprodução, do “crescei e multiplicai”, e a negociação das práticas do sexo conjugal nessa direção. Portanto, incentivava-se um casamento fértil gerador de muitos filhos e o débito conjugal atendia ao interesse social de reprodução. (FOUCAULT, 2007b; BOZON, 2004; FLANDRIN 1981)

3.2.2 A ordem de deus e a ordem da natureza no sexo conjugal reprodutivo

Como vimos, o sexo conjugal reprodutivo, no ocidente pré-moderno, era ordenado por rígidos papéis determinados para cada gênero, espelhados na posição social de homens e mulheres, bem como suas funções na cultura, sendo ditadas em um ordenamento que conferia, ao homem, o papel ativo e, à mulher, o papel passivo. Como descrevem Foucault (2007b) e Bozon (2004). O modelo da atividade masculina e da passividade feminina remonta a milênios de história do

ocidente, versando sobre a divisão de papéis sociais e sexuais. A Igreja forja a sua versão da ideia de sexo natural, ligado a ordem da natureza, em que atos desviantes da penetração genital ou o sexo fora do período fértil eram abominados.

Para esse sexo reprodutivo existiam prescrições de frequência, datas e posições a serem mantidas; o comando do ato sexual deveria ser do homem, que deveria ficar por cima, comandar, governar, ser ativo (BOZON, 2004). Esses eram os princípios do sexo lícito no casamento, vistos como parte da ordem da natureza e da ordem divina. Para as mulheres ficava reservada a subordinação e passividade no ato sexual, o corpo das mulheres era tratado como um receptáculo passivo. Segundo Bozon, (2004, p. 31) “A posição subordinada das mulheres na reprodução era apenas um dos múltiplos aspectos da inferioridade do feminino no mundo social sensível”.

Foucault (2007b) aponta o quanto que a Igreja católica intervinha no sexo conjugal durante a Idade Média, disciplinando-o para a genitalidade fecunda, pregada como a forma natural do sexo, aceita pela ordem divina, propícia para gerar filhos sem lascívia. A fixação do sexo e da reprodução na ordem divina e da natureza pode nos fazer supor que ambos estabeleciam uma ligação mais próxima, tida então como natural, devido à ausência de produtos e tecnologias contraceptivas mais eficientes. Havia, no entanto, uma conformação social que mantinha ligado o sexo à procriação; essa ligação era produzida regulando as práticas sexuais e separando o sexo pecaminoso e desviante (estéril) do sexo devido e legítimo (reprodutivo).

Segundo Bourdieu (2014, p. 8): “É preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos *históricos* responsáveis pela *des-historicização* e pela *eternização* das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes”. Levando em conta esse alerta, seria simplório atribuímos a maior ligação entre sexo e reprodução à ausência de tecnologias contraceptivas. Isto seria naturalizar a ligação entre sexo e reprodução retirando da história o peso de determinação social que mantinha atado o sexo lícito e devido à

atividade reprodutiva organizada sob a figura do débito conjugal. Podemos dizer que havia uma ordem, de certo modo um “imperativo do sexo reprodutivo”, pois havia a prescrição detalhada, que recobria o tecido social, pregando uma ligação natural entre o sexo e a procriação. Nem todo erotismo é fecundo, nem todo sexo heterossexual pode gerar uma gravidez; portanto, não podemos ceder à ideia de que em outros tempos, por conta da menor eficácia dos métodos contraceptivos, o débito conjugal e a reprodução estabeleciam uma ligação por conta de questões fisiológicas e não históricas. Como argumenta Bourdieu (2016), essa naturalização é mais uma das formas de des-historicização imposta pela ideia naturalizante da reprodução.

Se considerarmos, também com Bourdieu (2016) e Bozon (2004), que o ato sexual é colocado socialmente, ao longo dos últimos tempos no ocidente cristão, como um ato de conquista e dominação do homem sobre a mulher, a violência sexual, sobretudo a do marido/companheiro, pode passar despercebida, sendo que a norma cultural para o sexo heterossexual é situar o homem no polo ativo e a mulher no polo passivo. Neste mesmo sentido Nicole-Claude Mathieu (1985), argumenta pela via da antropologia que a subjugação sexual das mulheres é reiterada cotidianamente nas relações sexuais pela configuração simbólica e prática em que o ato do coito se dá como trinfo de um homem sobre a resistência de uma mulher.

Triunfar sobre a resistência de uma mulher, conquistar a fortaleza, fazê-la ceder, todas essas expressões que atravessam a cultura falam da relação de um soldado em batalha contra seu inimigo ou de um predador em relação à presa que será abatida (BOZON, 2004). Toda essa imagem em relação à conquista de uma mulher não desaparece após o início de uma relação conjugal e se atém nos papéis do débito conjugal. Ela se atualiza de maneiras variadas. No argumento de Mathieu (1985), a coerção sexual do homem em relação à mulher, no âmbito das relações conjugais, é uma das formas de extensão do direito de conquista que, ao longo da história, foi colocado como princípio da natureza.

3.2.3 Romantismo: marco histórico para a sexualidade conjugal

O surgimento e a expansão das ideias do amor romântico no ocidente se encontram em ampla conexão com diversas transformações sociais ligadas aos aspectos das formas de casamento, da sexualidade conjugal, da conformação das famílias, da redução da quantidade de filhos e da mobilidade social entre classes. O amor romântico, sobretudo, introduziu a ideia de uma narrativa para uma vida individual e para a livre escolha das parecerias conjugais. Sua presença começa e se mostrar mais pronunciada popularmente a partir do final do século XVIII. A forma do romance como gênero literário e como maneira de se pensar o vínculo conjugal é uma maneira individualizada que coloca o eu em uma narrativa pessoal e que elege e distingue o outro em aproximações e distanciamentos, limites e contatos demarcando a existência de duas pessoas em algo que progressivamente se constitui enquanto uma relação. A ideia de dois indivíduos que se relacionam entre si, sem esse vínculo pertencer a processos sociais mais amplos, e formando uma unidade romântica mais do que uma unidade familiar advém do romantismo (GIDDENS, 1993, p. 50).

O amor romântico pressupõe a possibilidade de se estabelecer um vínculo emocional durável com o outro, tendo-se como base as qualidades intrínsecas desse próprio vínculo. A emergência do que eu chamo de sexualidade plástica é crucial para a emancipação implícita no relacionamento puro, assim como para reivindicação da mulher ao prazer sexual. A sexualidade plástica é a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução. Tem as suas origens na tendência, iniciada no final do século XVIII, à limitação rigorosa da dimensão da família; mas torna-se mais tarde desenvolvida como resultado da difusão da contracepção moderna e das novas tecnologias reprodutivas. A sexualidade plástica pode ser caracterizada como um traço da personalidade e, desse modo, está intrinsecamente vinculada ao Eu. (GIDDENS, 1993, p. 10).

O amor cortês, expressão cultural e literária anterior ao amor romântico, era sempre um jogo adúltero, fora do casamento, pois nesse momento histórico o sentimento amoroso não era considerado digno para estar inserido no vínculo

estável e durável do casamento. Iniciado como uma forma literária, o amor cortês saiu dos círculos da aristocracia, das cortes expandiu suas ideias para camadas mais populares, movimento ideológico de simples compreensão se considerarmos que a ideologia que se torna popularmente dominante é a ideologia adotada pela classe dominante (Marx, 2008).

No modelo do amor cortês, o envolvimento se dava entre uma mulher de boa linhagem e o amante de camada social mais baixa. Podemos interpretar que o encontro amoroso entre um homem e uma mulher se torna possível na montagem dessa fantasia pelo estranho equilíbrio compensatório entre gênero e classe social. Uma mulher, ser inferior socialmente, pertencente a aristocracia, classe superior socialmente. Um homem, ser social mais valorizado, superior, pertencente a uma classe social baixa. Ambos se encontram e pelas compensações podem se ver em mesmo nível, se enamorar, trazendo assim nessa montagem algo a mais no encontro entre um homem e uma mulher do que a geração de filhos e a administração conjunta do trabalho e da casa (BOZON, 2004, p. 32).

O amor cortês expressava as tendências emergentes na época, tendências de ampliação da sensibilidade nas relações íntimas, codificando uma das etapas da “longa marcha rumo ao amor conjugal”. Dessa forma, ele terá consequências duráveis sobre a representação de amor conjugal, formando as bases de sensibilidade do amor romântico (BOZON, 2004, p. 32). O amor romântico presume algum grau de aprofundamento da sensibilidade, não apenas entre o casal, mas uma sensibilidade projetada para a autorreflexão, para o autoquestionamento. “Como eu me sinto em relação ao outro? Como o outro se sente a meu respeito?” (GIDDENS, 1993, p. 82). Essa sensibilidade, própria do amor romântico, que modula em grande medida a consciência individual nas relações de intimidade hoje, e permite que a sexualidade conjugal seja pensada em termos contemporâneos do desejo e do arbítrio.

As mudanças conjugais contemporâneas nos países ocidentais traduzem a passagem de uma definição institucional antiga do casamento para uma definição interna e amplamente subjetiva do casal. Essa evolução se produziu a longo prazo, mas experimentou uma aceleração decisiva nas últimas décadas do século XX. O ideal e a prática do casamento por amor impuseram-se no começo do século XX: esse tipo de casamento significa, por um lado, o fim das negociações entre famílias, substituídas pelas escolhas pessoais dos cônjuges, e, por outro, que a única razão dessa escolha é o sentimento amoroso (BOZON, 2004, p.48).

Como componente fundamental desta mudança constatada por Bozon destacamos o novo papel assumido pela sexualidade conjugal. Como já elaborado anteriormente ao sexo conjugal impunha-se a finalidade reprodutiva, normatizado pelas instituições, nas vias da transformação da conjugalidade no século XX o sexo ganha uma definição interna e amplamente subjetiva de realização erótica e manutenção do laço emocional do casal. Antes era o casamento, a ritualística do matrimônio, que dava direito ao sexo socialmente aceito, mas amplamente ligado a reprodução; agora o sexo é o que forma a união do casal e não a consequência do casamento. Assim, o sexo passa a definir o laço conjugal e sua manutenção, a sexualidade deixa de ser resultada do casamento e passa a ser o motor interno da conjugalidade:

A sexualidade, que antes era um dos atributos do papel social do indivíduo casado, tornou-se uma experiência interpessoal indispensável à existência do casal, formando uma linguagem básica do relacionamento. Passou-se de uma definição institucional do casal a uma definição subjetiva e intersubjetiva, que coloca a relação sexual em primeiro plano. (GIDDENS, 1993, p. 85).

Dessa maneira, o desejo e o prazer mútuos passam a habitar a ideia de débito conjugal. Efeito da criação histórica do laço entre sexualidade e casamento, a relação conjugal não é mais concebível sem a manutenção da atividade sexual entre os cônjuges.

Na visão institucional mais clássica do casamento, a preocupação social era mais voltada para os casamentos não consumado ou sem filhos, que não cumpriam a sua função social. Mas não era

escandaloso, nem raro, que os esposos continuassem a viver juntos sem manter relações sexuais, após terem tido filhos. Hoje, a atividade sexual conjugal é considerada a própria expressão do *impulso mútuo dos cônjuges*, um em direção ao outro (BOZON, 2004. p.50).

A diminuição do sexo ou a sua ausência, na perspectiva contemporânea influenciada pelas ideias românticas, fazem com que o próprio vínculo e a permanência da união sejam questionados. De certa maneira, o débito conjugal se atualiza, mostrando sua permanência na cultura, como uma necessidade na relação, mas de forma completamente descolada em sentido de como foi outrora. O papel cada vez mais importante e o valor da reciprocidade na atividade sexual se contrapõe a um tempo em que o prazer (ligado a luxúria e a lascívia) não poderia estar presente na relação conjugal, “os maridos apaixonados, os excessivamente ardentes, foram considerados fornicadores” (BOZON, 2004, p. 33). Dessa forma o débito conjugal se preserva na cultura, mas com o sentido completamente transmutado:

Só no século XX que a igreja católica proclamou o amor conjugal como fundamento do casamento e a relação sexual uma expressão do amor conjugal. O modelo do casamento por amor, era considerado um absurdo durante vários séculos (BOZON, 2004, p. 34).

Segundo Giddens (1993, p. 16) a forma de relacionamento contemporâneo pressupõe (o que não quer dizer que dê conta desse pressuposto) um grau significativo de igualdade sexual entre homens e mulheres, igualdade em nível de experiências sexuais pregressas à união conjugal, distinguindo-se dos valores culturais mais antigos que pregam a necessidade de a mulher guardar castidade até o casamento e preservar seus pudores em relação à sexualidade, mesmo depois de casada; caso contrário, poderia ficar à margem da sociedade respeitável. Porém, essa suposta igualdade sexual atual não se sustenta como valor pleno e comum. A permanência dos valores tradicionais ainda marca muitas culturas. Kim (2015) apresenta os resultados da

pesquisa qualitativa com 9 mulheres mexicanas emigradas para os EUA que viveram Violência Sexual por Parceiro Íntimo. Em suas narrativas, os aspectos socioculturais e crenças religiosas que reiteram o valor da virgindade contribuíram diretamente para a perpetração da violência sexual conjugal.

Segundo a autora, as entrevistadas interpretavam que seus maridos as violentavam como um aspecto de vingança por elas não terem se casado virgens. O processo de mudança de significado cultural atribuído ao sexo no casamento (e fora dele) é lento. O sentido da prática sexual se transforma, mas sua obrigatoriedade se mantém, mesmo que com outra roupagem. O débito conjugal tem seu sentido transformado, mas é perseverante sua regulação pela cultura com reiteraões sobre sua necessidade para manutenção da conjugalidade. Se antes era obrigatório que o casal praticasse sexo para ter filhos, hoje, sob influência das transformações encetadas pelo romantismo, o casal é impelido à pratica sexual para manutenção para preservação de seu status conjugal, dado que o sexo do casal é visto contemporaneamente como a expressão do amor, do desejo e da união entre o par. Se antes o amor, a paixão e os desejos carnavais deveriam ser rejeitados no âmbito do casamento, das relações conjugais estáveis, pois seriam danosos, agora esses afetos e a expressão deles na sexualidade passam a ser vistos como o que une os casais (BOZON, 2004). A ausência ou a redução do sexo nas relações é visto como uma redução do amor e do interesse de um em relação ao outro. Questiona-se a validade da própria relação e a sua continuidade com a diminuição da atividade sexual do casal (ARAÚJO, 2002).

Percorremos esse histórico para contextualizar que a presença do desejo e sexualidade no âmbito conjugal são elementos recentes, que se conectaram historicamente no século XIX renovando os aspectos do Débito Conjugal. Essa figura do direito-dever da prática da 'conjunção carnal' é uma das práticas conjugais que se transforma, rompendo com alguns preceitos antigos (como da atividade reprodutiva), mas permanece na nossa cultura, instituída por novos valores (da união amorosa e satisfação erótica): se antes o casal deveria praticar

sexo para produzir filhos, hoje, mesmo quando não querem ter filhos, considera-se necessária a manutenção de práticas sexuais para manutenção da unidade conjugal. As justificativas para a manutenção das práticas sexuais regulares variam, seja como forma de expressão do amor (argumento romântico) ou por considerar necessária a satisfação dos “instintos sexuais” (argumento biológico/naturalista). Assim, o débito conjugal é mantido culturalmente como parte dos deveres conjugais. Em resumo, se a prática sexual obrigatória no âmbito do casamento estava mais ligada a produção de filhos legítimos para manutenção dos bens na descendência das famílias, contemporaneamente o sexo do casal é compreendido culturalmente como forma de satisfação fisiológica ou forma de expressão afetiva.

3.3 REFERÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS PARA O DÉBITO CONJUGAL E PARA A VIOLÊNCIA SEXUAL

3.3.1 Referência do contemporâneo para o sexo conjugal

Nas referências contemporâneas da sexualidade despontam no horizonte conceitos inter-relacionados como desejo, arbítrio, vontade e consentimento, ligados a gestão individual do erotismo. A liberdade sexual, a autonomia e a inviolabilidade do corpo são ideias correlacionadas, contemporaneamente, ao campo dos direitos humanos e objeto de reivindicação de movimentos feministas da sociedade civil organizada.

No esforço de definir o que seria o consentimento, algo distinto da passiva aceitação de circunstâncias, juridicamente é formulado o princípio de que “a aquiescência deve ser explícita, afirmativa, consciente, voluntária e a existência de um relacionamento sexual/emocional não deve ser um indicador

implícito de consentimento” (PÉREZ, 2017, p. 25). Nas últimas décadas, o consentimento sexual tem sido considerado um referente para evitar a violência sexual nas relações íntimas, para além da definição formal e da categorização de atos que indiquem consentimento a dimensão social e cultural da sexualidade, posta sob a ideia de arbítrio traz alguns desafios a respeito das dimensões da liberdade individual e da influência sociocultural nos comportamentos e práticas sexuais.

O modelo de conjugalidade que temos hoje aponta que a “sexualidade de uma pessoa é um fator que tem de ser negociado como parte de um relacionamento” (GIDDENS, 1993, p. 79). Assim, a negociação sexual passa a ser considerada no âmbito conjugal e não apenas nas relações casuais ou pré-maritais, rompendo com os preceitos culturais da norma do débito conjugal e seu pressuposto, a saber, de que o início de um relacionamento equivale a um consentimento sexual contínuo. O arbítrio e o consentimento sexual são princípios que se opõem as normas tradicionais de gênero de submissão sexual feminina, são ideias que comungam com os direitos civis das mulheres e com a possibilidade de viver uma sexualidade livre de coerções e violências. As mulheres entram como sujeitos de direitos na negociação erótica, na posição de poderem fazer escolhas, dizendo sim ou não para a atividade sexual. No percurso histórico do século XX, a luta das mulheres por direitos civis teve como resultado a conquista de uma dimensão de escolha para suas sexualidades. Como afirma Giddens (1993, p. 79),

pela primeira vez, as mulheres coletivamente, e não como especialistas em uma *ars erotica*, são capazes de buscar o prazer sexual como um componente básico de suas vidas e de seus relacionamentos.

Dessa forma, as expectativas do que poderia ser o sexo numa relação conjugal se transformaram. As mulheres, contemporaneamente, esperam também desfrutar do prazer sexual, e muitas começaram a considerar uma vida sexual compensadora como um requisito-chave para um casamento satisfatório.

Ainda segundo Giddens (1993) a progressiva diferenciação entre sexo e reprodução colaborou para o desenvolvimento da forma da sexualidade ligada ao arbítrio e ao prazer, segundo ele os modelos de amor e de relacionamento conjugal contemporâneos, baseiam-se no ideal de uma “sociedade onde quase todos têm a oportunidade de tornarem-se sexualmente realizados (GIDDENS, 1993, p. 68).” E afirma que tal ideia da de realização sexual democratizada presume a existência de desejo sexual e possibilidade de arbítrio para ambos os gêneros.

Entretanto, vale lembrar que o ideal de igualdade sexual ainda não se consolidou como um princípio ordenador das práticas eróticas, por mais que as reivindicações sociais pelos direitos sexuais das mulheres tenham tido seus efeitos de considerar o arbítrio feminino. Ao contrário, no que diz respeito a sexualidade as normas culturais tradicionais de gênero ainda atuam na cultura. MATHIEU (1985, p. 144) aponta que uma contradição que se apresenta na cultura, e não apenas como uma questão sociológica, mas é também como uma questão psicológica que mantém a dúvida e a ignorância das mulheres sobre qual conduta sexual é lícita, visto as normas tradicionais que orientam os comportamentos sexuais serem contraditórias. A autora diz que são “normas esquizofrênicas”, pois postulam que uma mulher deve resistir às investidas sexuais de um homem e, ao mesmo tempo, postulam que devem ceder às investidas sexuais deles. Esse paradoxo e contradição permanente na prescrição do comportamento sexual das mulheres é um dos fatores de alienação sexual delas. Portanto, muitas normas culturais tradicionais acerca da feminilidade e da sexualidade ainda imperam, mesmo com o advento de uma nova perspectiva social que preza pela igualdade de gênero. Ou seja,

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque esse princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo de dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última

instância, como reconhecimento erotizado da dominação. (BOURDIEU, 2016, p. 38)

O valor da reciprocidade sexual entre parceiros assumiu uma grande importância como princípio da sexualidade conjugal, porém, a ideia de direito da mulher ao prazer sexual não necessariamente está atrelada a valores de liberdade sexual feminina, visto que em muitos casos o prazer feminino está submetido a ordem da dominação masculina. A forma de direito aos prazeres nem sempre se encontra atrelada ou valor de autonomia individual, posto que a desigualdade de gênero ainda modula a ordem dos poderes e da sexualidade (BOZON, 2004, p. 57).

3.3.2 Referências contemporâneas para VSPI

O Débito Conjugal, sua força e permanência na cultura, mesmo que renovando seu significado, obstaculizou, até recentemente, a visão e compreensão da VSPI. Se, nos casos de violências sexuais praticadas por desconhecidos, ainda se leva às últimas consequências a hipótese de consentimento da vítima, na VSPI tal questionamento a respeito do consentimento se eleva a ponto de desqualificar as coerções ou até banir o reconhecimento da sua existência. Vigarello, lembra que existe uma dificuldade no princípio de análise da consciência e do arbítrio quando se verifica casos de violência sexual, por exemplo, “de fazer a divisão entre consentimento e não-consentimento independentemente do ato concretamente efetuado”. (VIGARELLO, 2000, p. 25, tradução nossa) O autor ainda diz que a história do estupro é a história de um crime caracterizado inicialmente como moral, o que o diferencia sobremaneira a violência sexual dos outros tipos de violências.

Mais profundamente ainda o julgamento do estupro mobiliza a interrogação sobre o possível consentimento da vítima, a análise das suas decisões, sobre sua vontade e sobre sua autonomia. Uma

história do estupro ilustra de forma sensível o nascimento de uma visão do sujeito e de sua intimidade. O não consentimento da mulher, as formas manifestas de sua vontade, não existem a não ser dentro dos seus traços materiais e seus indícios corporais. (VIGARELLO, 2000, p. 9, tradução nossa)

E mais adiante:

É que o estupro é uma transgressão totalmente moral dentro do direito clássico, associado aos crimes de sodomia, bestialidade e não aos crimes de sangue. Ele pertence ao universo do despudor antes de pertencer a esse da violência, ele é gozo ilícito antes de ser agressão ilícita: luxúria a força. (VIGARELLO, 2000, p. 41, tradução nossa)

Podemos considerar a partir disso que a visão clássica do estupro como uma contravenção moral à ordem social fez com que o sexo forçado no casamento não fosse alvo de preocupações. Bennice & Resick (2003, p. 230, tradução nossa) escreveram que “até os anos 1970 e 1980, e violação conjugal não foi criminalizada no código penal de todos os 50 estados (nos EUA)”. As alterações legais nos Estados Unidos e no Brasil, como em diversos outros países, ocorreram somente depois de muito debate e resistência de setores conservadores. Um exemplo desse movimento é o pronunciamento de um senador estadunidense relatado por Freeman (1981, p. 1, tradução nossa): “em 1979, um senador democrático da Califórnia perguntou: ‘Se você não pode estuprar sua esposa, quem você poderá estuprar?’”. Já Bagwell-Gray (2015) escreveu que até pouco tempo as normas culturais e sociais impediam mulheres de encontrarem proteção legal contra parceiros que cometeram violência sexual contra elas. No Brasil podemos notar essa mudança na proteção legal e na percepção social da VSPI após a implementação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006).

Nas jurisprudências do XX a recusa reiterada de contato sexual por uma das partes dava à outra o precedente de pedido de dissolução do casamento. Porém, no Brasil, há pelo menos duas décadas, o débito conjugal não é mais interpretado como parte dos deveres conjugais e não consta mais no Código

Civil, sendo apenas subentendido nos Deveres de Coabitação como necessário para manutenção do casamento por juristas conservadores. Principalmente, após a implementação da lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) passou-se a considerar que:

Forçar o exercício do “direito” ao contato sexual pode, perigosamente, cancelar a violência doméstica. É bom lembrar que, por muito tempo, prevaleceu a tendência de desqualificar o estupro conjugal (DIAS, 2018, p. 2).

Vemos, dessa forma, que o código penal não se estendia até a violência sexual conjugal, enquanto o débito conjugal no código civil previa o exercício do sexo como um direito-dever dentro do contrato de casamento, desconectando assim o reconhecimento legal da VSPI até pouco tempo. Vigarello (2000) coloca como central a hipótese de Norbert Elias (1990) mostrando como as “normas de agressividade” variam com o tempo, como elas se refinam e se civilizam. A mudança de sensibilidade social a respeito da violência conjugal e a respeito da VSPI, especificamente, se refinaram na medida em que o ocidente passou a encarar os direitos civis das mulheres e a preservação de sua integridade pelo arbítrio em relação ao próprio corpo, assim o desejo é entendido com componente do arbítrio sobre a sexualidade e o sexo passou a ser uma das formas de identidade e exercício da autonomia.

A concepção acerca da intimidade sexual dentro de relações conjugais, principalmente as de coabitação, apresenta desafios únicos para a compreensão da coerção e do consentimento para a atividade sexual. A ineficácia da resistência física para demonstrar desaprovação e não consentimento para o sexo nas relações conjugais nos indica outra ordem de problemas descortinados pela questão da VSPI e sua visibilidade enquanto problema. De certa forma, há uma suposição de um consentimento contínuo para relações sexuais a partir do momento em que se inicia um casamento. (LOGAN, 2015) As deduções viciadas

entre os elementos: coabitação, casamento, disponibilidade sexual conectam de forma rígida e dificilmente quebrável as ideias de que a casa/quarto é o lugar próprio do casal e o que acontece nesse local é privado.

Outro fator confluyente para a invisibilidade da VSPI é a longa história cultural da ideia de submissão feminina no casamento e na casa. Em estudo recente sobre Violência Sexual por Parceiro Íntimo no Zimbábue, Simukai Shamu (2012) relatou o quanto relações domésticas desiguais podem aumentar o risco de violência por parceiro íntimo. A socialização feminina na puberdade, em que as meninas são ensinadas como agradar seus futuros maridos, bem como serem gentis, submissas e obedientes contribui para aumentar a desigualdade de gênero. O estudo investigou as práticas sexuais coagidas no período gestacional e apresentou que uma das táticas usadas pelas mulheres para evitar a coerção sexual é ir para casa das parentas, mãe, irmãs e avós. A tática se resume a se ausentar da casa para se esquivar das investidas sexuais do marido.

Na sociedade contemporânea, é fora da unidade doméstica que se dá a ordem que define a unidade doméstica como isolada, particular, privada, própria do casal e da sua intimidade. A unidade doméstica apresenta suas particularidades para a conjugalidade e para a submissão feminina. Bourdieu (2016, p. 160) aponta que “a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e não só através do recurso à violência física)”. Por sua vez, Shamu (2012) apresenta algumas particularidades que influenciam a ocorrência de violência sexual conjugal, tais como a dependência financeira da mulher em relação ao marido, a desigualdade socioeconômica e a servidão doméstica. Por outro lado, Wandera (2015) faz um estudo em Uganda e afirma que o empoderamento socioeconômico e demográfico das mulheres não tiveram efeito para redução da violência sexual do parceiro. O ciúme e o controle sobre a esposa mantinham o comportamento violento do marido como uma tentativa de restaurar a ordem e o poder dele na casa e sobre ela. A dimensão doméstica do casamento, da casa onde casal coabita, devem ser levadas em conta ao pensar o estupro marital.

Essa dimensão é fundamental para distinguir a VSPI das demais violências sexuais e permitir a visibilidade para esse tipo específico de violência conjugal.

As transformações culturais que nos permitem questionar o Débito Conjugal, entender sua transformação ao longo da história e pensar a violência sexual conjugal, hoje, são da ordem das transformações culturais da modernidade, colocando no cenário das relações pessoais os princípios jurídicos do liberalismo e as influências na sociedade do romantismo. A caracterização de uma atividade sexual não consentida ou não desejada se baseia na ideia da possibilidade de consentimento indissociável do reconhecimento da mulher como um sujeito de desejo. A possibilidade de dizer não ao sexo indesejado ou coagido está social e historicamente ligada à possibilidade de agir afirmativamente, dizendo sim às possibilidades eróticas desejadas. Dizendo de outro modo, só surge historicamente a questão do consentimento quando colocada a possibilidade de as mulheres negarem determinadas atividades sexuais e afirmarem outras. Não há dúvida de que esta é questão muito recente na história e ainda isolada em grupos privilegiados.

O século XX é marcado por profundas transformações sociais. As reivindicações por sufrágio universal marcam o início do século e posteriormente a organização social dos movimentos feministas imprimem sua marca na história. O desenvolvimento do modo de produção capitalista altera as formas de vida e os papéis sociais dos gêneros na família e no trabalho produtivo remunerado, influenciando na configuração das famílias, nos novos propósitos de um casamento, no tipo de trabalho e na inserção social das mulheres, todos fatores contribuintes para a mudança de comportamento e de configuração da sexualidade conjugal. O que se alterou na sexualidade conjugal, a respeito do sentido cultural do Débito Conjugal, foi principalmente a transformação de sua finalidade, da reprodução para o prazer incluindo aí os elementos de arbítrio: coerção e consentimento.

Para as mulheres, e de certa forma também para os homens, a sexualidade tornou-se maleável, sujeita a ser assumida de diversas maneiras, e um 'propriedade' potencial do indivíduo (GIDDENS, 1993, p. 37). As noções de

indivíduo e de direitos individuais; do corpo; do sexo; da liberdade sexual; e as noções de autonomia e de direito aos prazeres nos dão o cenário da composição que foi se formando na contemporaneidade, permitindo o debate hoje a respeito da coerção sexual; dos abusos e violações sexuais e do estupro. Como dito por Vigarello (2000), a história do estupro está mais ligada a história dos pudores e das libertinagens, da sexualidade e da gestão social dos prazeres do que propriamente ligado à história da violência. Que a preocupação a respeito da coerção sexual hoje recaia também sobre o sexo conjugal denota uma ampla transformação social a respeito do casamento e do sexo nesse contexto relacional.

Mais recentemente as mudanças legais e as atualizações da interpretação das leis formam um cenário social propício para o debate do tema do Débito Conjugal e da VSPI. Portanto, mesmo que parcial e lentamente, a conexão entre casamento e prática compulsória do sexo está se afrouxando, permitindo que se pense a respeito da violência sexual por parceiro íntimo. Na medida em que o Débito Conjugal deixa de imperar como regra da conjugalidade, os direitos individuais nos direcionam às reflexões sobre o arbítrio, colocando a coerção e o consentimento como chaves de compreensão de novas normativas para o sexo. A pauta de enfrentamento a todos os tipos de desigualdades de gênero e de violência contra mulheres contribui para formulação de leis e políticas públicas que amparam aquelas que sofreram coerção e violência de seus parceiros, dando assim maior visibilidade e legitimidade para as queixas e denúncias das variadas formas de violência conjugal, entre elas a VSPI.

Dessa forma entendemos que a VSPI ainda está sujeita a relativa invisibilidade, porém, o cenário atual se mostra cada vez mais propício a reconhecê-la como um problema social a ser enfrentado. Sua relativa invisibilidade na atualidade se deve a características variadas, entre elas: os papéis sexuais historicamente atribuídos a homens e mulheres no ato sexual, a prevalência cultural do julgamento do sexo como um dever dentro de uma relação conjugal, a falta de proteção legal a mulheres que sofreram violência sexual por

parte de seus parceiros. Esses fatores contribuintes da naturalização e invisibilidade da VSPI estão se desmontando na medida em que os sistemas assistencial e jurídico reconhecem as diversas formas de violência contra mulheres, como descrito na lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), na medida em que os avanços das pautas feministas questionam os papéis sexuais previstos para homens e mulheres e que o Débito Conjugal deixa de ser interpretado como um dever legal no âmbito da sociedade matrimonial.

4 AS INFORMAÇÕES DO PRESENTE E O TEMPO DA MEMÓRIA

Neste capítulo, exponho alguns aspectos do visível, do manifesto, do dialogável/comunicável, além da contextualização cronológica das informações em torno da VSPI. A visibilidade e a comunicabilidade da VSPI são o tema comum que atravessam, tanto as informações atuais que as entrevistadas apresentam, quanto suas memórias de conhecimentos adquiridos na juventude.

Na primeira parte do capítulo, cujo título é: “Mídia e a visibilidade da VSPI: uma parte da enunciação pública do problema”, trabalho as perspectivas da visibilidade explorando nas narrativas as informações emitidas pela mídia que as senhoras entrevistadas disseram ter a respeito da VSPI. Dessa maneira, recorreremos à dimensão da assimilação das informações atuais para pensar, reiterando, a visibilidade e a comunicabilidade da VSPI nas mídias de grande circulação. As mídias citadas nas narrativas são principalmente a televisão, entre a ficção e a realidade veiculada, e a internet com suas redes sociais, principalmente o facebook. A reflexão parte, portanto, pelas informações que as entrevistadas receberam recentemente dos grandes meios de comunicação. Dessa forma, um diagnóstico do presente ocorre mediante a dialética entre o revelado e o silenciado enunciada na mídia.

Na segunda parte deste capítulo, cujo título é: “Marcação temporal: memória e geração nas informações sobre VSPI”, o trabalho se instaura no ritmo da memória e nas pegadas, das informações e ensinamentos absorvidos na juventude das entrevistadas. Assim, o debate geracional traça a comparação entre o passado e tempo atual, fragmento cronológico marcado pelas visões, vivências e impressões das participantes. Analiso o que elas relatam sobre a época da juventude e suas visões acerca de sexualidade, violência sexual e VSPI; como elas viram, ouviram e foram ensinadas sobre esses temas, paradoxalmente entremeados pelos tabus da época e pelas ideias contraculturais presentes nos anos 60.

4.1 MÍDIA E VISIBILIDADE DA VSPI: UMA PARTE DA ENUNCIÇÃO PÚBLICA DO PROBLEMA SOCIAL

Como dito anteriormente, os dois significantes que guiaram esta parte do estudo foram a visibilidade e a invisibilidade do tema da Violência Sexual por Parceiro Íntimo. Nas entrevistas, quando questionadas a respeito de sua ciência da VSPI, as senhoras, em sua maioria, se voltaram às informações resultadas da grande mídia relatando, principalmente, produtos da televisão. Nas narrativas dos sujeitos da pesquisa foram recorrentes as menções aos veículos da grande mídia, da internet e das redes sociais. Com efeito, essas menções estão reunidas na primeira categoria de análise, que trata das informações sobre a VSPI dispostas na mídia e da percepção do tema pelas entrevistadas a partir deste contato, sendo esta, portanto, a primeira categoria de análise do material empírico. Adiante, apresento as informações da mídia percebidas pelas intérpretes, a repercussão/visibilidade da Violência Sexual por Parceiro Íntimo entre o coletivo, diante do princípio de que a enunciação pública da VSPI é um indicador imprescindível na pesquisa referente a como essa questão assumiu a face de problema social.

Para que uma questão seja coletivamente legitimada como problema social, não basta que agentes competentes a examinem e proponham soluções, como colocado por Lenoir (1996). O autor coloca a necessidade de impor a questão como problema social na esfera pública, sendo isso proporcionado pelo dispositivo da enunciação. Tal trabalho de enunciação pública inclui a articulação de grupos na sociedade civil, seu diálogo com o Estado na promoção de políticas públicas e com os veículos formadores de opinião, entre eles televisão. Sobre esta importância o autor ainda recorda que:

(...) a denúncia da condição da mulher pelos movimentos feministas dos anos 60 e 70, foi acompanhada por um trabalho de mobilização. Tal fenômeno pressupõe uma instrumentação social elaborada, como a criação de grupos cujas funções são, simultaneamente materiais e simbólicas. (LENOIR, 1996, p. 88)

O autor chama de “porta-vozes” àqueles agentes que veiculam as informações sobre os problemas sociais, organizando entorno deles as reivindicações e atribuindo o peso de “consciência social” à determinadas causas. As instâncias nas quais é pronunciado ou publicado esse discurso que concede arestas ao problema social merecem grande atenção, compõem a construção de um problema social. A enunciação pública se apresenta, assim sendo, como a fase final da legitimação de uma questão como problema social. Lenoir (1996, p. 89) nos diz que “delinear a gênese de um problema social” pressupõe se debruçar sobre os “porta-vozes” que enunciam o problema, aqueles que expõem, falam, comunicam e geram visibilidade sobre ele. O autor diz que, geralmente, esses porta-vozes são setores ou grupos socialmente favorecidos que tomam como uma causa, implicitamente compartilhada, o problema social em questão, contribuindo para a sua explicitação. Nas entrevistas e na literatura consultada, foram elucidados como grupos porta-vozes acerca da VSPI a mídia e os movimentos feministas.

Os fatores aqui apontados como presentes na mídia brasileira, ao corroborarem para a explicitação de um problema social dão suporte e ressonância para construir, na cultura e na sociedade, uma visão que trate a

violência conjugal contra a mulher como um problema social. A manifestação/visibilidade da VSPI parece se dar orientada pela mesma lógica de exposição das violências conjugais em geral. Estes processos de exposição fazem parte dos instrumentos que visam formar opinião e interferir na cultura, formulando, assim, a moldura de problema social em torno de determinadas reivindicações.

O trabalho de formulação pública pode surgir da iniciativa dos atores do próprio campo político que, na constituição de um problema social, encontram uma causa de interesse geral a ser defendida. (LENOIR, 1996, p. 84)

Rastrear que é apreendido pelas senhoras em questão, a partir das informações a respeito da VSPI fornecidas pelos meios de comunicação, se comprova uma maneira de investigar o estatuto do problema social da VSPI, o momento de sua formação e, como colocado por Lenoir (1996), o que a enunciação pública fala sobre isso. As marcações temporais a respeito do tema, nas últimas décadas, são balizas que depõem sobre o avanço da visibilidade da VSPI. A percepção das mulheres acerca das transformações sociais, com base em informações atuais, permite o diagnóstico de alguns elementos do presente e de influências recentes que conduziram a eles.

4.1.1 Informações atuais provindas da mídia

Aqui, são levantadas as percepções das informações atuais, aquelas afirmadas pelas entrevistadas como informações recentes da mídia. Bosi, (2013, p. 38) afirma ser “do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde.” Assim, é o presente que evoca a rememoração, o que empenhamos na técnica de entrevista e na escolha quanto à ordem de exposição no texto. Partindo do presente, o discurso das entrevistadas apresentou elementos das

notícias dos jornais, das cenas de novelas, das representações midiáticas e reivindicações políticas presentes nos veículos de imprensa. As narrativas das entrevistadas também acenaram para as informações que circulam na internet, sobretudo nas redes sociais. Dessa maneira, abordamos as questões sobre a VSPI que transitam pelos meios de comunicação e pelas redes sociais, designados pelas informantes como recursos dotados de poder de intervenção na cultura e na formação de opinião.

Quando perguntadas a respeito de informações sobre VSPI, cinco das sete entrevistadas mencionaram os meios de comunicação da grande mídia. A mídia televisiva, como jornais e novelas, ganha destaque em suas falas. A senhora Ágata nos diz: “já ouvi falar muito sobre isso sim, e vejo muito ainda na TV, na internet, portanto ouvi falar muito sobre isso sim.” Nessa fala vemos a atribuição dada à internet e à mídia televisiva, percebida com um espaço de pronunciamento do tema, de visibilidade e informação. A Senhora Quartzo também conta: “Bom, eu vejo constantemente [notícias acerca da VSPI] eu estou lendo sobre isso inclusive, eu leio tudo que sai nas redes, essas notícias aí.” Diante dessas informações, Quartzo ainda conclui: “então, eu vejo que as informações estão à disposição, acho que as redes sociais têm elementos democratizantes”.

Interessante notar que, mesmo a senhora Quartzo alegando que “as redes sociais têm elementos democratizantes”, ela ainda frisa a contradição existente entre determinados aspectos democratizantes e a persistência de valores conservadores:

Eu acho que tá muito mais divulgada a questão, acho que tem muito mais notícia por uma série de razões, e mesmo as próprias redes sociais, a mídia, a divulgação é grande, agora não acho ainda, na minha interpretação, que seja muito conhecido de grande parte da população e sobretudo das mulheres, tem muita mulher ainda, muito desinformada sobre isso. (...) estamos vivendo um tempo de abertura, de maior conhecimento sobre essa questão, divulgação dos índices de violência, ao mesmo tempo estamos assistindo um movimento conservador né, no Brasil, extremamente conservador do ponto de vista religioso, e que tá reiterando todos

os valores conservadores, das mulheres serem submissas, tá reiterando misoginia, tá reiterando tudo isso, essa briga vai longe.

Acerca dos fatores conservadores alegados por Quartzó como presentes na mídia, na afirmação destes, podemos determinar que os papéis tradicionais de gênero são também apresentados na literatura sobre VSPI (SHAMU, 2012) como influentes na perpetração de violências sexuais por parceiros íntimos. A este respeito, Shamu (2012) aponta que os papéis tradicionais de gênero, reproduzidos por diversas instituições, influenciam nos comportamentos sexuais. “A maioria dos relatos de violências sexuais por parceiro íntimo estavam relacionadas às formas de práticas sexuais coercitivas influenciadas por padrões de masculinidade dominante na sociedade.” (SHAMU, 2012, p. 8, tradução nossa). Assim, é neste sentido que, como apontado na fala da senhora Quartzó, a reiteração dos valores conservadores, como a submissão sexual das mulheres e os padrões de masculinidade dominante são fortemente responsáveis pela reincidência de violências sexuais por parceiro íntimo.

Esmeralda relata notar que: “Tem aparecido muita coisa assim, na mídia sobre esse assunto, que não aparecia nos tempos atrás né. Parece que uma certa mídia comprou essa briga, né, inclusive.” Ela indica, nessa fala, o crescimento da enunciação pública e midiática em torno da violência contra mulheres, dizendo também sobre uma parcela da mídia “ter comprado essa briga” ao se pronunciar e se colocar como porta-voz da questão. Ela relaciona, ainda, esse posicionamento da mídia com a presença de mulheres no trabalho jornalístico: “É porque você tem visto mais mulheres também, né, que é outra coisa, tem mais mulheres trabalhando como jornalistas, como repórteres, a denúncia das novelas da Globo”.

A senhora Rubi também vê esse tema presente na mídia: “Acho que assim, é uma coisa que aparece muito nos jornais, continuamente”. Ela atribui tal impressão mesmo às notícias que não abordam diretamente a VSPI ao relatar, por exemplo, sobre como em reportagens referentes à namorados que se

separam é comum ver que a mulher prossegue sendo assediada e deduz desse assédio que a mulher prossegue sendo “procurada sexualmente” mesmo após a separação, reforçado o componente da VSPI. Ou seja, mesmo em notícias acerca de outros tipos de violência conjugal, como perseguição, violência física ou psicológica, é possível perceber o componente de violência sexual, ainda que não seja o destaque da notícia, como observado por Rubi.

A respeito do impacto do tratamento da mídia sobre a VSPI nas opiniões e percepções das pessoas, senhora Rubi narra: “Acho que ainda não se fala muito disso [VSPI, na esfera das conversas pessoais]. Acho que, assim, quando você está comentando sobre casos externos, notícias de jornal, [...] acaba deixando transparecer sua opinião, então a gente vê que acontece alguma coisa na intimidade de alguém [pelas reações produzidas pelos comentários]”. Ao reparar a falta de diálogo pessoal explícito em volta da VSPI (em conversas entre amigas, por exemplo), ela comenta sobre a manifestação indireta desses elementos da VSPI incitada por algo visto na mídia que as pessoas próximas contam. Em outras palavras, emergem dados pertencentes à dimensão íntima e do privado em que transitam as opiniões sobre a VSPI, não referidas expressamente entre as pessoas, quando se discute sobre notícias “sobre casos externos”. Ao mencionar noticiários, expressões, gestos, e comentários denotam que alguém ali presente é afetada por alguma situação de violência conjugal ou, especificamente, violência sexual por parceiro íntimo. Assim, notícias da mídia podem disparar e incentivar a exposição de opiniões nas relações estreitas, situando questões da vida pessoal – as quais, talvez, não fossem emitidas sem a exposição midiática do problema social. Dessa maneira, o reconhecimento público e a menção da violência contra mulher nos meios de comunicação introduze a questão da VSPI nas relações íntimas, levando às conversas particulares entre pessoas de círculos sociais comuns.

Quanto ao grau de gravidade do que é exposto na mídia e seu efeito na opinião pública, Quartzos nos lembra a baixa mobilização entorno da violência

sexual contra pessoas adultas, principalmente as cometidas dentro de um relacionamento:

porque dentro de uma relação, digamos assim, de parceiros, conjugal, seja o estado civil que for, mas assim é meio que encarado como natural poder fazer tudo né, é mais ou menos assim, choca mais de repente algo como abuso de criança de adolescente, mas choca menos essa questão no casamento, do formato que tem, é como se fosse permitido né.

Dessa maneira, Quartzó mostra a invisibilidade da violência sexual conjugal, o quanto esse tipo específico de violência sexual não gera recusa e nem comoção na opinião pública. Ela insinua ainda quanto aos fatores que podem contribuir para esse fenômeno, responsabilizando o formato do casamento por tornar um pressuposto a ideia de que a coerção sexual é intrínseca a esse tipo de relação. Nesse sentido, por um lado, a exposição dos casos mais brutais, aqueles que mais afetam a opinião pública, possui maior impacto na sociedade aumentando a visibilidade, movimentando a elaboração de políticas públicas e reivindicações de proteção social. Por outro lado, cabe notar que os casos televisionados não implicam em um aumento no grau de compreensão coletiva das nuances envolvidas na violência de gênero. Assim, Jaspár aponta que:

Ao se tornar um sujeito da mídia, assim como sexo ou amor, a violência conjugal é reificada em casos sórdidos. Reificação que impede de apreender essa violência em todos os seus aspectos e compreensão de que o processo começa em casais "comuns". A opinião pública e os rumores diários tendem a se cristalizar em torno dos dramas e crimes familiares mais atrozes, que geram manchetes. A visibilidade e a compreensão da violência doméstica são frequentemente confundidas por esse contexto de hipermídia de extrema violência. (JASPAR, 2015, p. 10, tradução nossa)

Vigarello coloca que as queixas sobre violência sexual aumentaram drasticamente nas últimas décadas. Segundo ele, houve uma transição de um silêncio relativo para uma repercussão até mesmo ruidosa. O autor também frisa o maior espaço ocupado atualmente pelo debate sobre os crimes sexuais nas

mídias, os artigos da imprensa, as mídias sociais, os tribunais e os inquéritos policiais, confirmando que esse fenômeno acena para mudanças nos comportamentos sexuais, mas, sobretudo, para mudanças na sensibilidade a respeito da percepção da violência.

Mesmo que a VSPI não tenha protagonismo na mídia, a exposição das violências conjugais mais comuns parece acarretar a questão em seu pronunciamento. As senhoras entrevistadas se disseram reportadas no tocante à da VSPI pelas mídias, e mesmo não mencionando nenhum conteúdo específico sobre o tema se disseram informadas a seu respeito, e que suas impressões são de uma grade enunciação pública pelas mídias televisivas e digitais.

4.1.2 História da exposição midiática, no Brasil, da violência contra mulheres

Aqui trataremos o processo histórico da exposição midiática da violência conjugal contra mulheres, composta, entre outros formatos, pela VSPI. A violência contra mulheres perpetrada por parceiro íntimo foi sendo assumida como problema social, como digna de atenção e de propostas de enfrentamento. A veiculação dos casos de violência conjugal se apresentou a partir da década de 1970 na mídia televisiva e veio aliada às reivindicações de encaminhamento legal e de agendamento de políticas públicas. Esses temas se impuseram nos meios de comunicação do Brasil nas últimas décadas do século XX, produzindo transformações na cultura e nos processos de formação de opinião.

Desde o início dos anos 70, as feministas americanas denunciavam a 'violência sexual contra a mulher', porém uma década depois é que esse fenômeno veio a ser apresentado como categoria sociológica e área de pesquisa, cuja configuração mais usada passou a ser 'violência contra a mulher' e se caracterizou como questão central do movimento feminista nacional (BANDEIRA, 2014, p. 450)

Algumas memórias do que foi televisionado são apontadas pelas entrevistadas numa perspectiva comparativa histórica, entremeadas por suas percepções de transformações sociais e culturais quanto ao tema e sua divulgação. Algo referente à memória, mais do que à precisão das datas, evoca a sensibilidade e a percepção da transformação que se operara na mídia e na sociedade acerca do tema nas últimas décadas. As lembranças do passado, do que testemunhado fora, se assentaram como componentes da história, elementos ordenados que colaboraram para o que vemos hoje, sedimentos subjacentes a outros discursos.

A década de 1970, reiterando, foi o momento da emergência midiática do tema da violência contra mulheres, gerando visibilidade nacional ampla, com os casos de violência física e assassinatos de mulheres por maridos ou ex-maridos comovendo a opinião pública. Com efeito, esse período foi nevrálgico para o início da visibilidade de violências contra a mulher como um problema basal na sociedade brasileira, tendo a mídia papel importante nesse percurso histórico da nomeação e exposição dos casos de violência por parceiro íntimo. O início desse processo de visibilidade gerou consequências na implementação de políticas públicas e assistência a mulheres em situação de violência nas décadas seguintes.

É sabido que, no final dos anos 1970, os assassinatos de mulheres cometidos pelos respectivos maridos, ex-maridos e companheiros localizados nos segmentos de classe média, ganhavam visibilidade midiática e das autoridades, o que culminou com a mobilização da militância feminista a demandar por políticas públicas de combate à violência contra mulheres. (BANDEIRA, 2014, p. 456)

Na década de 1980, no movimento de reabertura democrática do país e de ascensão dos movimentos de mulheres, a questão passou a ser tratada juridicamente de forma distinta, com o que era abrandado como “crime em defesa da honra” passando a ser reconhecido como violência e assassinato de mulheres (BANDEIRA, 2014). A luta jurídica contra a impunidade desses homens marcou esta época, em que os grupos feministas organizados levaram à criação de

instituições de atendimento às mulheres vítimas de violência. Instituições caracterizadas por um agir político diante das instâncias públicas, contribuindo para a politização das violências de gênero cotidianas e para a demanda por uma resposta do Estado (BANDEIRA, 2014, p. 451)

A senhora Jade, quando indagada sobre as mudanças de visibilidade da VSPI nos últimos tempos, diz que, nas décadas de 1980 e 1990, havia muita inocência e desconhecimento por parte das meninas de classes populares, pois “não existia internet e televisão, não era todo mundo que tinha”. Ou seja, ela condiciona uma parte significativa da transformação, em favor da menor tolerância à VSPI, à disponibilidade de informações sobre o tema nos meios de comunicação atuais, como nas redes sociais resultadas da popularização da internet. Diz, ainda que “toda menina tem um celular hoje, e com internet” com as informações dotadas de maior acessibilidade e, portanto, levando a entrevistada a inferir que as meninas, estando mais informadas, ficam menos sujeitas a permanecerem em situação de violência. Em oposição, contudo, a senhora Quartzô nos diz:

Eu acho que tá muito mais divulgado a questão, acho que tem muito mais notícia do que antes por uma série de razões, e mesmo as próprias redes sociais, a mídia, a divulgação é grande. Agora, não acho que ainda, na minha interpretação, seja muito conhecido de grande parte da população e sobretudo das mulheres. Tem muita mulher, ainda, muito desinformada sobre isso.

Um caso de grande destaque nacional nos anos 1990 e 2000 foi o de Maria da Penha¹⁰, sobre o qual jornais transmitiram o processo de julgamento e, após a promulgação da lei, persistente na mídia, no que tange o assunto da

¹⁰ Maria da Penha sofreu duas tentativas de assassinato por parte de seu marido em 1983, quinze anos depois, em 1998, devido à negligência da justiça brasileira no encaminhamento legal do processo este foi analisado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Estado brasileiro por omissão. O caso de violência doméstica praticado contra Maria da Penha se tornou representativo da violência doméstica contra mulheres. (FERNANDES, 2012)

violência contra mulheres. É o que nos dizem duas das 7 entrevistadas, realçando o papel de movimentos sociais de mulheres e da mídia como fontes de conscientização que geraram visibilidade para a questão da VSPI. A relação entre movimentos feministas e a exposição da violência contra mulheres pela grande mídia é de fundamental relevância, concordando inclusive com o que a senhora Esmeralda fala sobre o caso Maria da Penha:

(...) teve a mídia, a grande mídia, falando o tempo todo, falando sobre a história dela (...) foi um exemplo, um momento de ruptura (...) e a partir daí você tem todos os dias, as vezes eu assisto [empresa de televisão X]¹¹, eles fizeram programas específicos pra falar sobre feminicídio né (...) apesar de todo desserviço que eles prestam sobre a política eu achei importante para as pessoas verem esse assunto (...) agora você vê, esse assunto não entra na [empresa de televisão Y] nem na [empresa de televisão Z], mas tá aparecendo bastante na [empresa de televisão X e A].

Em consonância com os relatos das informantes acerca do papel da mídia no empenho de políticas públicas, no aumento da visibilidade, na definição de problemas sociais e na mudança de mentalidade na sociedade brasileira, Ramos e Paiva (2007) sustentam este debate. Estas autoras consideram que, “Apesar das deficiências que, pesquisadores e especialistas são enfáticos em apontar, há o papel decisivo dos meios de comunicação, e o da imprensa em especial, nas respostas de governos e da sociedade aos problemas da violência” (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 21).

Especificamente no Brasil, a imprensa se prova um espaço estratégico não só de pronunciamento, mas deste como ferramenta para o manejo institucional dos problemas, expresso no encaminhamento jurídico de casos de violência, como se sucedeu no caso Maria da Penha. O jornalismo investigativo recorre às informações determinadas e, com isso, deflagra processos que por outros meios seriam ignorados ou descreditados, dadas as falhas de outros

¹¹ Preferimos suprimir o nome das empresas de televisão citadas pela entrevistada.

sistemas, como o policial e o jurídico-penal, em atuar em prol da justiça e dos direitos humanos.

Como a polícia não funciona e só investiga o que realmente tem repercussão, a imprensa acaba funcionando como polícia às vezes. Há muitos casos em que a se a imprensa não investigar, a polícia, por incompetência ou por desleixo, acaba não investigando. (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 21)

A expansão do debate sobre violência contra mulheres reverbera na concepção da violência sexual por parceiro íntimo como uma face do problema, com o que antes se limitava à figura jurídica do estupro agora alcançando outros graus mais sensíveis de violência sexual, inclusive no âmbito dos relacionamentos. Assim, nessa subdivisão remetente à exposição midiática da VSPI concluímos que, mesmo quando a VSPI não é abordada diretamente, o aumento na transmissão do tema das violências conjugais contra mulheres (ainda que empreendido de modo generalista e limitado quanto às nuances influentes na violência sexual) é acompanhado por um progresso na absorção da questão, também na dimensão específica da VSPI. Dito de outro modo, a enunciação da violência conjugal como problema social promovida pela grande mídia apresenta, ainda que na medida do sutil, a existência da coerção e da violência sexual no âmbito das relações conjugais como uma dentre as formas de violência nelas presentes.

4.2 MARCAÇÃO TEMPORAL: MEMÓRIA E GERAÇÃO NAS INFORMAÇÕES SOBRE VSPI

Nos próximos textos desta subdivisão o trabalho se estabelece no ritmo da memória das informações, e pautado nos ensinamentos recebidos na juventude das entrevistadas e por elas evocados. Assim, o debate geracional traça uma comparação entre o passado e tempo atual, períodos estampados pelas visões, vivências e impressões das informantes. Analiso o que elas relatam

sobre a época de sua juventude e suas visões acerca de sexualidade, de débito conjugal e suas impressões sobre VSPI, extraindo o que elas viram, ouviram e receberam de ensinamentos sobre esses temas, permeados pelo paradoxo entre tabus da época e ideias da contracultura presentes nos anos 1960.

Integrar uma mesma geração implica em certos pensamentos e comportamentos, com Ferrigno apontando que “Seus membros pensam e atuam de certo modo porque ocupam o mesmo lugar em uma estrutura global” (FERRIGNO, 2010, p. 37). O conceito de ‘localização social’ colabora com a análise geracional pois essa se constitui a partir de uma mesma ‘localização’ de indivíduos em determinado contexto social e em um processo histórico semelhante. O autor diz que por esse motivo a análise de um fenômeno geracional deve se dar levando em conta que as ações de cada indivíduo ocorrem em um e fazem parte de um processo social amplo e dinâmico. As senhoras que entrevistei apresentaram um perfil comum não apenas pelo pertencimento à mesma geração, mas também por questões que envolvem outros marcadores sociais da diferença como classe social.

Claro está que o fator geração é apenas mais um dos muitos determinantes do comportamento social, assim como classe, gênero, etnia, etc. Também nunca é demais lembrar que a própria organização da sociedade é determinada por uma gama complexa de fatores econômicos, políticos e culturais. Todavia, parece que a importância da variável geracional não recebe devida atenção. Essa constatação torna relevante o esforço em construir algum conhecimento nessa área entendendo as gerações como um produto cultural. (FERRIGNO, 2010, p. 26)

A semelhança de perfil ocorreu, para além do marcador geracional, por conta da técnica de reunião das informantes, como exposto no capítulo anterior. Posto isso, o fator geracional será analisado no que tange à questão da VSPI, com essa referência se revelando principalmente através das ideias de liberação feminina e de contestação das tradições ecoadas pela contracultura dos anos 60. Como observado por três das informantes, o contato com o meio universitário foi determinante para que os ideais da contracultura passassem a compor suas

vivências, unindo fortemente essas mulheres às ideias de contestação de padrões tradicionais de casamento e sexualidade feminina. A rejeição dessas mulheres aos ideais de casamento e família tradicionais é nítida em suas falas, sendo a ideia de submissão feminina no casamento também contestada junto à da obrigatoriedade do débito conjugal e à da posição da mulher em servir sexualmente ao homem.

Queiroz sublinha que “o relato oral constitui sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber” (QUEIROZ, 1986, p. 3) constituindo simultaneamente a transmissão de conhecimentos e ao mesmo tempo a construção de hábitos. A educação e a formação de comportamentos são passados adiante entre gerações, com base em um repertório constituído de narrativas, piadas, conselhos, história pessoais, ditados populares, mitos, lendas e folclore. A experiência indescritível procura traduzir-se em vocábulos, “com a passagem daquilo que está obscuro para a nitidez da palavra, rótulo classificatório colocado sobre uma ação ou uma emoção” (QUEIROZ, 1986, p. 3) A narrativa ouvida da geração anterior, assim como o que elas próprias transmitiram para a seguinte, foi demonstrada em suas falas, com essa partilha empenhada na tentativa da manutenção de alguns valores e na ruptura com outros.

Na primeira parte é apresentada a juventude vivida nos anos 1960 abordando os valores desse tempo, o que elas ouviram a respeito da VSPI em suas juventudes, e na segunda são tecidas as questões geracionais através de comparações de suas próprias histórias de juventude em relação às histórias de suas mães na geração anterior e às de suas filhas na geração seguinte.

4.2.1 A juventude vivida nos anos 1960

Aqui, são apresentadas as memórias de juventude contadas pelas informantes e seus enlaces com a temática da VSPI. No percurso das

entrevistas, as senhoras foram convidadas a contar sobre o que ouviram quando eram jovens acerca da coerção sexual, do débito conjugal, bem como os ensinamentos e as informações que receberam sobre sexualidade, especificamente a respeito do comportamento sexual esperado da mulher numa relação conjugal. As perguntas orbitaram em volta do que era dito, ensinado, comentado a respeito desses assuntos, convocando lembranças remetentes à coerção, sexualidade e deveres conjugais no casamento.

As memórias de suas juventudes, sobre os assuntos ligados à sexualidade, apresentaram diversos pontos de encontro com os ideais da contracultura de contestação das tradições, convivendo com a permanência de ideias conservadoras, que também pautaram a sua geração: a geração de jovens dos anos 1960. As minhas informantes são mulheres que, em 2020, tinham entre 70 e 76 anos de idade e viveram sua juventude no Brasil dos anos 1960 e 1970.

Como apontado por Bosi (2003), o trabalho da memória parte do hoje em busca de algo do passado que remeta às questões atuais. Desse modo, as perguntas sobre as vivências das informantes durante o período da juventude e sobre como foram os ensinamentos a respeito de sexualidade provocaram digressões temporais. Tais digressões, sob os rastros das reflexões de Bosi, apresentam como as vidas dessas senhoras foram tocadas pelo espírito da época.

A senhora Esmeralda diz que em sua juventude, nos anos 1970, o casamento já estava mudando de sentido. Ela usa a si própria como exemplo ao citar o seu objetivo que não era o de apenas se casar, ter filhos e construir uma família tradicional, mas de encontrar um parceiro que somasse aos seus objetivos próprios, um companheiro, um aliado, que também fosse um parceiro sexual, alguém com quem pudesse aproveitar e “curtir a sexualidade”, em suas palavras. A ideia de sexualidade feminina que passa a contemplar a possibilidade de um desfrute sexual prazeroso, dentro do casamento, é uma mudança relevante nos códigos de conduta feminina diante dos papéis sexuais. Dessa maneira, é possível notar que a ideia de prazer sexual no casamento se estabelece na

cultura acompanhada das possibilidades de contracepção. Trata-se de compreender, portanto, como o direito das mulheres a viverem uma sexualidade satisfatória depende do grau de arbítrio que elas podem exercer sobre seus corpos e sobre seus prazeres.

Jaspar (2015) diz que a margem de manobra das mulheres nos aspectos da sexualidade se torna maior a partir dos anos 60 quando a mulher como sujeito sexual desejante passa a ser reconhecido, a ponto de a sexualidade feminina deixar de ser 'o continente obscuro', como fora visto no início do século XX. A autora ainda aponta que as possibilidades de feminilidade ganham maior flexibilidade, de modo que o modelo fixo de uma forma de ser mulher regride, havendo possibilidades mais plurais e menos prescritas de ser mulher. A ampliação das possibilidades de feminilidade, a maior permissividade para as condutas sexuais e a possibilidade de escolhas contraceptivas incitam nesse momento os princípios de autonomia sexual feminina. De certa forma, podemos definir que a possibilidade de afirmar o prazer sexual e de reconhecer a mulher como um ser desejante é condição para que seja possível dizer não ao sexo desprazeroso, indesejado, coagido ou violento. É esboçado, assim, um discernimento acerca das práticas sexuais que outrora era inimaginável.

A transformação cultural do papel da mulher desencadeia a possibilidade de questionamento e de contestação do sexo coagido por um parceiro e, concomitantemente, da ideia do débito conjugal como o dever da mulher se submeter aos desejos do marido. Tais transformações, operadas nos anos 1960 pelo feminismo e pela contracultura, trouxeram noções que outrora poderiam facilmente ser abafadas pela constante regeneração de papéis tradicionais de gênero. Cabe ressaltar, contudo, que ainda hoje, fora dos círculos influenciados por ideais libertários, a submissão sexual da mulher em relação ao marido e os tabus a respeito da sexualidade e prazer da mulher são preservados.

Esmeralda conclui na sua retomada dessa época: "eu tenho a impressão que a década de 60, 70, apesar do Brasil, da repressão, de tudo, esse legado [da liberação sexual feminina] ficou, né, foi essa geração aí que começou a trazer

essas questões todas.” Contexto ao qual ela mesma pertence, Esmeralda conta que os movimentos de esquerda no Brasil aderiram às referências e problemáticas da contracultura. As pautas e prioridades de enfrentamento passaram a incluir a transformação cultural e de mentalidades em seus objetivos, o que Esmeralda chama das mudanças em “nível de consciência”, ou seja, transformações na realidade que demandavam a contestação das normas rígidas dirigidas à conduta sexual feminina. No trabalho de Kollontai (2011) vemos o constante esforço de persuadir os companheiros de luta revolucionária de que as questões da moral, do comportamento e da sexualidade são parte imprescindível das responsabilidades da revolução e das transformações políticas, a autora defendia que criar ativamente uma nova moral era parte integrante da luta, pensamento que Esmeralda conta ter sido abarcado pelo movimento da esquerda brasileira, mesmo que tardiamente.

Jaspar (2015) diz que a liberação sexual feminina alcançou maiores conquistas nos anos 70 com a difusão da pílula contraceptiva. As mulheres, prevenidas do risco de gestações sucessivas, puderam experimentar o sexo de novas maneiras. As análises de Jaspar e Kollontai, mencionadas acima, são corroboradas pelas descrições da senhora Esmeralda quando esta apresenta a ideia de parceria sexual no casamento para o prazer conjunto.

A consonância entre as análises teóricas mencionadas e os relatos das senhoras ultrapassa se conjuga à contestação dos papéis tradicionais femininos, levando em conta a possibilidade de haver prazer e satisfação sexuais também para as mulheres. Todavia, nos relatos das informantes emergem elementos que permitem traçar reflexões sobre algumas contradições em meio ao processo, como teorizado pelas autoras. Por exemplo, quando questionada sobre violência sexual, em vez de se voltar diretamente à temática das coerções, Esmeralda menciona o debate sobre libertação erótica na sua juventude, no formato dos discursos sobre amor livre. Em suas palavras:

a gente lia um livro do William Reich que chamava... era edição de Portugal porque aqui no Brasil não tinha, né, mas chegava aqui de algum jeito, ‘Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura?’

que dentro dessa discussão, da sexualidade duradoura e da disponibilidade para você ver... mas [a gente] era um grupo já bem diferenciado né

Com efeito, havia debate sobre prazer e libertação erótica, mas persistia a ausência de abordagem sobre a violência, ou seja, sobre como o acesso às próprias vontades poderia conduzir uma mulher, justamente, à ausência delas. Além disso, nuances críticas podem ser atribuídas analisando as entrevistas a partir dos referenciais teóricos. Cardoso (2005) nos diz que é preciso considerar a não-homogeneidade da geração dos anos 60 para desmontar o mito do identitarismo, como se essa geração tivesse sido integralmente regida pelos discursos de contracultura, diluindo a complexidade do ocorrido. Esta análise é reforçada pela fala de Esmeralda quando ela alega que seu grupo era diferenciado e realça a ideia de que esse movimento de contracultura não foi homogêneo. Cardoso (2005, p. 98) afirma que

As mudanças decorrentes do movimento histórico de uma geração - de amplitude internacional, mas com características particulares nos seus diversos contextos -, ao se congelar em uma unidade imaginária, "geração anos 60" ou "geração 68", preservam o que seria seu menor denominador comum, ao mesmo tempo em que perdem sua historicidade

Isso nos recorda de que, por mais que a contestação do casamento tradicional e as ideias do amor livre e liberação sexual feminina tenham atravessado a juventude dos anos 60 e 70, ainda persistiam na cultura diversas ideias tradicionais, como o que tange à questão da VSPI. A senhora Safira, a esse respeito, nos diz que esses ideais contestadores dividiam o campo com tabus e pensamentos conservadores a respeito da sexualidade. Em sua fala:

eu mesma fui aprendendo também né com o tempo (*sim a gente vai interiorizando né*), a sociedade mudou, embora eu tenha vindo da época lá dos *hippies* da mudança de costumes, e graças a deus porque eu adorei essa época, gostei muito da minha juventude, mas ainda existiam todos esses tabus, essas tradições, então realmente a mulher estava sempre sujeita ao homem, só que assim, eu pra época eu pensava um pouco diferente porque eu fui

estudar, mas a maior parte das meninas queria casar, então essa ainda era uma mentalidade da época.

Safira nos conta que mesmo diante de ideias de libertação sexual feminina, a intimidade sexual não era comentada; ainda que esse assunto pudesse aparecer de forma impessoal e coletiva, não se falava da vivência sexual individual e seus valores positivos ou negativos. Logo, ela assinala que o mal-estar a respeito dos episódios de sexo coagido não surgia nos diálogos, na mesma medida em que não apareciam comentários a respeito de vivências pessoais da sexualidade, de modo geral. Dessa forma, compreendemos que a não expressão a respeito da sexualidade individual, tratada como tabu, assunto íntimo e privado, ocultava também as possíveis violências e coerções sexuais. Ela comenta que as mulheres não conversavam umas com as outras, nos tempos de sua juventude, nem mesmo sobre a virgindade, como é colocado na seguinte fala: “[não se falava sobre a virgindade] nem com as amigas! Eu fui conversar coisas desse tipo agora, quando fiquei mais adulta, com minhas amigas: e aí, você casou virgem? Porque agora a gente tem essa liberdade”.

Cardoso, 2015, diz que as experiências de revolta dos anos 60, seja na contracultura ou na política, tiveram como ideal revolucionar a vida em geral; não reduzindo, no entanto, a geração a esse traço sobressalente, podemos lembrar a diversidade das vivências, concepções de mundo e ambientes que os jovens tinham no Brasil desse período. Cardoso, 2015, reincidentemente alerta para o risco de, produzindo uma caricatura da juventude dos anos 60, perder-se a historicidade e a heterogeneidade do que se apresentava no Brasil naquela época. Os movimentos não foram uniformes, mesmo que se apresente um perfil comum a diversos jovens dessa época. Indicando a não homogeneidade das ideias emancipatórias, a senhora Jade nos conta:

O que acontecia muito naquela época é que muitas meninas da minha geração namoravam muito novas, as vezes onze doze anos já estavam namorando, tive umas amigas, vizinhas libanesas, uma da minha idade a outra um pouco mais velha, da idade da minha irmã, que se casaram no 3º ano do ensino primário, porque o pai

tratou os casamento das duas filhas junto a dois libaneses, e até a gente perguntou pra elas isso, e elas disseram ‘a gente tem que casar, porque o pai manda a gente tem que casar, e eles dão dinheiro pros nossos pais’. Elas eram vendidas com dote né. Então elas deixaram a escola, muito cedo né. E pra mim aquilo era uma coisa assim muito estranha, como uma menina deixa de estudar pra casar, porque tem que morar com o marido?

A senhora Rubi fala, ainda contornando o casamento tradicional, sobre o que viu em sua juventude no tocante à ideia de descendência e transmissão de um sobrenome, expondo um sistema que existia no Japão e entre imigrantes japoneses no Brasil de “genro adotivo”. A prática chamada “Omiai” servia para que um casal, que só tinha filhas mulheres e queria preservar a passagem de seu sobrenome adiante, adotasse o futuro marido de uma das filhas, com o casamento aliado a essa medida garantindo os interesses dessa família. Dessa forma, vemos os valores do casamento tradicional como um acordo que presa pela manutenção dos interesses de um grupo familiar. Rubi conta que, ainda assim, na sua juventude foi muito incentivada a estudar e a ter uma profissão, que seus pais portanto não a induziram ao casamento, de forma que ela se casou quando já tinha uma profissão e sua própria renda, quando tinha quase 30 anos.

Dessa forma, por mais que a revolução sexual seja um traço identitário da geração de jovens dos anos 60, esse traço se expressava num movimento difuso no que dizia respeito ao que era ou não apropriado para se falar sobre casamento, a sexualidade e a violência sexual no círculo social próximo. Mesmo em meios específicos, nos quais havia maior contato com a contracultura, é nítida a contradição entre os ideais libertários, os tabus da sexualidade e as condições de casamentos tradicionais.

Cardoso (2005, p. 93) escreve que os jovens da geração dos anos 1960 “tiveram como *traço* característico a transgressão de padrões de valores estabelecidos”. A autora evoca o termo *traço* para dizer que a transgressão dos padrões perpetuados pelas gerações anteriores atravessa a geração em questão sem, necessariamente, envolver todos os sujeitos ou todos os episódios vividos

por sujeitos que partilhassem dos ideais contraculturais. A narrativa das entrevistadas confirma a hipótese de Cardoso pois nela resiste a impressão delas se verem como “diferentes das outras conhecidas”, um “ponto fora da curva”, um pouco “rebeldes”, demonstrando certa adesão aos ideais da contracultura, com muitas de suas história e memórias de juventude apresentando, todavia, a permanência de categorias conservadoras e tradicionais.

Assim sendo, podemos apreender que esse traço de transgressão e oposição às tradições e normas vigentes, a respeito da posição da mulher na sociedade, atingiu a todas elas, na mesma medida em que elas eram sujeitas à normas referentes ao casamento, à submissão sexual e ao recato. No mesmo sentido, estabelece Ventura (2008, p. 21)

Um parêntese: quando falamos no que é típico de uma geração, estamos nos referindo ao que é emblemático, seguindo a orientação do antropólogo Gilberto Velho. O que caracteriza um grupo, a sua marca, nem sempre é compartilhado pelo conjunto. Velho argumenta que talvez nem 10% dos jovens dos anos 1960 tenha participado do movimento estudantil.

Acerca dos aspectos típicos desta geração, Ágata diz: “Então aí, eu já tinha outra cabeça. A gente já é também daquela geração hippie de paz e amor, de amor livre, então a nossa cabeça foi ficando diferente, foi tendo uma outra visão, vendo as coisas sob outro aspecto, foi diferente. Pra nossa construção [enquanto sujeitos]”. Ainda na percepção de sua própria juventude, ela responde que a questão do débito conjugal, da mulher em relação ao marido, era algo muito presente na geração anterior à sua, permanecendo entre amigas da mesma faixa etária. Ela, por sua vez, desviou das ideias de submissão sexual feminina por ter saído da sua cidade natal para fazer curso superior, o que lhe permitiu contato com posições mais contestadoras dos papéis tradicionais de gênero no casamento. Posições contestadoras como as apresentadas por Zuenir Ventura (2008, p. 15):

Elas pertenciam a uma geração de jovens entre 20 e 30 anos que decidiu inaugurar um estilo de vida e experimentar formas alternativas de relacionamento que não reeditassem os compromissos matrimônios impostos pelas convenções. Nada da hipocrisia dos velhos casamentos, nenhuma forma de dominação

afetiva, não aos amores servis, fora com as imposições ‘burguesas’ tais como ciúmes, fidelidade, monogamia, virgindade. Eram tempos de utopia.

Uma vez questionada sobre o que causou tamanha mudança no mundo para hoje se falar abertamente do tema das coerções e violências sexuais, a senhora Esmeralda diz que o movimento feminista foi fundamental para a mudança de percepção e de mentalidade. Ela aponta em sua narrativa o que começou a ser colocado em pauta nos anos 60, algo que ela diz ter visto sendo disseminando por todo o mundo. Ela alega que o movimento internacional da contracultura e da libertação sexual das mulheres uma hora iria afetar a América Latina, com essas ideias de fato chegando no Brasil e fazendo parte de sua juventude. Ventura, (2008, p. 16) diz que nas ideias da contracultura “o grande avanço se deu no terreno da liberdade pessoal, que pode ser exercida diante de uma grande variedade de opções.”

Para a senhora Esmeralda, em oposição, falar livremente sobre a violência sexual por parceiro íntimo é algo que lhe parece muito recente, enquanto a existência da coerção sexual dentro de um casal lhe parece um problema antigo. No intuito de organizar a relação entre percepção, discurso e ocorrência da violência sexual, convém mencionarmos os estudos de Vigarello (2000) quando aborda como a questão da percepção das violências sexuais veio sendo refinada nas últimas décadas. Nesse sentido, podemos avançar na compreensão dos dizeres de Esmeralda quando fala sobre a VSPI e diz que 35, 40 anos atrás (anos 80) isso não era abordado, nem mesmo dentro do movimento feminista, do qual ela sempre participou. Ela relata que quando tinha 20 anos (nos anos 70) ninguém falava sobre sexo forçado, pois o que existia somente era o nome “estupro”, restrito e remetente apenas à crimes mais brutais.

Como colocado por Jaspar (2015), o impacto na opinião pública dos crimes de estupro mais violentos, muitas vezes, encobre o reconhecimento das violências sexuais mais frequentes pelas quais as mulheres passam. Essas violências parecem banais perante a opinião pública, em relação aos crimes

sangrentos e bárbaros. Abordar o sexo forçado, a coerção sexual, a necessidade de consentimento e a ocorrência da violência, de acordo com as referências teóricas e com os relatos das entrevistadas, amplia a possibilidade de valoração, nomeação e de discernimento no que envolve as diversas violações sexuais.

Tal efeito não é produzido pelo nome “estupro”, restrito às violências mais brutais. Diante de tal restrição, a relação lógica entre libertação erótica que, por princípio, exige a possibilidade de dar ou retirar o consentimento diante da prática sexual, parece ser uma relação inexistente, posto que a libertação sexual era abordada, mas a violência e o consentimento eram invisibilizados diante da narrativa restrita aos crimes brutais. Somente após a entrada no discurso da questão do consentimento e da VSPI é que se torna possível relacionar liberdade sexual e consentimento em relações íntimas e, portanto, repudiar também as formas menos brutais e mais sutis de violência sexual.

Assim, o debate e a identificação das violações, antes restritos ao campo da brutalidade física, mantém relativa distância entre as ideias de liberação sexual feminina e as coerções sexuais mais comuns. Esmeralda completa dizendo: “você vê, agora nós estamos falando sobre isso [VSPI] aqui [na entrevista] isso era inviável 30 anos atrás, as pessoas não tratavam esse assunto.” Ela testemunha que, mesmo em ambientes progressistas que falavam sobre amor livre e emancipação sexual feminina, as questões sobre coerção sexual não eram abordadas.

4.2.2 Questões geracionais comparativas

Um dos aspectos das entrevistas teve como foco fazer emergirem as narrativas comparativas das informantes a respeito das diferenças entre as percepções sobre as temáticas da sexualidade, do casamento e da VSPI em suas juventudes e como elas enxergam as percepções das jovens da atualidade a respeito disso. No percurso da entrevista as senhoras foram demandadas a

dizer sobre o que ouviram na juventude a respeito de coerção sexual, débito conjugal, demandadas a contar sobre os ensinamentos e informações que receberam a respeito da sexualidade, especificamente sobre qual comportamento sexual a mulher deveria ter numa relação conjugal. Posteriormente, suscitando uma comparação ou uma análise das transformações desse tema perguntei-lhes sobre as mudanças de tratamento do assunto. Em comparação com a juventude delas, perguntamos o que elas achavam que uma moça jovem (de 20 anos) vivencia nos dias atuais, ouve e percebe a respeito de VSPI. Assim, a segunda pergunta do roteiro de entrevista suscitou o comparativo entre a geração delas, que foi jovem nos anos 60, e a geração de jovens de hoje. Ao perguntar sobre a percepção dessas diferenças, a respeito do que era falado sobre débito conjugal e coerção sexual, instaurou-se uma relação temporal dando ensejo a diversos exemplos e comparativos.

As entrevistadas testemunharam a mudança de comportamento e de atitude das gerações em relação à coerção sexual. A partir de suas falas, constatamos importantes alterações de valores em um período relativamente curto da história (50 anos). Esmeralda ressalta: “As conversas que eu tenho com minha filha são completamente diferentes das eu tinha com minha mãe.” Foi comum elas falarem a respeito de suas mães e suas filhas quando colocaram a perspectiva de um comparativo geracional. Ferrigno (2010) aponta que é na família que ocorre mais comumente o convívio entre pessoas de gerações distintas, sendo que no espaço público se deu uma segmentação e um isolamento etários:

Como vivem e convivem as gerações? Em nossos tempos as gerações vivem segmentadas em espaços exclusivos. A exceção se dá na família. Sem dúvida, é no contexto familiar que ocorrem mais frequentemente os encontros entre gerações, ao menos por proximidade física, já que em muitas prevalece o distanciamento afetivo. (FERRIGNO, 2010, p. 24)

Ferrigno (2010) também acena para a incidência de um padrão de condutas imposto para cada geração, determinando valores morais que restringem o lugar social de cada grupo etário. Esses valores dizem respeito não apenas ao que está previsto como o papel de cada grupo etário na sociedade hoje, mas também à extensão de certas posturas à sujeitos de todas as idades e de distintas gerações no intuito de conter suas reações às transformações sociais que ameaçam romper com certos paradigmas. “A construção social das gerações, como vimos, concretiza-se através do estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para cada geração, em diferentes etapas da história. (FERRIGNO, 2010, p. 40)”

Nesse sentido, a senhora Esmeralda cita o comportamento de um conhecido:

Ele não percebe que o mundo mudou, que há 30 anos atrás, né, a questão do assédio a questão de você forçar a barra com mulher não era tão grave, era uma coisa muito comum, tomavam como natural o homem achar a mulher gostosa e falar e manifestar isso, e querer levar ela pra cama, e tal, agora não.

Nesta fala, ela compartilha sua percepção acerca da transformação do tratamento dado ao assédio sexual abordando justamente a recusa que um homem da sua geração demonstra ao se deparar com as mudanças da sociedade em relação a esse problema. Como colocado por Vigarello (2012, p. 263, tradução nossa), as “novas sensibilidades” dão outros parâmetros para mensurar e ressignificar violências sexuais antes lidas como prosaicas/banais ou sequer reconhecidas socialmente como violências. Este é o caso das insinuações verbais, convites e elogios que hoje são compreendidos como formas de violência e assédio. A esse respeito Vigarello (2012, p. 263, tradução nossa) também dimensiona como “a extensão do perceptível” se expandiu, não apenas por meio da rejeição de atos outrora considerados brandos, mas através de uma nova forma de expressão que reconhece o que antes se mantinha indiscernível, dando o devido contorno aos atritos ou supostas banalidades do cotidiano. A

nova “extensão do perceptível” é, portanto, a aquisição de vocabulário para nomeá-los, designá-los, comunicá-los.

Quando provocada sobre a existência de alguma diferença na forma da coerção sexual ser encarada entre os anos de sua juventude e hoje, Ágata confirma: “Ah, sem dúvida. Sem dúvida. No começo do movimento feminista eu achei que as meninas, as meninas da guerra, de rasgar *soutien*, eram exageradas.” Ao que completa dizendo que hoje, vendo os efeitos da expansão do movimento feminista, acredita que as mudanças culturais são muito valiosas. Acerca disso, Jaspar (2015) aponta que a sexualidade conjugal “pós-revolucionária” obteve um grande incremento de autonomia e liberdade para as mulheres. A autora diz que “A ‘libertação das mulheres’ foi muito custosamente adquirida no curso dos anos 1970, graças aos movimentos sociais e à implacável luta das feministas pela liberalização da contracepção” (JASPAR, 2015, p. 41, tradução nossa). Ela segue apontando, logo, que a liberação dos contraceptivos ampliou as mudanças no âmbito do sexo conjugal, “permitindo que muitas mulheres vissem o florescimento de sua sexualidade sem o medo de uma gravidez indesejada.”

Ventura (2008) alega ser evidente que o feminismo conquistou avanços, tanto no campo profissional como no âmbito dos relacionamentos conjugais, pois a entrada massiva das mulheres para o mercado formal de trabalho produziu rupturas nas formas de conjugalidade, na idade prevista para o casamento, na tolerância à VSPI e na possibilidade do divórcio. Podemos afirmar que), e prossegue afirmando que “as mulheres ampliaram o espaço no mercado de trabalho e conquistaram direito ao prazer e ao uso do próprio corpo” (Ventura 2008, p. 18). Conforme assinalado pelas análises apresentadas anteriormente a respeito das rupturas culturais e de gênero nos anos 60.

Além das transformações nos comportamentos refratários diante dos assuntos de coerção sexual, um dos temas que mais reincidiu na fala das intérpretes foi sobre as mudanças nos valores do casamento tradicional. As formas de conjugalidade sofreram grandes modificações, como a flexibilização da

idade para uma mulher se casar e as possibilidades de dissolução de um casamento, sendo esta segunda apontada como a principal conversão, ao abrir possibilidades jurídicas e comportamentais para romper com situações de violência. Acerca da transformação na compulsoriedade do casamento e na recusa social ao divórcio, a senhora Ágata nos diz:

Então a minha geração era uma geração onde a mulher se submetia, havia muita submissão, porque as mulheres separadas ainda eram assim, ainda tinham um resquício de mal vistas, ainda tinham quando eu tinha vinte anos, agora a situação já mudou bastante. As mulheres se separam, normalmente não se submetem a uma situação dessas [de violência]

Apresentando comparativos entre os tempos de sua própria juventude e os tempos atuais, Rubi opina sobre a tolerância à VSPI no casamento dizendo que, com o aumento das possibilidades atuais para separação conjugal e a redução dos preconceitos em relação ao divórcio, se torna mais viável para as mulheres se desvincularem de situações de VSPI. Para Rubi, a ideia de casamento indissolúvel induzia mulheres a “ficarem aguentando e perdendo” e a fazerem concessões forçadas para manutenção do casamento.

O discurso de Rubi é reforçado pela narrativa de Safira, que nos conta sobre os preconceitos vivenciados por ela quando resolveu se divorciar, “porque separar, quando eu me separei foi [difícil] entendeu? Tinha gente que falava mal de mim, eu passei por preconceitos!”, comparando a reação coletiva ao divórcio entre ela e alguém mais jovem de sua família, cuja separação foi encarada com mais naturalidade. Em suas percepções e comparativos históricos, diz que hoje a resposta social referente ao divórcio se alterou a tal ponto que ela vê sua sobrinha passando pelo divórcio sem grandes empecilhos e pressões sociais; “olha como mudou. Eu tenho uma sobrinha de 47 anos, ela já casou não deu certo, [se divorciou] e está aí, disponível para uma outra união caso comece a gostar de alguém, então quer dizer, a mentalidade mudou, e eu adoro toda essa modernidade, eu não gostaria que voltasse a ser o que era.”

A senhora Rubi indica, quanto às ponderações temporais acerca do divórcio, que vê os jovens dos tempos atuais se posicionando de forma mais contundente e mais inteirada, mais “alertas” (nas palavras dela) contra as violências conjugais. Rubi diz, ainda, ver um sentido de “autopreservação” maior nos jovens de hoje, sugerindo por parte deles maior facilidade para se desvincularem e romperem uma relação que envolva situações de violência. Em resumo, ela compara a possibilidade de rompimento, bem como a introdução da autopreservação, dos casais jovens de hoje com os casais de gerações anteriores que, na tentativa de levarem adiante o vínculo conjugal, se submetem a mais violências para não romper uma relação. Em seus dizeres:

também a gente ouve falar muito eu não sei se agora, como os jovens estão mais alertas, estão mais se posicionando, aparece mais os casos que se auto preservam e saem da relação né, e aparece, e acho que os casais mais antigos eles meio que se submeteram e ficaram quietos.

Dessa maneira, em um comparativo geracional acerca do divórcio, extraímos das entrevistas a percepção de que a possibilidade de romper uma relação opera como uma das formas de proteção contra violências. Tal facilidade é abordada pelas senhoras como algo atual, tendo em vista que, há 50 anos, os preconceitos contra o divórcio e os valores do casamento, enquanto um vínculo a ser mantido a todo custo, dificultavam o rompimento e mantinham situações mais violentas.

5 O DITOS E O NÃO-DITOS DA VSPI

Neste capítulo, damos continuidade à discussão a respeito do silêncio, portanto do que é exposto ou calado em relação à VSPI. As formas de se referir ou de se encobrir a VSPI dizem respeito à comunicabilidade da questão são o eixo estruturador desse texto.

Na primeira parte do capítulo, cujo título é: “As formas dos não-ditos”, trabalho duas formas de encobrimento e silenciamento que se projetam sobre a VSPI, são elas: “as estrelinhas” e “o banal”. Sob as perspectivas dos não-ditos exploro nas narrativas as dimensões do que é semi-comunicado guardando algumas regiões do silêncio, porém dimensões comuns às narrativas quando se fala sobre VSPI. Trabalhamos sobre a ordem das memórias de juventude sobre o que era falado a respeito da VSPI, as informações trocadas enlaçadas à dito e não-ditos atuais, pensando a comunicabilidade da VSPI nas relações próximas. Em contraparte às informações das mídias de grande circulação que foram trabalhadas no capítulo anterior, tomamos aqui a dimensão da comunicação próxima, nos círculos sociais íntimos. A reflexão, portanto, busca algo do silenciamento e dos não-ditos que fazem parte do processo de significação, observável por meio do que as entrevistadas narram. Dessa forma, um diagnóstico do presente se dá pelo regime do dizível e do indizível.

Na segunda parte deste capítulo, cujo título é: “As formas do dizer”, o trabalho se instaura nas possibilidades de pronunciamento. Exploramos o que é dito, onde é dito e a quem é dito. Na primeira parte apresentamos os “locais de enunciação” e na segunda parte falamos a respeito dos destinatários do que se diz “para quem se diz”. Assim, o debate sobre o que é dito, onde é dito e para quem é dito traça o percurso da comunicação possível para o tema da VSPI. Percursos esses que são marcados pelo medo, pelo sigilo, pela confidência ou pela enunciação pública nos moldes em certos espaços específicos. Analisamos o que as informantes relatam sobre as conversas que tiveram acerca de sexualidade, violência sexual e VSPI; como elas falaram e ouviram falar.

5.1 AS FORMAS DOS NÃO-DITOS

Orlandi (2007) diz que o silêncio foi deixado como um resto do processo de significação, ou seja, como um resíduo descartável da linguagem, mas em sua proposta de trabalho a autora o coloca como fator essencial e condição do processo de significação. Além de dispor o silêncio na posição central da significação do discurso, ela indica a existência de questões históricas e ideológicas relacionadas ao recuo diante de certos temas com a reflexão, “Teria o silêncio um fator cultural?” à qual responde de forma contundente, “Com toda evidência! Mas a cultura não é o único fator que conta. Determinações políticas e históricas estão igualmente inscritas aí.” (ORLANDI, 2007, p.12).

Bosi (2013) aponta para a necessidade de os pesquisadores de campo, que entrevistam e ouvem às narrativas, estarem atentos aos silêncios e, concomitantemente, de desconfiarem de um “discurso desenvolvido”, “sem lastro” pois eles indicam que algo do sujeito está sendo encoberto, o discurso bem concatenado e sem silêncios sugere a retenção de alguma informação.

Estamos sempre a procura do que está ainda inexpresso e do que hesita em ser capturado pela interpretação. A fala emotiva e fragmentada é portadora de significações que nos aproximam da verdade. Aprendemos a amar esses discursos tateantes, suas pausas, suas franjas com fios perdidos, quase irreparáveis. O silêncio na pesquisa não é uma técnica, é como que um sacrifício do eu na entrevista que pode trazer como recompensa uma iluminação para as ciências humanas como um todo. Ser inexato não invalida um testemunho, diferentemente da mentira, muitas vezes exata e detalhista. (BOSI, 2013, p. 65)

O silêncio tateante, que busca ao redor as palavras e as frases, as interjeições e os gestos, para dar corpo ao que se tenta expressar, guarda algo complexo. O discurso implica, assim um limite comunicacional cujos obstáculos se busca transpor, no sentido de muitas vezes ocorrer de forma hermética e nebulosa. Falar sobre a violência sexual por parceiro íntimo, portanto, representa

uma comunicação que envolve certos limites, em face da abordagem de uma questão sensível por remontar o âmbito da violência conjugal. Existem normas culturais que abafam as discussões em torno da sexualidade em um relacionamento. Partindo dessa premissa, foram constatadas três esferas dos “não-ditos”, ou seja, informações implícitas e interrompidas pelo limite dos silêncios, limite por sua vez acarretado pela questão da VSPI, sendo elas: 1) os *limites histórico-linguísticos*, definidos pelos processos sociais em curso que encontram restrições para a percepção e para o vocabulário num processo de reconhecimento e nomeação gradativos; 2) os *limites do pudor*, da censura e do tabu, que atribuem à VSPI o caráter de assunto privado e íntimo contribuindo para a redução das mensagens às entrelinhas do discurso; e 3) os limites da *banalização, responsáveis pelo* encobrimento da gravidade da VSPI, subtraindo seu peso através de sua naturalização e perpetuando, portanto, o silêncio em torno da questão.

Essas são as condições determinantes para que a VSPI permaneça um assunto completamente turvo perante os olhares, tributário de diversas contradições, uma vez situado em um momento da história e da terminologia coletiva “ainda inexpresso” e hesitante em ser capturado pela interpretação, alimentando as formas dos “não-ditos” captadas nas narrativas. Cabe recordar, contudo, que a não exposição de algo não se refere necessariamente à uma ausência de vontade em revelar, ou à alguma forma racionalizada e voluntária de reter o conteúdo, mas sim com a busca de abordar de um assunto que existe de forma remota na mentalidade coletiva e que é, portanto, carente de meios assertivos para a sua nomeação e desenvolvimento. No caso da VSPI, os “não-ditos” que encontramos resultam de uma formulação complexa decorrente de um assunto que guarda opacidades e contradições para o próprio sujeito que fala.

Buscamos adiante percorrer e nomear um dos âmbitos dos silêncios em torno da VSPI, definindo através da palavra alguns dos sentidos que caracterizam a carga insinuante e sugestiva dos “não-ditos”, no tocante à

violência sexual conjugal. Quanto a isso Orlandi (2007, p.103) nos lembra que: “Se o sujeito abriga, em princípio, opacidades e contradições, o autor, ao contrário, tem um compromisso com a clareza e a coerência: ele tem de ser visível pela sociedade, sendo responsável pelos sentidos que sustenta.”

Jaspar (2007, p. 9, tradução nossa) retoma que “A análise da violência no casal faz parte da abordagem do íntimo, do oculto e até da negação.” Diante desta negação, os silêncios e não-ditos assumem variadas facetas, como aqui será elencado. Os textos adiante falam sobre os “ditos” e “não-ditos” nas entrelinhas, enquanto mensagens implícitas ou oculta, cujo hermetismo deriva de influências culturais e circunstanciais disparadoras de sentimentos como culpa, medo e vergonha no que se refere à fatos tributários da VSPI, responsáveis também por agregar pudor e tabu à temas gerais da sexualidade e pela banalização que encobre o caráter da violência presente na coerção sexual.

5.1.1 As entrelinhas

As entrelinhas são o que não está explícito no texto, mas sim na dimensão do contexto, logo, algo que não é explicado ou narrado abertamente, mas que permanecem perceptível. Elas configuram outra via de expressão que aparece no discurso, sendo esta a do silêncio. Este significante, “entrelinhas”, persistiu nas narrativas das entrevistadas ao se referirem aos ditos e não-ditos sobre a violência sexual por parceiro íntimo. Quatro das sete entrevistadas citaram esse recurso específico de linguagem na tentativa de discernir onde estavam as menções à VSPI que elas assimilaram em sua juventude e ao longo de suas vidas.

A Senhora Esmeralda, quando questionada sobre o que ela percebia sendo discutido a respeito de VSPI nos tempos de sua juventude, nos diz que alguma variável presente nos diálogos sugeria tal ocorrência com alguém.

Mesmo que apenas em tom sugestivo, a VSPI se impunha, conforme compartilhado por ela:

as pessoas notavam [que isso acontecia] mas elas não falavam (...) acho que as pessoas notavam sim, dava pra perceber quando alguém... [passava por isso] as vezes uma falazinha, né, a respeito do companheiro, as vezes uma frase, uma coisa ou outra assim, tipo: 'ah eu não gosto muito disso ou daquilo'... Nas entrelinhas, sabe? Não era uma reclamação evidente

Esmeralda ainda afirma como era restrito à dimensão do subentendido, inscrito nas entrelinhas, o que poderia ser mencionado quanto à VSPI, sendo assim, manifestações incompletas e inacessíveis, a respeito de uma coerção sofrida. Ela ainda revela o teor vago e hermético dos discursos que apontavam a incidência da VSPI, reforçando sua impressão a respeito da ausência de discussão: “tanto a ideia de violência, de assédio, de coerção, tudo isso ligado a questão do sexo, não se falava não. Quer dizer, se falava, mas não desse jeito, não tão às claras.”

Esmeralda ainda levanta um dos fatores que pode estimular este silenciamento responsável por reduzir o conteúdo da VSPI às entrelinhas: “Eu tenho impressão que você não se mete nessas coisas de foro íntimo, né, do casal.” Recorrendo ao mesmo pretexto da intimidade, Jade diz já ter conversado com muitas mulheres sobre violência conjugal, compartilhando que as mães de seus alunos confidenciavam sobre violências físicas e psicológicas impelidas pelos parceiros. Ainda assim, quando provocada se em algum momento dessas revelações foi dito algo relativo à Violência sexual por parceiro íntimo, ela justifica: “Olha, na verdade eu nunca entrei nesse âmbito com as pessoas, porque é uma situação muito íntima, né?”. Logan (2015, p. 112, tradução nossa) aponta que existem normas culturais que sustentam o princípio de que os atos sexuais entre parceiros são um assunto privado, depositando sobre este fator a sub-revelação da VSPI.

Consideramos aqui a esfera subliminar como um dos modos possíveis de desnudamento, de revelação da VSPI. “Falar nas entrelinhas”, de maneira

indefinida, caracteriza consequentemente uma das formas de ocultamento do problema, quando as próprias articulações entre os “não-ditos”, uma vez recebidas por uma escuta especializada compõem uma revelação. Outras medidas se tornam necessárias neste processo, tanto na forma de pronunciamento da questão quanto na recepção da queixa nebulosa e vaga para que as entrelinhas possam ser convertidas em um discurso destrinchado.

Esmeralda ainda indica que o que estas “entrelinhas” entregavam: “era alguma queixa mais suavizada, né, porque não se falava sobre isso”. Vigarello (2000), por sua vez, alega que as violências sexuais foram deslocadas de um silêncio relativo para uma demonstração gradativamente mais visível, e as quais passariam a demandar um incremento de vocabulário para nomeação, ampliando assim a sensibilidade para o tema da violência sexual. Lembrando que os “ditos” e “não-ditos” tem seus contextos históricos, Esmeralda aponta os contrastes desta abordagem entre sua época de juventude e o momento presente: “não sei de quanto tempo para cá tá se falando, mas eu lembro que até 35, 40 anos atrás [1980- 1985], mesmo tendo o movimento feminista e tudo, isso não era falado”.

Orlandi coloca que os discursos são determinados pelos limites da própria linguagem, pois não há previamente pronto na língua a possibilidade de tudo dizer, com a ressalva de estes também sofrem a intervenção dos limites ideológicos responsáveis por selecionar o que é absorvido ou rejeitado na enunciação: “Os discursos estão duplamente determinados: de um lado, pelas formações ideológicas que os relacionam a formações discursivas definidas e, de outro, pela autonomia relativa da língua (ORLANDI, 2007, p. 22)”. Dessa maneira, entendemos que as “entrelinhas” são um meio dos não-ditos serem expressos, mesmo com os limites das censuras e das formas de nomeação disponíveis para o assunto.

A senhora Rubi reitera os contrastes entre o silenciamento em torno do tema antigamente e a sua maior projeção nos tempos atuais. Essa observação de Rubi corresponde, por sua vez, à de Esmeralda e ainda à formulação de Vigarello (2000), a respeito da maior enunciação da VSPI das últimas décadas.

Nesse sentido Rubi realça, assim como Esmeralda, que as pistas de uma informação subjacente ao enunciado, teriam o poder de denunciar, uma vez que a atenção fosse empenhada, as violências conjugais:

pra quem é mais [atento a isso], e tem um olho mais aguçado, meio que a gente enxerga no relacionamento que existe algo que é forçado, em que um dos dois predomina, isso aí acho que é uma característica pessoal de perceber, ver nas entrelinhas, sei lá, num relacionamento social.

Na perspectiva do desenvolvimento da apreensão de ideias através das designadas “entrelinhas”, Rubi se refere à receptores de percepção redobrada, ao falar de “quem tem o olho mais aguçado”. Em sua fala ela destaca, portanto, os meios pelos quais essa percepção acentuada, direcionada às “entrelinhas”, se realiza no tocante à violência conjugal. Essas, por sua vez, são uma das maneiras de discernir os “não ditos”, que contemplam tanto as limitações da verbalização de quem enuncia quanto das de quem escuta, quando ambas estão expostas a um assunto de uma carga muito forte e, no fundo, dela tentado se proteger do conteúdo drástico de uma comunicação explícita de atos violentos. Se queixar de maneira meramente insinuante parece ser identificado pela intérprete como um meio de orientar o discurso, amparado tanto nas restrições da fala quanto nas da escuta e da observação, aliviando a responsabilidade inerente à uma discussão de tal grau de importância.

Esmeralda alega que a postura de reter informação, desencadeante das “entrelinhas”, em parte se deve à um obstáculo entre quem conta e quem escuta. Este obstáculo estabelece uma distinção entre o que deve ou não ser dividido a respeito da VSPI, diferenciação que alcança inclusive parâmetros como o público e o privado. Nesse sentido “as entrelinhas” aqui trabalhadas e “a banalidade” a ser abordada no último texto deste subcapítulo apresentam a complexidade da revelação da VSPI através dos “não-ditos” nos diálogos presentes no cotidiano e nos círculos imediatos das pessoas. As entrelinhas e as alusões contribuem, assim, para a constituição de um pacto de silêncio entre as partes do diálogo concernente à violência, de maneira que as “entrelinhas” caracterizam uma via

incompleta de comunicação que permite à ambas as vias dialógicas, da fala e da escuta, uma posição distanciada, anestesiada e omissa perante o reconhecimento do grau de gravidade do assunto, perpetuando a zona de conforto ao redor dele, tanto para quem revela quanto para quem absorve.

5.1.2 A censura

O contexto cultural e ideológico tem forte influência nas posturas refratárias em relação à VSPI. Entre as quatro formas dos “não-ditos” descritas neste texto a censura, como já reparado, é uma medida seletiva que filtra o discurso operando, contudo, de maneira distinta do das “entrelinhas”. Segundo Orlandi (2007 p. 105), é preciso observar que, quando falamos de censura, o que está em questão é o silêncio “produzido pelas intervenções de relações de força nas circunstâncias de enunciação” explicitando que se trata de algo cuja enunciação foi impedida: “São sentidos historicamente dizíveis mas proibidos”. A autora identifica ainda como a censura se infiltra em contextos próximos, imediatos. A esse respeito, quanto às revelações pessoais de cada mulher sobre a VSPI, Quartzzo diz:

eu acho que tem mulher que tranca, quantos casos que a gente vê, que a gente ouve, de mulheres com anos naquela situação e não falava. Eu acho que pesa vários fatores, um deles é o medo. (...) Há muita não verbalização eu acho, o que eu disse do medo e acho que tem a vergonha, tem a vergonha também(...), mas eu acho que ainda tem restrição, auto restrição, auto censura. Eu acho.

Quartzzo levanta dois elementos de significativa importância em comprometer a menção da VSPI nas conversas: medo e vergonha. Através de Orlandi (2007) podemos concluir que as interferências da censura podem limitar as informações ao plano das “entrelinhas” ou, de maneira recrudescida, se apropriar de qualquer discurso relativo à VSPI e à outras violências, mesmo os

mais alusivos. A censura em seu movimento expansivo é interiorizada pelas mentalidades afora em forma de sentimentos como medo e vergonha, apontados por Terra (2015) como atritos para a revelação das violências conjugais. O medo e a vergonha segundo a autora, correspondendo ao poder de influência da censura, se comprometem o devido enfrentamento da violência de gênero ao afetarem um dos principais meios de combate à violência de gênero: a comunicação.

Terra (2015, p.114) desenvolve que “O sentimento de vergonha dificulta o diálogo, aumenta o isolamento e a culpa das mulheres [...] e aumenta o silêncio sobre a violência”. Essas mulheres, tolhidas de seu poder comunicativo, ficam restritas à noção introjetada de que são as únicas responsáveis pelas violências sofridas e, na mesma medida, as únicas dotadas da possibilidade de resolução. No mesmo sentido, segue Orlandi (2007, p. 40) concordando que “o silêncio da censura não significa ausência de informação, mas interdição. Nesse caso não há coincidência entre não dizer e não saber”. Ou seja, não se trata de que a mulher que passou por VSPI não tenha consciência do conteúdo violento dos atos e da gravidade da questão, se trata de que a absorção de limites, como o medo, e a vergonha, interpelam a exposição da VSPI.

Terra (2015, p.115) frisa que “O medo, assim como a vergonha, não é um sentimento isolado e desvinculado do constructo social”, sendo de fundamental importância entendê-los como filtros, ou barreiras sociais e subjetivos que obstam o pronunciamento das mulheres expostas às violências conjugais. Especificamente quanto a VSPI, Logan (2015) considera que a vergonha possa ser um fator amplamente presente, devido à forte pressão cultural que circunscreve o sexo conjugal à intimidade, e que, portanto, recrimina sua exposição.

No vínculo entre a censura e as dificuldades de verbalização da VSPI, emerge uma relação inegável entre intimidade e exterioridade diante das restrições e relações de poder empenhadas em conter a revelação. Como apontado por Terra (2015), o medo e a vergonha não atuam individualmente. As

forças sociais devem ser compreendidas como condicionantes, capazes de moldar as decisões do que se fala, do repertório da esfera íntima. Abordar a não-verbalização, as restrições e censuras que recaem sobre a questão da VSPI minando a sua devida exposição significa descrever comunicações com limites tênues, indefinidos e de diferentes origens. A esse respeito, retomando a oposição com as “entrelinhas”, uma via vaga e velada de expressão que se confunde com a falta de recursos para nomeação, o silêncio da censura se trata de um limite imposto, de natureza externa e instituída, dotado do poder de podar a questão mesmo havendo consciência e possibilidades expressivas sobre ela.

5.1.3 O pudor e o tabu

O pudor e o tabu concernentes aos assuntos da sexualidade foram citados diversas vezes pelas entrevistadas. Quando questionadas sobre o que presenciaram, em suas juventudes, ser falado a respeito da VSPI, sua primeira referência foi o silêncio, especificamente o antecedido pelo pudor e pelo tabu. O silêncio convertido em um relevante indicador da VSPI nos diálogos, se torna imprescindível para a apreensão dos polos do “dito” e do “não-dito” relativos ao sexo e à violência nele presente.

Assim, notamos uma complexa justaposição entre os “não-ditos” remetentes à VSPI e os silêncios que contornam o assunto da sexualidade e compõem o pudor em torno dela. Os pudores e tabus a respeito da sexualidade, portanto, recaem também sobre a violência sexual. Logan (2015, p. 112) aponta que em um nicho amplo de mulheres que sofriam violência sexual do parceiro, 82% delas não contou a ninguém sobre o evento e grande parte delas afirmou que nunca discutiram nenhum aspecto da vida sexual com as pessoas, muito menos a respeito de algum episódio concernente à VSPI. A ausência de diálogo sobre aspectos gerais da vida sexual implica, portanto, diretamente no

silenciamento dos casos de VSPI, pois o tabu em torno da sexualidade, em diversos contextos sociais, produz diversas supressões no discurso que dificultam o reconhecimento e a revelação dos atos de coerção sexual.

Terra (2015) expõe a fala de uma das entrevistadas para sua pesquisa em que esta relata sobre amigas próximas, mas não considera apropriado “contar coisas da sua vida” privada. “Essa é uma barreira importante, pois, segundo Sagot (2000), as redes primárias são fontes importantes de proteção, e são as primeiras a serem acessadas pelas mulheres” (TERRA, 2015, p. 115).

No mesmo sentido, a senhora Safira narra sobre a recusa e os pudores das pessoas com quem conviveu na juventude em torno do assunto ao pontuar que “não existia diálogo”, completando que “a parte da sexualidade não era comentada.” Ela descreve como as pessoas de seu contexto próximo eram muito “reservadas” em relação à assuntos da sexualidade, e quando provocada especificamente sobre o tema da coerção sexual ela afirma: “Nenhum dos dois, as pessoas não comentavam suas intimidades, sua vida íntima. A gente tinha amizade (...) mas ninguém ficava falando da sua intimidade, era muito comum no passado isso”. É possível constatar, portanto, a confusão entre os “assuntos da intimidade”, que poderiam ser tanto a o exercício da sexualidade quanto as coerções sexuais, intensificada pelos controles internalizados do “pudor” e dos “tabus” a ponto de a recriminação do assunto “sexo” no geral impedir a denúncia de quando este se tornava uma forma de ameaça à liberdade e à integridade.

Como trabalhado no capítulo anterior, a juventude das personagens em questão se passou nos anos de 1960-1970, que como apontado foi um momento marcado pela ruptura com paradigmas conservadores e pela difusão de novos ideais referentes a uma extensão de temas, inclusive o da sexualidade. Contudo, como também já sinalizado, a ascensão de novas formas de pensamento não afetava a resistência de valores tradicionais determinados. Tal coexistência entre valores paradoxais, logo, fragmentou discursos, posicionamentos e formas de se relacionar dentro de um mesmo sujeito e de um mesmo momento histórico. O paradoxo entre essas duas posições tão distintas sobre a sexualidade envolve e

remonta, portanto, aquele permanente entre a revelação e a retenção no plano do discurso, os reincidentes “ditos” e “não-ditos”. Os filtros internalizados, permanentes mesmo em meio à tentativa de sua ruptura, desencadeavam na nebulosidade do discurso referente ao sexo a ponto desta restrição até hoje ressoar sobre a fala alheia.

Em outra narrativa sobre o mesmo problema, Jade reitera a recorrência de pudores e tabus na época de sua juventude quando, segundo ela, não se dizia coisas a “respeito da sexualidade como um todo”, com esse “todo” se aplicando até mesmo a temas como menstruação, reprodução, distinções entre os órgãos genitais, quanto mais ao sexo e à violência sexual. Desse “todo” aludido por Jade é possível concluir, portanto, um amplo escopo de temas velados cuja reunião compulsória em um só tabu produzia a impossibilidade de distinção de temas urgentes como o da violência sexual.

A mesma unidade atribuída à tantas derivações, pode ser observada na fala da senhora Diamante, que pontua: “Era um assunto muito velado eu diria, não se entrava em detalhes não” é reforçado, dessa maneira, o fato de que não se entrava em detalhes a respeito de uma coerção sexual da mesma forma que não se entrava em detalhes a respeito de atos sexuais no geral. Ela também alega que: “Nunca dava pra perceber nada. Nunca percebi nada”, acrescentando que o ocultamento de uma diversidade de temas a colocou numa posição de desconhecimento e confusão: “Eu não sabia o que era isso, eu não sabia nada, não tinha noção nenhuma [a respeito de qualquer questão tangente à sexualidade]”. A estigmatização dos assuntos da sexualidade perpetua, dessa maneira, a mencionada confusão entre temas de diferentes pesos, a ponto daqueles mais graves serem invisibilizados.

O silêncio e as falas podadas despertados pelos limites do pudor e do tabu assumem outro peso quando atingidos pelo medo e pela vergonha de revelar atos de violência ocorridos no leito conjugal. Consideramos, pois, a partir da avaliação das entrevistas e da revisão de literatura, que o medo e a vergonha são sentimentos articulados à consciência do teor violento dos atos sofridos e por

isso silenciados voluntariamente, postura que implica na escolha em não revelar uma situação por medo das possíveis consequências de uma fala explícita. Por outro lado, os “não-ditos” associados ao pudor e ao tabu são anteriores ao medo e à vergonha. Sob os pudores, são reproduzidos um desconhecimento muito grande e um colapso entre polos opostos da sexualidade, os atos sexuais consentidos e prazerosos e os atos sexuais coagidos e violentos. Além da redução destes atos a um denominador comum contribuir para a distinção do silenciamento da VSPI, sentimentos como o pudor e o tabu tornam indistinguíveis atos muitas vezes opostos (o ato sexual consentido e o ato sexual coagido) restringindo a própria possibilidade de expressão acerca da sexualidade e das violências sexuais, diante de um vocabulário pouco articulado e com pouco espaço para questionamentos.

5.1.4 A banalização

A banalização da Violência Sexual por Parceiro Íntimo é outro dos grandes obstáculos para o enfrentamento do problema. Percorremos anteriormente outras formas do silêncio a respeito da VSPI, buscando expor a complexidade da trama discursiva realizada pelas “entrelinhas”, tolhida por “censuras”, vinculadas ao medo e à vergonha, que recua e se abstém de tentativas de nomeação perante os *pudores* e *tabus*. Agora, veremos a *banalização*, outra forma em que opera a dialética entre informações expressas e retidas de maneira a dificultar a comunicabilidade, e que ao destituir a relevância da questão da coerção sexual conjugal, a naturaliza.

Das entrevistas com Safira e Esmeralda podemos extrair o sentido desta face de manifestação dos “não-ditos” referentes à VSPI: a banalização. Em suas palavras, Safira alega não ter presenciado narrativas sobre a VSPI em sua juventude, de modo que tal ausência de percepção corrobora para a premissa da

banalização de certas formas de violência. Esmeralda, confirma essa banalização quando diz não se lembrar de suas amigas falando explicitamente da VSPI, por mais que o assunto fosse abordado dentro dos limites do trivial: “É dizendo assim... numa conversa banal né... não se trata [de dizer]: o cara me obriga a fazer...apesar de eu não gostar”. Ela atribui os comentários à conversas cotidianas responsáveis por subtrair a singularidade de dados como a coerção e a violência e, portanto, por legitimar a demanda de sexo por parte do parceiro invisibilizando, na mesma medida, a ausência do desejo da mulher em desempenhá-lo, revelando o poder das normas da sexualidade conjugal sobre ambos.

Neste contexto, Esmeralda divide um episódio em que uma de suas amigas expunha sua repulsa à prática de sexo oral e como esta era mesmo assim pressionada pelo parceiro, Esmeralda frisa a ausência de valor e reconhecimento implícitos na fala de sua amiga, aliviando as propriedades impositiva e violenta do ato, que não levantava a faceta violenta ou coagida de um ato feito a contragosto.

Quando questionada sobre o que já ouviu de conhecidas a respeito da VSPI, Jade menciona comentários como “eu cedo já que ele gosta”. Esse relato de Jade remete diretamente à análise feita, em 1985, por Nicole-Claude Mathieu, que publica seu texto intitulado: “Quando ceder não é consentir” (MATHIEU, 1985). Nesse texto, o intuito principal da autora é expor, nas situações em que as mulheres são levadas a ceder, que este ato é compreendido socialmente como um ato de consentimento. Todavia, falar de consentimento quando não há livre escolha leva à dissimulação da posição de sujeição imposta às mulheres em relação ao sexo. A autora argumenta, pois, como a VSPI não é discernida pelas mulheres por integrar um processo sistêmico de subjugação e alienação destas em relação ao sexo.

Sob o mesmo valor da banalidade, Jade expõe outro caso de neutralidade diante da VSPI: “sou casada com ele, então tenho a obrigação de fazer”. Em outras palavras, aquilo que é coerção e violência se torna relativizado

pela convenção da disponibilidade sexual da mulher como um dever conjugal. A situação de coerção sexual passa a ser dissimulada, no discurso, como débito conjugal, culminando na imposição do intercuro e, portanto, no ofuscamento da VSPI. Desse modo, a postura banalizadora, dilui/esfacela/retira a propriedade violenta da coerção.

A postura de pressupor a sexualidade em um relacionamento íntimo como um dever da mulher, pode ser vista pelas ponderações de Flandrin (1981). O autor avalia que há, na história, uma maior flexibilidade associada à mulher solteira expressa na sua liberdade em recusar investidas eróticas e, portanto, no seu direito ao arbítrio, de modo que o desejo da mulher, sob a face de sua ausência, é nivelado ao do homem. Todavia, uma vez casada a mulher se tornaria submissa ao marido “que tinha o direito de exigir prazer dela, entre muitas outras coisas” (FLANDRIN, 1981, p. 55).

Logan lembra que o valor cultural da intimidade sexual num relacionamento torna um desafio redobrado o discernimento da VSPI e do consentimento. Ele diz que:

De certa maneira há uma pressuposição de um consentimento contínuo para relações sexual dentro de um relacionamento íntimo. (...) Em outras palavras, o consentimento entre parceiros sexuais é normalmente visto como estático ou como um único evento inicial semelhante a um contrato. (LOGAN, 2015, p.112, tradução nossa)

E completa dizendo que “Assim que o relacionamento se tornar mais permanente, o consentimento torna-se mais implícito e assumido.”, ou seja, processos que diluem a VSPI dentro da esfera relacional. Logan (2015, p.112, tradução nossa) também afirma que devido à normas culturais sobre o papel que a sexualidade desempenha no relacionamento íntimo, e à convenção que repreende a abordagem coloquial do sexo conjugal, a VSPI se torna normalizada entre as mulheres. A senhora Quartzzo diz a respeito da VSPI:

Eu acho que se divulga menos [que outras violências conjugais] (...) não sei se naturalizam, porque dentro de uma relação digamos assim de parceiros, conjugal, seja o estado civil que for, mas assim é meio que encarado como natural poder fazer tudo né, é mais ou

menos assim, choca mais de repente algo como abuso de criança de adolescente, mas choca menos essa questão no casamento, [por conta] do formato que tem, é como se fosse permissivo né...

Esmeralda pontua, portanto que a VSPI era associada ao comum, acrescentando outros tipos de problemas que eram relegados, até mesmo pela ala progressista de esquerda pouco tempo atrás, como problemáticas pequeno burgueses demonstrando como mesmo entre um grupo supostamente crítico e consciente os interesses de transformação da realidade não contemplavam o problema da coerção sexual. Eram, portanto, enaltecidas as temáticas de amor livre e da emancipação feminina enquanto o tema da coerção sexual permanecia ofuscado.

Terra (2015, p. 111) expõe que a violência conjugal tem sua importância minimizada mesmo nos ambientes mais específicos como serviços de saúde e assistência social, além da sociedade que perpetua sua desvalorização e invisibilidade. Terra, (2015, p. 119) ainda determina que o medo e a vergonha de falar sobre o tema estão intimamente associados à sua banalização, condicionando um dos obstáculos à sua denúncia ao receio da desqualificação moral e da neutralidade diante da queixa. O fator da banalização percorre, dessa forma, tanto a maneira de formulação quanto a de recepção da queixa.

Jaspar (2007, p. 9, tradução nossa) afirma que “O conceito de violência doméstica foi bastante transformado entre 1980 e 2000” Nos últimos tempos não só posturas explícitas de violência são levadas em conta, mas as nuances das “Crueldades silenciosas e incessantes, acumulação de atos, gestos, palavras aparentemente sem gravidade, são a base do comportamento violento.” A autora ainda explica que na sua versão moderna a violência conjugal “recobre uma realidade multiforme que não é imediatamente aparente tanto para os autores quanto para as vítimas”. Mesmo tal faceta moderna e tal pluralidade de manifestações dessa realidade são ainda carentes das devidas formas de nomeação e abordagem.

Vigarello (2000, p.159) diz que quanto mais as violências sexuais aplicadas de maneira atenuada passam a ser reconhecidas mais se deparam com a ausência de palavras para defini-las, acrescentando que os tribunais franceses do início do século XIX já distinguiram a relevância desse outro tipo de violência, a não física, mas que em face dos atos “que se tornam difíceis de nomear” não era possível levá-los adiante processualmente. Dessa maneira, as possibilidades discursivas que definem os limites entre coerção e consentimento, condições importantes para se distinguir a VSPI, são reduzidas principalmente no contexto da ciência, tanto em relação à compreensão da amplitude de atos e circunstâncias de sua perpetração quanto em relação à compreensão e à percepção das consequências para quem sofreu. (LOGAN, 2015)

A VSPI apresenta uma pluralidade de “não-ditos” e ocultamentos quando diversos aspectos da coerção sexual não são considerados violência em face da construção dos papéis sexuais de gênero em que está pressuposta a submissão feminina, com a consequente mitigação do valor destes derivados como parte das ordens de gênero e das formas de aproximação sexual entre homens e mulheres.

5.2 AS FORMAS DO DIZER

Nos próximos textos deste subcapítulo o trabalho se instaura na ordem oposta à anterior, aqui trataremos das informações explícitas e da comunicação transparente. Assim, o que é manifesto será encarado segundo os “locais de enunciação” e “para quem se diz” quando o local e o ouvinte em relação aos quais a VSPI é abordada se mostram relevantes considerando que, diante do silêncio, das formas plurais de não-ditos, das posturas banalizadoras, da não-verbalização e entrelinhas na questão da VSPI, emerge a necessidade de

delinear as circunstâncias que lhe permitem ser pronunciada sem filtros, compreendendo assim as especificidades desta maior abertura.

Onde, portanto, a separação entre intimidade e exterioridade é transposta e a comunicação da VSPI supera o medo e a vergonha que obstam a revelação? À qual escuta atenta e acolhedora a violência sexual por parceiro íntimo é, portanto, reportada? Analisamos assim o que as intérpretes relatam terem ouvido quanto à VSPI nas esferas íntima e pública.

5.2.1 Para quem se diz

Anteriormente foram desenvolvidas considerações a respeito de como as entrelinhas, a censura, o pudor, o tabu e a banalização comprometem a fluidez na comunicação da VSPI, mesmo nos circuitos mais próximos de relações pessoais, com parentes e amigos. Enquanto fonte primária de contato, esse circuito é fundamental para a constituição de narrativas sobre a sexualidade e a violência. Nesse sentido, as pessoas às quais são direcionadas as menções sobre a VSPI precisam ser observadas perante as complexidades envolvidas na partilha desse teor de violência, partilha esta atravessada pelos “ditos”, “não-ditos” e proximidades pessoais.

A rede informal ou pessoal, também intitulada como rede primária por Sagot (2000), foi apontada pelas informantes como o primeiro e principal local de revelação da VSPI. As senhoras entrevistadas mencionaram recorrentemente essa rede, relatando a comunicação sobre algum episódio de VSPI entre personagens como amigas, entre irmãs, entre sogra e nora, entre mãe e filha. Este contexto de comunicação, entre pessoas de um círculo social próximo ou familiares reincidiam quando as senhoras lembravam de casos de terceiras e até quando a violência havia ocorrido com elas próprias.

Sagot, (2000) demonstra que as mulheres em situação de violência atuam incisivamente na busca por ajuda, recorrendo inicialmente às redes pessoais e informais, compostas principalmente por amigas(os) e familiares. A busca por apoio, nas redes de serviços formais, sucede os relatos ocorridos nas redes primárias, realizados em caso de agravos na intensidade das violências ou nas consequências desencadeadas. Perspectiva que pode ser endossada pela pesquisa de Terra, (2015, p. 111) que descreve que, quando as mulheres são questionadas se relataram os episódios de violência sofridos para alguém, o resultado é de que por volta de 70% das mulheres “revelaram o vivido especialmente aos seus familiares e familiares dos parceiros, amigos e vizinhos.” Segundo Sagot (2000), as redes primárias são dimensões importantes do diálogo acerca da situação de violência, sendo as primeiras pessoas a serem acessadas pelas mulheres.

A senhora Quartzó traz narrativas correspondentes a estes parâmetros quando nos conta sobre a sua impressão acerca da escolha de pessoas para a revelação de VSPI: “A tendência pra mim é falar com alguma amiga”, especificando sua preferência por uma “pessoa íntima”, amiga principalmente. Ela, ainda assim, faz a ressalva de que, mesmo havendo essa possibilidade, a inclinação à comunicação ainda é filtrada pelos “não ditos”: “ainda há muita não verbalização [sobre a VSPI]”. Portanto, mesmo as pessoas do convívio íntimo sendo priorizadas na revelação de casos de violência, persiste o ocultamento relativo à não-verbalização, como anteriormente trabalhado nas “formas dos não-ditos”.

Para contribuir com o entendimento dessa situação ambígua e contraditória entre “ditos” e “não ditos” consideramos que, por um lado, a rede primária de pessoas é o primeiro espaço de abordagem da VSPI, sendo esta rede fortemente impactada pelos “não-ditos”, como podemos observar nos relatos das entrevistadas. Esmeralda, por sua vez, nos conta um caso paradigmático em que uma de suas amigas expõe as coerções sexuais que vive e, ainda assim, diante da reação provocadora de Esmeralda quanto à gravidade

da situação, aquela repreende tal crítica: “Ah, ela me falou: ‘não vem com esses papos de feminismo para cima de mim’, eu fiquei tão chocada!”. Ou seja, apesar da revelação ser realizada, o fato de a própria pessoa afetada pela situação não compreender o seu peso desencadeou na postura de recusa desta pessoa em relação ao diálogo. Esmeralda conclui, portanto, que mesmo diante de reiteradas situações de violência em seu casamento, a amiga mesma “não enxerga, ela não consegue enxergar” o valor negativo das posturas violentas e coercitivas do marido.

Portanto, mesmo havendo a quem confidenciar sobre VSPI, mesmo distinguindo interlocutoras acolhedoras com o tipo de conteúdo, ainda existem filtros que levam as mulheres que se pronunciam às contradições e, portanto, à obstáculos dentro da comunicação na rede primária. Tal contradição entre busca por uma escuta disposta e recusa de conceber a gravidade da própria situação remete à um pacto ambíguo de silêncio e de escuta, pacto que envolve falar sobre a VSPI, porém negando seu caráter violento, ambiguidade que implica no ocultamento da problemática da coerção.

Ainda a respeito dos atritos na comunicação da rede primária, as principais pessoas reportadas sobre a VSPI, a senhora Ágata relembra a respeito da revelação de VSPI de uma amiga que sofria violência conjugal. Ela infere sobre quem poderia constituir as redes de comunicação dessa pessoa: “talvez ela tenha contado, mas as irmãs resolveram, sabe aquela história de ‘não se meter?’, se ela contou ninguém ficou sabendo, não houve nenhuma represália.” Este relato ilustra a separação entre o público e o privado no sentido da distinção entre situações passíveis ou não de intervenções externas, distinção responsável por posturas omissas e, assim, por poucas perspectivas de mudanças da situação de violência compartilhada na rede primária.

A senhora Diamante, uma das nossas entrevistadas que passou pela violência sexual por parceiro íntimo, diz que logo após a ocorrência da violência recorreu a uma amiga que lhe acolheu, e, quando provocada se falou com mais alguém sobre o ocorrido, ela restringiu: “é, acho que foi só ela [a amiga]. Que eu

me lembre né, porque tem quase 50 anos”. Ela completa ainda que o reconhecimento de sua amiga, implicado na sua receptividade, foi o suficiente para se sentir contemplada e amparada.

Desta maneira, aliando as investigações de Sagot (2000) e Terra (2015) aos relatos, é possível concluir que a rede primária envolve reações muito diversas à VSPI, mas que a importância dessa rede sobressai considerando o apoio por ela proporcionado, ainda que isso não suscite a nomeação da violência e nem o enfrentamento do problema.

5.2.2 Educação sexual nas escolas

Acerca das condições necessárias para a abordagem da sexualidade, e, com isso, para a dissolução da resistência incitada pelos “não ditos” em torno da VSPI (das entrelinhas à banalização), foi atribuída grande importância à educação sexual nas entrevistas. Foi citado pelas senhoras a incidência da disciplina na escola, bem como o seu papel informativo e elucidador, referente à em relação à sexualidade, levando-as a defender a manutenção desse diálogo.

Maia e Ribeiro (2011, p. 79) afirmam que a disciplina de educação sexual ministrada nas escolas tem o potencial de oferecer informações e criar um espaço de reflexão sobre a sexualidade. Afirmam também que as aulas de educação sexual podem:

ajudar as pessoas a ter uma visão positiva da sexualidade, a desenvolver uma comunicação mais clara nas relações interpessoais, a elaborar seus próprios valores a partir de um pensamento crítico, a compreender melhor seus comportamentos e o dos outros e a tomar decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual.

Os autores afirmam que a educação sexual nas escolas pode jogar luz sobre os mecanismos sutis de repressão sexual, além de dispor assuntos como o

sistema reprodutivo, alternativas de contracepção e doenças sexualmente transmissíveis. Esta deveria contemplar, portanto, mecanismos sutis de repressão sexual que submetem mulheres e a condição histórico-social em que a sexualidade se desenvolve. A disciplina de educação sexual aparece, assim, como um lugar importante de verbalização e diálogo, ao qual as entrevistadas se referem como um privilégio e como um facilitador para a proteção contra VSPI em vida adulta. A senhora Quartzos nos conta sobre as aulas de educação sexual que recebeu na escola:

Eu tenho outro fator que eu tive, e por isso que também tudo isso é uma trajetória um pouco não comum, eu tive educação sexual na escola. O Instituto de Educação de Jundiaí, que existe até hoje, essa escola eu fiz da quinta série ao final do curso clássico, e nós tivemos educação sexual.

A senhora Rubi também menciona lembranças das aulas de educação sexual que teve em sua juventude, colocando a professora como uma “figura acolhedora”, capaz de transmitir conforto para as alunas se debruçarem sobre o assunto, uma característica imprescindível para uma profissional que veicula à jovens esses temas, Rubi conta:

Eu fiz ginásio no estado. Tinha uma educadora, não me lembro nem qual era a formação da pessoa, eu sempre estudei em escola estadual, estudei no Parque Dom Pedro, depois virou colégio estadual de São Paulo, e lá tinha uma pessoa que orientava, fazia palestra, conversava com a classe, sobre cuidados. - Eu não me lembro como é que chamava, mas ela era uma pessoa extremamente aberta, e vinha sentava lá e conversava, batia papo sobre cuidados que a gente deveria ter, isso aí eu achava interessante. Sim, o sexo, acho que falava de higiene e prevenção também, eu não me lembro direito, só lembro da figura da pessoa que era acolhedora né.

Safira também recorda que recebeu educação sexual em sua juventude, acentuando a importância de haver no ambiente escolar um espaço de diálogo sobre sexualidade e demonstrando na mesma medida preocupação com o

crescimento do conservadorismo no cenário brasileiro, como os casos de grupos políticos que tentam impedir a disciplina de educação sexual.

Mas a partir do momento que estão interferindo assim a educação das crianças não vai ser a mesma. Então é um contexto histórico que a gente tá vivendo, que tá voltando, que tá retrocedendo, e eu falei assim, eu gostaria de estar viva para ver isso daí ter um... gostaria que haja um decréscimo disso daí, mas tá difícil.

Safira reforça a necessidade da disciplina de educação sexual como um forte potencial preventivo de violações sexuais afirmando: “eu acho que pra criança entender o que pode o que não pode, por que, se na escola não fala nada e em casa estiver acontecendo [violência sexual] ela vai ficar calada e vai continuar sendo aproveitada”. Ela discorre também sobre as noções de auto proteção, tanto da criança em relação a abusos, quanto para a formação de um conhecimento sobre seu próprio corpo e seu arbítrio, noções que permanecem para a adolescência e adiante.

5.2.3 Locais de enunciação

Os locais de enunciação da VSPI precisam ser especificados diante da complexidade que a exposição desse tipo de violência reserva ao olhar investigativo. Após abordarmos como as informações são retidas, podemos partir para as situações que estimulam a enunciação. As questões concernentes aos contextos em que a VSPI é integralmente abordada, permitem nomear os lugares e as condições sob os quais a VSPI ascende e em que sua gravidade é devidamente contada.

A senhora Esmeralda diz ouvir recorrentemente sobre a VSPI como um tema abordado nos grupos feministas dos quais participa: “Eu já ouvi falar bastante sobre isso [VSPI] (...) a gente escuta muito como denúncia (...) nas

reuniões dos movimentos feministas (...) na parte das temáticas de opressões”. Jaspar (2015, p. 8, tradução nossa) avalia que a perspectiva feminista inclui a violência conjugal no sistema amplo de assimetria das relações de gênero na sociedade. O olhar teórico de Jaspar (2015), no caso, é corroborado pelas palavras de Esmeralda, em que o tema da VSPI é reportado como enunciados explícitos nas reuniões de movimentos feministas, na parte da temática das opressões.

Dessa forma, reconhecemos os grupos feministas com um local de enunciação possível, onde a VSPI pode ser dita de forma explícita, no formato de denúncia, como descrito por Esmeralda. “O véu do silêncio se elevou sobre a violência conjugal, a palavra se tornou livre, a reprovação se tornou unânime” (Jaspar, 2015, p. 8, tradução nossa). As condições de enunciação da VSPI em espaços feministas atendem, portanto, a expressão das demais maneiras de opressões e desigualdades de gênero que esse meio compreende; caracterizado por Esmeralda como uma expressão na forma de “denúncia”, o relato a e menção da VSPI nesse espaço é deslocado da zona da banalização e das entrelinhas assimilando ferramentas de explicitação e dando relevância ao caráter violento das coerções.

Paralelamente, a senhora Esmeralda aborda outro espaço de enunciação possível quando nos conta que, no trabalho da assistência social, ela ouve as mulheres se queixarem de maneira explícita sobre esse problema:

é muito comum relatos desse tipo de coisa, da pessoa ter sido violada pelo companheiro. E... e... não denunciar, e quando vai denunciar, já está numa situação que ela não suporta mais, esse tipo de coisa... e principalmente com gente [vulnerável], né, gente que não tem como se defender, né, quando ela vai procurar um serviço ela vai procurar porque aí já foi para a para violência, né, e em geral tem a ver com essa questão do sexo forçado, sim você não pode dizer não é. muito comum, é, muito comum, o estupro, vamos dizer assim, marital, é bem comum.

Quando questionada se enxergava o espaço da assistência social como um local de ampla repercussão da situação de violência vivida pelas mulheres, a

senhora Esmeralda confirma, explicando: “Eu acho [que sim]. Elas têm mais espaço né... ao menos pra catarse né. Nem que seja pra desabafar e falar disso né.” Com essa fala de Esmeralda, a assistência social se apresenta como um local possível de enunciação, ainda que restrita à forma da catarse. Segundo ela, quando as mulheres buscam por ajuda na assistência social encontram ali um lugar onde podem “desabafar”, dessa forma, reconhecemos os meios da assistência social com um local de escoamento possível, onde a VSPI pode ser verbalizada de maneira expressa, como no formato de “catarse” como descrito por Esmeralda, ainda que não se apresente entre a queixa e a sua escuta alguma ação propositiva de enfrentamento da situação.

A senhora Diamante diz ter contado sobre a VSPI pela qual passou ao seu próprio psicólogo, única menção feita entre todas as entrevistadas a um profissional do campo da saúde neste contexto. A respeito desse local/profissional a quem ela revelou o episódio de violência, ela atribui ao processo de terapia a conquista de nomear o trauma, alegando que na época da violência sexual ela não tinha discernimento sobre os fatos. Todas as demais entrevistadas associaram os locais de diálogo ou enunciação da VSPI às suas redes primárias de amigas ou parentes próximos. Como tratado anteriormente, Sagot (2000) e Terra (2015) apontam que as redes de apoio informais são as primeiras e as principais acessadas pelas mulheres em situação de violência para falar sobre o ocorrido. Entretanto, como também trabalhado anteriormente, a comunicação da VSPI nas redes informais não atende à uma comunicação explícita do problema, com diversos obstáculos para que possa ser considerado um local de enunciação explícita, como foi abordado anteriormente a respeito dos “não-ditos” que operam nessas redes primárias.

Ao contrário da assistência dos espaços feministas e da menção ao espaço privado da terapia, o setor de segurança pública (como as delegacias) não foram apontados pela fala de nenhuma das entrevistadas como espaços de enunciação ou revelação da VSPI. Essa constatação empírica é reforçada pela investigação de Sagot (2000, p.36), que avalia, como resultado de sua pesquisa,

que o sistema jurídico-policial é o que apresenta os piores indicadores a respeito do acolhimento e das respostas para as mulheres em situação de violência. No mesmo sentido podemos falar do setor da saúde, que não é diretamente associado como local responsável para lidar com as questões tributárias de violências conjugais – como apontado no capítulo 3 desta tese. Como já mencionado, o atendimento a esse tipo de situação carece de procedimentos técnico-profissionais, de forma que a possibilidade de relatar queixas se limita ao tom de pessoalidade.

Os locais de pronunciamento e, portanto, de enunciação explícita e comunicação sobre a VSPI incidentes nas narrativas das entrevistadas são: os espaços de organizações feministas, o atendimento em assistência social, o atendimento psicológico continuado e as redes primárias de amigos e parentes. Muito mais do que locais com o poder de enfrentamento e resolução da situação de violência, esses espaços aparecem como contextos de escuta e enunciação da VSPI. Esses espaços podem, portanto, ser caracterizados como locais de enunciação livre e explícita da VSPI por corresponderem a uma escuta não inquisitiva, ainda que não possuam todas as ferramentas para encaminhar soluções práticas e diretivas.

As questões que abordamos sobre mídia, visibilidade e transformações históricas a respeito da VSPI, são importantes para entendermos as condições de enunciação para que sejam efetivados os espaços de enunciação. Quando perguntada sobre a frequência de perpetração de VSPI, a senhora Rubi nos diz não saber se hoje acontece mais ou menos do que antes, mas que os episódios de violência são mais ecoados e menos velados do que antes.

Enquanto efeitos para o direcionamento da questão, as respostas pessoais/profissionais dadas por quem ouve a VSPI parecem ter grande importância para a condução da questão, tanto para a elaboração e discernimento de quem passou quanto para decisão sobre como proceder diante da situação de violência. Ou seja, ainda que não sejam espaços objetivamente

diretivos e de encaminhamento prático, eles podem auxiliar na elaboração de procedimentos posteriores.

6 A TRASMISSÃO CULTURAL DAS NORMATIVAS DA SEXUALIDADE E AS OCORRÊNCIAS DE VSPI

Neste capítulo, apresentamos, narrativas que tocam a casuística do cotidiano, das vivências e memórias das entrevistadas acerca da VSPI. Serão compartilhados casos, relatos e testemunhos relativos ao assunto, agora, presente nas próprias vidas das intérpretes. A discussão e condução do raciocínio se dão com os argumentos sutis levantados pelo caso contado, aliando os episódios citados com às referências teóricas.

Na primeira parte do capítulo são reconstituídos as histórias e casos que as entrevistadas testemunharam em seu entorno, a partir da abordagem da sexualidade conjugal e da VSPI na comunicação com seu em torno imediato. Como se apresentaram temáticas muito distintas em cada episódio, este subcapítulo é dividido em textos que formam uma unidade de explicação e de sentido através das falas concedidas. Na perspectiva das narrativas, delas são extraídas as formas de comunicação em seu contexto e referências culturais que inseriram a VSPI no imaginário das mulheres em questão: ensinamento populares, ditados, transmissões familiares, normas culturais de comportamento, simbologias do imaginário coletivo recorrentes nos casos. Este repertório é

trabalhado no sentido de pensar a transmissão de ideias acerca de normas sexuais e da VSPI nas relações próximas a partir das trocas nelas estabelecidas.

Na segunda parte deste capítulo a discussão converte sua direção se voltando ao pronunciamento feito pelas intérpretes sobre si próprias enquanto sujeitos das situações de VSPI, tanto em casos nos quais conseguiram se proteger dela quanto naqueles em que, infelizmente, foram completamente atingidas. Na primeira parte são apresentadas as versões daquelas que alegam não ter passado por isso, levando à análise de circunstâncias que podem tê-las preservado em relação ao problema atuando como elementos protetivos. enquanto na segunda é dividido, mediante a exposição de eventos, o testemunho daquelas que sofreram a VSPI.

6.1 A TRANSMISSÃO DE MÁXIMAS ENTRE GERAÇÕES DE MULHERES

A já citada transmissão de valores entre gerações de mulheres nos anos 1960, uma vez inserida em um momento de mudanças estruturais latentes, passava a conviver com e, na mesma medida, ser atravessada por questionamentos de referências comportamentais sedimentadas como a norma do débito conjugal, a posição das mulheres diante do casamento etc. Estes costumes ainda se impunham, mas passavam a sofrer resistência alheia constituindo uma dialética na mentalidade e nas posturas coletivas. A idade para casamento das mulheres, o casamento compulsório, persistiam como referências de comportamento atribuídas às mulheres, mas novas alternativas passavam a ser formuladas para suas vidas, ainda que de modo incipiente. Assim, a permanência de certos valores não impedia a ascensão de novas possibilidades de ser para mulheres.

6.1.1 Casamento como relação de compra e venda

Esmeralda divide uma memória da época de sua adolescência que evidencia a naturalização de certos tipos de pensamentos na mentalidade das mulheres daquele momento ao observar como determinados discursos eram amplamente reproduzidos, não se tratando meramente de uma referência de seu círculo próximo portanto: recorda de uma fala reincidente e da situação generalizada nas seguintes palavras: “não era só minha família não, a maioria das mães, acho que faziam esse tipo de raciocínio com as filhas.” Na uma transmissão geracional de repertórios comuns, portanto, estes caracterizavam tentativas de alerta e de orientação por parte das mães, contaminados por noções difundidas (e interiorizadas) sobre o papel atribuído às mulheres, pelas próprias palavras de Esmeralda: “ah, não se venda barato, se você tem que se casar e transar com alguém, né, então que seja alguém que te dê conforto, que tenha uma certa condição.”

Esmeralda demonstra indignação ao retomar esta lembrança, se lembrando também que já na época falas como as anteriores lhe causava incômodo, dizendo que lhe parecia estranha a “ideia de uma troca” um escambo entre o acesso sexual que a mulher dava ao marido no casamento e a garantia que este lhe daria no sentido material: “Isso me chocava. Isso de ‘não se venda barato’ me chocava. Porque era como se a gente no casamento fosse uma relação de compra e venda, não sei se isso era comum.”

A ideia do casamento como uma relação de troca reprodutora da noção de objetificação da mulher é amplamente explorada por Gayle Rubin (1993) através de reflexões antropológicas e políticas que abordam a lógica na qual o casamento reduz a mulher à uma passividade e à um objeto de troca, a autora defende a hipótese antropológica de que originalmente o casamento se organiza como um tráfico, comércio ou troca de mulheres; as tribos, clãs ou grupos familiares entregavam suas filhas para o casamento em troca de

benefícios e apoio político, assim como recebiam mulheres para o mesmo fim e se comprometiam com o grupo de origem dessa mulher. Rubin (1993) aponta que em diversas teorias antropológicas, como também na teoria da psicanálise, o tabu do incesto e a exogamia compulsória fundam o que hoje chamamos de sociedade, organizando o parentesco com os laços de afinidade firmados entre clãs nas trocas dispostas na relação de casamento. Seja a própria mulher o produto da troca, sejam seus trabalhos: reprodutivo, doméstico ou sexual, objetificando a própria mulher ou as posturas conjugais e sexuais atribuídas a ela, a faceta do comércio e da troca presente na história contada por Esmeralda evoca no débito conjugal a mesma ideia de produto e comércio no casamento trazida por Rubin (1993).

Mais recentemente, como apresentado no capítulo 3, o débito conjugal extrapola o imperativo de reprodução no casamento passando a contemplar os objetivos de satisfação do prazer, emergindo a noção de se extrair prazer do ato sexual conjugal, portanto. As relações de troca ou compra-venda expostas por Rubin (1993) e Esmeralda não se relacionam diretamente mas se referem à mesma lógica em que a mulher, seja a partir da dimensão coletiva de uma determinada cultura apontada por Rubin (1993), seja a partir da dimensão individual do pacto conjugal ilustrada por Esmeralda, é inserida em uma relação de troca amparada na suposição de sua passividade guardam a similaridade da mulher, seu corpo e o acesso sexual a ele serem objetos de um comércio retornando em benefícios seja para o grupo de origem (família) desta mulher, como apresentado por Rubin (1993), seja buscando retornos em benefícios para a própria mulher em conforto e bens materiais, como conta Esmeralda. A compulsoriedade do débito conjugal é transmitida aliada à ideia de troca, evidenciada pelo discurso que tanto afetou Esmeralda. Esta destrincha em suas memórias outro alerta complementar ao anteriormente exposto: “E se o homem quer você tem que fazer, sendo [ele o] marido, [você] faz” ordem em que “você não tinha desejo nem vontades, sendo [com o] marido, mesmo que você não queira, mas se é marido tem que fazer.”

O aspecto que sobressai nessa transmissão de pensamentos e discursos simbólicos expostos por Esmeralda é a grande associação entre a ideia de débito conjugal e submissão sexual feminina, conexão apontada por ela própria como uma anulação dos desejos e vontades das mulheres na relação conjugal. A submissão sexual reduz a mulher à já mencionada concepção passiva desprovida de desejos, comportando essa faceta de anulação da mulher enquanto sujeito desejante. A anulação da mulher enquanto sujeito na relação remete a outro aspecto apontado por Esmeralda, a destituição do poder de recusa da mulher aos desejos do cônjuge, evidente quando ela alega que a compulsoriedade do débito conjugal envolve a regra de que a mulher deve praticar o ato sexual, mesmo à sua revelia. Assim, a anulação da mulher enquanto sujeito se expressa tanto pela supressão de seus desejos, quanto pela impossibilidade da sua recusa sexual. Como numa relação “comercial” sustentada pelas noções transmitidas entre as gerações, a troca se dá com base nas prerrogativas materiais do marido e nos deveres conjugais da mulher, entre eles a disponibilidade sexual e a negação dos próprios desejos da mulher.

Dado que a relação sexual passa a ser assumida como um dever atribuído à mulher, a realização deste dever, ainda que sob coerção, é presumida como obrigatória sendo a VSPI e suas nuances, portanto, a VSPI invisibilizada e até mesmo legitimada. Isso se dá pois, se no par conjugal a mulher anulada enquanto sujeito tributário de desejos próprios e direitos, uma gama de práticas de coerção e violência sexual são naturalizadas e convertidas em parte da ordem conjugal, corroborando com a noção cultural de compulsoriedade do débito conjugal e de submissão sexual feminina.

6.1.2 Antes só do que mal acompanhada

Quando questionada sobre o que era falado acerca do casamento em sua juventude, Diamante nos conta que, em sua trajetória, não foi induzida ao casamento: “Pelo contrário eu fui muito incentivada a ser profissional”. Ela conta que sua mãe lhe incentivava a uma vida social ampla, a ir para festas, trabalhar, o que lhe proporcionou uma vida com atividades voltadas à sociabilidade e ao trabalho.

Esta narrativa de Diamante aponta para o elemento de exceção presente no processo que conduz às transformações sociais mais amplas, expressas na dialética dos processos de superação e transformação de um contexto sócio-histórico. Ainda que a norma social regente da conduta das mulheres em meio ao casamento estabelecesse o débito conjugal e a consequente invisibilidade da VSPI, essa norma social passa a ser questionada durante a juventude de Diamante, quando a mesma refutação não era esperada da geração de sua mãe. No entanto, a ocorrência dessa exceção exhibe os movimentos teoricamente esperados de um contexto de grandes mudanças: a antecipação das mutações no tecido social em circuitos, famílias e grupos sociais particulares, antes da transformação ampla da sociedade.

A narrativa de Diamante revela a latência de mudanças significativas o, que vão se manifestar nos anos 1960, como já trabalhado no capítulo 4. Ela aponta para o fato da norma cultural que impõe o casamento às mulheres em suas juventudes já estar sendo rebatida nesse momento, assim como a redução da imagem de realização pessoal de uma mulher ao contrair casamento. Em outros termos, a norma de que a mulher se realiza enquanto sujeito somente através do casamento foi submetida a transformações que abriram múltiplas possibilidades para a feminilidade como argumenta Jaspar (2015) – transformações expressas na entrada massiva das mulheres no mercado formal de trabalho. A possibilidade de permanecer solteira e direcionar sua vida para

sociabilidade e para o trabalho é narrada pela senhora Diamante em uma de suas memórias, quando ela aborda um discurso exposto por sua mãe refutador da transmissão geracional de valores tradicionais, da noção do casamento como a relação de compra e venda previamente citada, a oposição expressa pelo bordão “antes só do que mal acompanhada”.

Para nos debruçarmos sobre o franco questionamento, pela contracultura, dos valores tradicionais do casamento, é importante considerar a função de bordões, como o da mãe de Diamante, quando o casamento ainda caracterizado como um forte valor cultural, sendo exceção uma mãe dizer a uma menina de que antes solteira do que num casamento ruim. Diamante confirma “eu me lembro, falou isso repetidas vezes tanto que eu me lembro até hoje. Isso tem 70 anos. E eu me lembro”. Uma exceção, assim, descortina o processo maior de contestação da norma socialmente estabelecida da compulsoriedade do casamento.

Há que se considerar, ainda, que o questionamento dos casamentos tradicionais é uma mudança cultural relevante em sua influência, também, com relação à recusa dos papéis tradicionais de gênero tecidos no capítulo 4. Por um lado, antes, era pressionada e difundida a noção cultural de que as meninas deveriam almejar o casamento, com a conjugalidade sujeitando a realização pessoal de mulheres. Em face dessa a mudança no valor social do casamento restrito às mulheres, passa a ser questionada, igualmente, a posição e o papel delas perante a sociedade. Assim, parte dos princípios de submissão feminina no casamento e de limitação de suas vivências ao âmbito privado são subvertidas antes de alcançarem o processo social mais amplo, (o que evidencia a própria estrutura interna desse processo, como podemos observar no testemunho da senhora Diamante.)

A assimilação social de que uma mulher possa orientar sua vida por outras escolhas que não envolvam o casamento abre o caminho em que estas se impõem como sujeitos de direitos dotados do arbítrio e da recusa àquilo que outrora configurava um imperativo, o débito conjugal no casamento. Ou seja, a

possibilidade de arbítrio sobre o casamento em si conseqüentemente leva ao arbítrio com relação ao débito conjugal por ele previsto. As normas culturais determinantes de que a mulher se reduzia à conjugalidade incitavam e acarretavam os papéis tradicionais de gênero que previam a submissão sexual feminina, de modo que ao questionar a obrigatoriedade do casamento, se questionava também o débito conjugal pressuposto por ele.

Como consequência, a invisibilidade social da VSPI também é abalada, como parte desse sistema que reitera a submissão sexual feminina atrelada ao débito conjugal. Assim, concluímos que as transformações suscitadas nos anos 1960 pela contracultura e pelo feminismo, repercutiram nos valores tradicionais do casamento, do débito conjugal e das normas de gênero, tendo como efeito a produção de uma relativa atenção com relação à coerção sexual conjugal e coma VSPI – que se tornaram, nos últimos anos, um problema social gradualmente reconhecido por parte da sociedade.

6.1.3 Filha de uma mulher à frente de seu tempo

Das análises nos capítulos anteriores paralelas ao desenvolvimento deste capítulo, é possível extrair a constatação de que a transmissão geracional de ideias, percepções e normativas é um indício fundamental dos processos dialéticos entre a manutenção das normas vigentes e a sua contestação cuja eclosão é antecedida por manifestações incipientes, mas notáveis no nível da análise dos discursos. Nesse sentido, outra intérprete expôs narrativas que tratam de uma exceção à norma de gênero que impõe do débito conjugal e da compulsoriedade do casamento para a realização da mulher enquanto sujeito. Sua narrativa sobre a mãe fala da valorização de uma mulher que se colocou à frente de seu tempo, precursora das transgressões sociais que ocorreram na juventude de Quartzo.

Na sua história familiar, Quartzo diz que sua mãe também era uma mulher que se deslocava de certas normas e que boa parte da liberdade e autonomia que ela desfrutou foi herança de sua mãe, autonomia e liberdade que por sua vez se ampliaram socialmente durante as transformações dos anos 1960-70. Ela diz, a partir da história de sua própria mãe, que esta se tratou de uma mulher que parecia carregar em si um forte “desejo de se emancipar”. Nascida no interior de estado de São Paulo em 1909, ela buscou fazer curso de contabilidade, depois conquistou uma vaga e “foi a primeira mulher que trabalhou nos correios” da sua cidade natal, como contado pela senhora quartzo.

Ela narra que sua mãe levou 5 anos até responder ao pedido de casamento feito por seu pai, casando-se muito mais velha do que o esperado na época e demorando também a ter filhos, tendo apenas 4, um número inferior à média de filhos por mulher da época e da região, tendo a última filha aos 44 anos. Contando sobre a recusa de certos padrões por sua mãe, a senhora quartzo se recorda do episódio cômico em que sua mãe recebeu a visita do padre da cidade logo depois do nascimento de sua quarta e última filha. O padre interveio dizendo que ela deveria ter mais filhos, ao que sua mãe respondeu que isso não era “da conta dele” pois não seria ele que iria criar as crianças. Conta também que sua mãe era muito assertiva em preservar sua liberdade, quando dizia ao marido que não admitiria controle e ciúmes dizendo “não quero que você faça um escândalo se me encontrar na rua conversando com um homem”, reforçando o quão desviante era esse tipo de posicionamento.

Fora os costumes da esfera conjugal e doméstica, a mãe de Quartzo em outros segmentos da sociabilidade dava demonstrações de pensamentos singulares, conforme Quartzo aponta que, depois de mais velha, sua mãe passou a trabalhar como costureira e, que por “ter a cabeça aberta” e não apresentar preconceitos, se tornou amiga e passou a trabalhar confeccionando e ajustando vestidos e roupas femininas para os homens homossexuais da sua cidade:

“E eles se tornaram muito amigos da minha mãe. Quando iam pros bailes, tinham os bailes deles, adivinha quem eles procuravam pra ver os vestidos deles, minha mãe. Minha mãe costurava pra fora,

então eles iam lá no fundo do quintal, muro a muro, e chamavam minha mãe, [e pediam para ela]: vê se nós estamos bem assim”, ao que ela respondia: “não tá não, isso daqui tá torto, o ombro tá torto, dá a volta que eu vou ajeitar pra vocês”

Essas memórias foram narradas com grande admiração pela figura da mãe, por sua ousadia, emancipação, autoafirmação e liberdade, a ponto da mãe de Quartzolhe ser uma inspiração, diante dos precedentes de ter nascido no interior, no início do século XX, afirmando que a liberdade também se passaria como herança.

6.2 DISTINÇÕES DE GÊNERO NOS COMPORTAMENTOS SEXUAIS DA CONJUGALIDADE

6.2.1 A Idade do Lobo

Safira divide uma de suas memórias a respeito da ordem da sexualidade no casamento associada à papéis tradicionais de gênero, lógica que, em sua juventude, era responsável por bordões como a “Idade do Lobo”. Ao lhe pedir para que explicasse sobre o que se tratava, ela fica surpresa por eu não conhecer isso que ela identificou como um mito e explica: “a idade do lobo era um argumento muito comum, porque a Idade do Lobo é quando um homem vai ficando assim na faixa dos seus 50 e ele começa a procurar mulher fora”. Ela acrescenta ainda que essa ideia diz respeito não apenas à idade do homem, mas também à idade de sua esposa. Caso ambos tenham idades próximas, o que é comum, a esposa passará pela menopausa, apresentando indícios incisivos de envelhecimento, com menor disponibilidade sexual, além de ser considerada menos atraente, perante padrões estéticos vigentes. Safira fala sobre os hormônios e sobre a diferença de interesse sexual entre os homens e as

mulheres nessa idade. Nas palavras dela: “Porque normalmente a mulher com uma certa idade ela já não tem os hormônios, ela já não tem a mesma necessidade sexual do que o homem. Então eles acabavam procurando fora”. É importante reforçar, contudo, que não são por questões hormonais, biológicas e naturais que obstam os comportamentos e desejos da sexualidade, ainda que a cultura tenha naturalizado tais justificativas.

Safira aponta que a “Idade do Lobo” era compreendida como a idade em que o homem “vai à caça” e que, com esse mito, era validado o adultério masculino. Ao contar sobre essa memória dos tempos de sua juventude, ela frisa o quanto isso era comum na cultura, afirmando que, procurando na literatura de sua juventude (anos 60), várias referências acenariam para essa ideia. Ela reitera: “A Idade do Lobo, então, era uma justificativa, você vai ver, ‘ah a mulher não tá dando conta, então procura fora uma mulher mais nova’”.

Ela, no entanto, questiona essa ideia e faz uma observação perspicaz, evidenciando suas dúvidas sobre esses supostos padrões biológicos da libido masculina e feminina que apresentou antes, alegando que os homens aos 50 anos provavelmente não estariam com tanta disposição sexual, tampouco se sentiriam tão atraentes e que, na busca por uma mulher mais jovem, atendiam a uma tentativa de restauração de sua masculinidade e juventude “porque eles mesmos, eu creio também, já não estão mais com toda aquela bola, então a moça mais jovem é pra ver se dá um ‘up’.” Considerando o exemplo desse mito cultural exposto por Safira, lembramos que a ideia de uma suposta maior disposição masculina para o sexo é alegada e sustentada por uma vasta literatura do século XX que atribuía aos hormônios e aos “instintos” sexuais masculinos o comportamento “predatório”, similar ao mito contado por Safira sobre a “idade do Lobo”, em que o comportamento sexual masculino é equiparado ao comportamento predatório de animais.

A senhora Safira evoca em sua narrativa alguns dos argumentos comuns que se valem dessa referência de comportamento sexual predatório que para justificar os atos, coerções e violências sexuais dos homens em relação às

mulheres a partir de precedentes hormonais e 'instintivos'. Ela aponta a ocorrência da ideia de que o 'é o lado do instinto no homem' que o impele e o priva de usar a racionalidade nas suas ações: "é do lado do instinto né no homem né, (...) mas eu acho o homem mais [movido por] instinto né? Então, muitas vezes [ele] não usa muito a razão. Homem é ainda muito inconsciente, ele é muito preso só à parte instintiva, sem usar o cérebro, sem refletir né." Ela associa, portanto, a questão instintiva à coerção dizendo que "essa vontade de se satisfazer" despreza o desejo e o consentimento da outra parte, de modo que o homem age assim "sem perguntar se a mulher tá desejando ou não".

Contrariamente aos argumentos biologicistas dos hormônios e instintos Flandrin, (1981, p. 6) afirma:

"Não existe o homem natural, no sentido de que todo comportamento humano tenha sido modelado por uma cultura. Ora, toda cultura se elaborou progressivamente no passado e foi profundamente marcada por estruturas e traumatismos passados. Por intermédio da literatura, da moral, do direito, da linguagem, mesmo das ciências, das técnicas, das artes, de tudo o que constitui nossa cultura, somos, desde o nascimento, invadidos sub-repticiamente pelo passado."

Existe, portanto, uma oposição expressamente firmada entre as teorias de inspiração biológica e as teorias de inspiração sociológica nos estudos sobre a sexualidade. A noção de "instinto sexual" deriva portanto de uma concepção biológica referente ao comportamento humano que secundariza todo o caráter social da construção da sexualidade e, assim, toda a dinâmica social sedimentadora de padrões presente nos comportamentos individuais. A concepção criada nas ciências naturais sobre cópula e reprodução das diversas espécies animais foi apropriada para descrever a sexualidade humana e assim justificar diversos comportamentos constituídos e aprendidos socialmente. Aliados às teorias sociológicas que refutam a ideia de impulsos naturais na sexualidade, se dão os questionamentos a respeito de padrões de conduta na sexualidade. Se o comportamento sexual é organizado socialmente e não

primordialmente pelos hormônios, genes ou instintos ele é passível de críticas, questionamento e mudanças. (WEEKS, 1999).

6.2.2 O cinema e o prostíbulo

Jade nos conta uma de suas memórias de juventude, relativa às suas colegas, alegando que essas meninas iam ao cinema com seus namorados e que de longe se via na sala de cinema todos os carinhos, toques e movimentos dos namorados que viviam a sexualidade nesse ambiente, guardadas algumas restrições de atos. “No cinema era a hora que a gente via todos os casais, e as meninas que tinham, namorando, se esfregando, levantando saia, baixando blusa, tirando soutien”. Ela ainda completa com o desenrolar dessa história, que devido às normas culturais do momento, as meninas, sob a ideia de dignidade e pudores, deveriam restringir a atividade erótica para guardarem seu valor e poderem ser consideradas mulheres apropriadas para o casamento.

Aqui se desenvolve uma regulação e cisão de papéis de gênero na vivência da sexualidade que remonta à dinâmicas anteriores, responsáveis por dividir mulheres entre esposas e prostitutas, polarizando também a atividade sexual conjugal e a atividade sexual do prostíbulo. Essa ordem aparece na narrativa de Jade, que aponta como esse maniqueísmo era vigente na sua época de juventude, agregando que o namorado de uma das meninas explicava: “E eu me lembro das meninas, todas elas tinham namorados que iam pra zona, e eles falavam pra elas, porque uma delas falou inclusive assim, ó, o namorado falou pra ela, você tem que entender, porque ó como você me deixa, você me deixa excitado, aí eu tenho que descarregar. Não posso fazer com você vou fazer com outra.” Jade explicita sua indignação e estranhamento em relação à essas modelagens culturais: “Isso era estimulado! Os meninos iam pra zona pela mão do pai! Do pai, do irmão mais velho...”

Ela ainda afirma que algumas meninas achavam essa divisão útil:

“eu lembro de uma conversa que nós tivemos na escola com várias meninas, e elas, as que faziam isso, elas falavam assim, mas olha, eu acho ótimo que meu namorado vá pra zona, porque se comigo ele já quer tanto, imagina se eu deixar ele fazer tudo, então ele tem que ir descarregar na zona.”

Jade manifesta, assim, sua repulsa perante a reiteração desse comportamento, tanto em relação às meninas que achavam conveniente o recurso do prostíbulo para manterem sua virgindade e honra, quanto em relação ao incentivo para que os meninos recebam em se voltarem a esses meios. A senhora Rubi, em uma de suas falas, formula a hipótese de que a VSPI era em fenômeno menos recorrente nas relações conjugais estáveis diante da antítese entre o sexo conjugal e o sexo extraconjugal.

Nas memórias narradas por Jade e Rubi, também pode-se observar os elementos das normas culturais que preveem comportamentos sexuais opostos para homens e mulheres, tributário da ideia de que homens tem comportamentos sexuais impulsivos com base instintiva ou hormonal e de que, concomitantemente, as mulheres devem encarar a busca por sexo e a infidelidade masculina como parte de uma lógica natural. Se nos tempos do namoro, como conta Jade, as meninas deveriam compreender o comportamento por parte de seus namorados de buscar sexo nos prostíbulos para satisfazer uma suposta necessidade sexual, no casamento é cristalizado culturalmente que a esposa deve atender à essa necessidade sexual masculina pela prestação do débito conjugal.

Como apontado no capítulo 4, o débito conjugal, antes das influências do romantismo sobre a cultura, não correspondia à satisfação erótica conjugal, mas sim aos imperativos de procriação. Nos tempos atuais, a forma do débito conjugal é redimensionada como os atributos herdados do período romântico, adquirindo o valor de realização erótica e de satisfação, contudo, com esta satisfação erótica restrita ao homem, ao passo que a mulher é fixada na função passiva dessa realização.

6.3 A TRANSMISSÃO CULTURAL DA NORMA DO DÉBITO CONJUGAL

6.3.1 Curso de instrução para noivas

Safira compartilha uma de suas preciosas memórias a respeito da transmissão cultural da norma do débito conjugal, caso paradigmático de um evento em que as instruções sobre essa norma foram nitidamente colocadas. Ela conta que se casou na igreja em 1975 e que para o casamento acontecer passou pelo “curso preparatório para noivas”, onde recebeu a seguinte instrução a respeito da obrigatoriedade da disponibilidade sexual da esposa para o marido:

“Falaram abertamente, toda vez que ele quiser [sexo], não deixe de fazer, não negue, faça toda vez que o homem desejar. Quer dizer, o desejo da mulher não entrava em questão. Não entrava em questão. Era o homem que determinava o quanto que ele queria, se ele queria todo dia se ele não queria, e a mulher sempre tinha que estar disposta, disponível para isso. (...) isso daí ficou gravado pra sempre na minha memória porque eu falei assim, que estranho falar desse jeito, né? Essa instrução para os casais de noivos que estavam ali, era da igreja, entendeu, era o curso preparatório da Igreja, para os que queriam casar.”

No mesmo sentido do relato de Safira, Sagot (2000) aponta: “Há de lembrar que o chamado débito conjugal é endossado por muitas igrejas e algumas legislações.” Assim há de se pontuar que, mesmo em ambientes onde essa regra não é veiculada assumidamente, como testemunhado por Safira, essa norma cultural se apresenta imiscuída às visões gerais do que se impõe como normativa dos papéis sexuais de gênero no casamento.

Em outro momento da entrevista, quando questionada se ouvira falar algo a respeito de VSPI nos tempos de sua juventude, Safira responde retomando o contexto do caso anterior:

“Claro que [esse assunto] não era tratado, se não a pessoa ia falar lá na igreja, ia falar pra mim e o pro grupo: ‘Nunca negue!’ Quer dizer, nunca negue, pode ser que abranja ali... coerção! Pode ser com violência, pode ser quando você não quiser, pode ser a pessoa bêbada, você entende? Eu entendo dessa maneira, nunca negue, não importa...”

Com uma lucidez proeminente, Safira associa a ideia de débito conjugal como influente na invisibilidade e até mesmo no incentivo do exercício da VSPI. No mesmo sentido, Sagot, (2000, p. 87) expressa o elo de sentidos entre a VSPI e o débito conjugal: “As percepções das agressões sexuais podem ser muito diversas e estão, no geral, ligadas ao conceito específico de obrigações maritais” outro nome para o débito conjugal, também interpretado legalmente como deveres de coabitação no casamento, ou deveres de assistência mútua.

No relato de Safira fica evidente a transmissão da norma cultural do débito conjugal como uma obrigação da esposa em atender à solicitação sexual do marido, na prestação do débito conjugal, não como satisfação sexual mútua no laço conjugal, mas como desempenho da submissão sexual feminina no casamento. Conforme ela própria aponta, na transmissão dessa normativa que diz “nunca negue sexo ao seu marido” são envolvidas diversas maneiras, que podem ser inclusive violentas, de imposição do sexo. Assim, como colocado por ela própria, a VSPI não é inteligível perante a vigência da ordem de compulsoriedade do débito conjugal.

6.3.2 Uma obrigação a ser cumprida

Esmeralda conta a memória de algo que sua mãe lhe relatava quando ela era adolescente: “ela dizia isso pra mim, que ela não gostava de sexo, mas ela fazia porque o meu pai queria.” Ela frisa que sua mãe era assertiva ao alegar que não gostava da prática do sexo, mas que: “enfim, já que a gente casou né, quando casa você tem que cumprir esse tipo de obrigação.” A senhora Ágata nos

conta uma memória semelhante do que era dito em sua família: “Eu ouvi falar, realmente, tinha umas amigas da minha irmã que de vez em quando eu ouvia [dizerem]: ‘mas ele quer, acho que eu vou ter que fazer.’” Essas memórias corroboram com a ideia de compulsoriedade do débito conjugal, intrinsecamente ligadas à ideia de submissão sexual feminina na situação conjugal. Esmeralda ainda se lembra de uma amiga lhe contar que não gostava de praticar um tipo específico de ato sexual, mas que se submetia ainda assim pois era do desejo de seu marido: “uma vez uma amiga minha comentou que ela não gostava de sexo oral, mas ele gosta, então eu faço”.

Sagot (2000, p. 87) aponta que, nesse sentido, “muitas mulheres foram obrigadas a ter relações sexuais que não desejavam” por meio de intimidações, temor ou chantagens e que, se essas relações não foram impelidas por meio de força física, muitas das mulheres não as perceberam como violências sexuais. Sagot (2000, p. 87, tradução nossa) ainda afirma que, em muitos casos, são as mulheres que “aceitam essas demandas sexuais para evitar problemas maiores”, o que agrava a dificuldade do reconhecimento do caráter violento das coerções sexuais conjugais. Ainda coadunando com Sagot (2000), que a VSPI não aplicada sob coerção física se torna de difícil distinção, apontamos o que Safira alega sobre o conhecimento de situações de VSPI: “eu particularmente conhecer, eu não conheço, assim, ninguém que tenha sido violento, só conheço a coisa assim, de forçar, da pessoa ceder, mas não de ficar violento né”.

6.3.3 As táticas de evitação

Safira narra em sua reconstituição dos fatos sobre as táticas de evitação do sexo indesejado mais comuns na esfera comportamental, apontando uma maneira de manejo da situação que repousava sobre recuar do sexo que demandado através subterfúgios que evitassem a submissão à prática. Em uma

das histórias, ela conta de uma mulher mais velha que lhe dizia, em sua juventude, sobre os artifícios empregados:

“você falou de umas coisas, eu lembro de uma senhora que eu não vou identificar, que ela já tinha uma certa idade depois dos 60 e ela já não era muito afim, e o marido insistia que insistia, então ela fingia que tinha dor de cabeça, entendeu? Ela ia deitar, aí hoje não tô boa, tô com dor de cabeça. [...Safira observa que essa senhora] era de uma geração que não era tão comum a separação [divórcio], essas coisas né, e ela achava que era normal [a coerção], embora ela tivesse essas táticas aí, essa maneira de dar uma disfarçada, mas ela sabia como lidar com a situação, pelo menos né.”

Enquanto artifícios para “saber lidar com a situação”, as táticas de recusa/evitação são um subterfúgio, uma alternativa às negociações da normativa do débito conjugal mediante alguma manifestação de recusa, mesmo que sutil/disfarçada, em relação à uma atividade sexual indesejada. Safira observa que, nesse caso do qual ela se lembra, o marido aceitava essa recusa: “ele também não era agressivo, porque se ele fosse [ele diria] ‘ah que dor de cabeça nada’, se fosse ele não estaria nem aí né?”. Assim, Safira aponta a existência de algum respeito por parte do marido, no que se referia aos limites colocados pela esposa nas táticas de evitação e explica que, na medida do que era concebível naquela época, o marido dessa senhora a respeitava aceitando “essa desculpa da dor de cabeça” completando que, se não houvesse algum respeito da parte dele, ele teria relevado esse sinal e coagido a prática sexual.

As táticas de preservação, bem sucedidas ou não, apontam para um dado complexo que é a vigência da norma do débito conjugal em meio aos costumes sociais, a ponto de que, a recusa ao sexo é condicionada e restrita à uma justificativa terceira, sendo insuficiente e impassível de consideração a falta de vontade em si. Sua palavra, assim, depende de argumentos ou subterfúgios, reiterando a impossibilidade da recusa por simples arbítrio. É apreendido, portanto, que a invisibilidade de diversos atos coercitivos no escopo da VSPI está atrelada ao imperativo do papel de gênero que prevê a submissão sexual feminina no casamento e, portanto, o débito conjugal perante o qual o arbítrio da

mulher é desprezado. Como apontado anteriormente, o débito conjugal, uma determinação culturalmente sedimentada que é atribuída (e restrita) às mulheres, implica o pressuposto de que o desvio dessa imposição é sujeito à uma justificativa outra quando a vontade em si e, portanto, a ausência dela, simplesmente não são referências, sendo que tais justificativas podem ser aceitas, como no caso narrado por Safira, mas de igual maneira podem ser ignoradas, levando à ocorrência das coerções e violências sexuais, algo que a própria entrevistada aponta como possibilidade.

6.4 EM PRIMEIRA PESSOA: A EXPERIÊNCIA ÍNTIMA DAS ENTREVISTADAS

6.4.1 A não ocorrência de VSPI

As informantes que relatam não terem sofrido situações de VSPI apresentaram em suas memórias alguns motivos que podem tê-las preservado de ser afetadas pela coerção sexual conjugal. A respeito dos fatores que, em suas concepções, as protegeram desse tipo de violência, concluímos que se aplica o conceito de “fatores protetivos”. Segundo a literatura, fatores protetivos são recursos pessoais ou sociais, individuais ou circunstanciais, que atenuam ou neutralizam o risco de ocorrência de um evento indesejado. (SAPIENZA e PEDROMÔNICO, 2005)

A senhora Esmeralda nos confidencia que nunca passou por algum tipo de coerção conjugal: “Então, mas comigo, eu, na minha história assim, eu não me lembro de algum momento ter me sentido forçada a manter relação com ele né.”, e diz logo em seguida atribui essa proteção em não ter sido atingida pela violência à uma consciência muito crítica referente ao que era ou não aceitável numa relação conjugal, e reforçando que nesse âmbito da sexualidade “não faria

nada que não fosse da minha vontade”. Diz, ainda, que seu ex-marido: “sempre respeitou a minha vontade” e ainda completa: “Eu acho que nunca me aconteceu, a não ser que aconteceu e eu apaguei da memória”.

É necessário reparar, contudo, que ela levanta a possibilidade de ter passado por alguma situação de coerção sexual, e de não se lembrar disso. Diversas hipóteses interpretativas podem ser levantadas diante dessa frase, sendo a mais relevante delas a de que, conforme acenado pela literatura (Logan, 2015), as coerções sexuais conjugais exercidas sem o uso de força física ou isoladamente são dificilmente inteligíveis ou reconhecidas pelas mulheres, de maneira que a sutileza da forma em que a violência se dá oculta a gravidade do conteúdo. Não afirmamos, com isso, que a senhora Esmeralda tenha passado por VSPI, negando o que ela própria testemunha, mas que, como ela própria apresenta em sua fala, existe a possibilidade de, caso ela tenha passado, não se lembrar disso, apontando possíveis razões para esse esquecimento.

A senhora Esmeralda ainda nos concede a sua concepção relativa ao que significa um casamento. Para ela, a incidência de uma VSPI num casamento amparado em companheirismo, camaradagem, confiança, ou seja, acordos estabelecidos, caracterizaria uma quebra dessa confiança e uma decepção, ambos muito graves. Em seu relato, o casamento é descrito como algo que, para ela e suas conhecidas de juventude, “era isso de ter um parceiro mesmo, de ter um companheiro de verdade, não só um marido. Um marido não era tão importante assim, era mais importante ter um companheiro”. Dessa maneira, emerge entre os fatores protetivos contra VSPI uma modalidade de conjugalidade baseada em princípios compartilhados; em acordos. Esse fator pode ser conjugado ao que Giddens (1993) considera uma tendência contemporânea: os relacionamentos por confluência, termo adotado por ele para representar uma união que se baseia em apoio mútuo destinado à realização de projetos individuais de cada cônjuge, que podem ou não convergir em projetos conjuntos. Essa forma de união, o “relacionamento por confluência”, remete à descrição de Esmeralda e pode ser entendida como um fator protetivo em relação

à perpetração de VSPI. Tal entendimento é reforçado se considerarmos as tendências de relacionamentos anteriores, os quais, de acordo com Giddens, desprezavam as questões sexuais individuais – tanto no que se referia às experiências sexuais anteriores ao início do relacionamento, quanto às que envolviam os desejos e limites de cada um dos cônjuges, no período de duração da relação. Assim, uma relação que corresponde aos parâmetros confluência, da reciprocidade, descritos por Esmeralda como a ideia de ter um companheiro e não um marido, pode configurar uma proteção contra VSPI.

A senhora Rubi alega tão pouco ter passado por episódios de VSPI, e afirma que: “Acho que a minha personalidade não permitiu.” Ela acrescenta que quando se casou já havia vivido muitas coisas: “A essa altura tinha também estudado né, tinha trabalho, convivi com bastante jovens, então isso também acho que ajuda né, uma convivência de amizades bastante grande”. A sua rede de convívios e amplitude de sociabilidade é apontada por ela como um fator protetivo: “Tem umas coisas que, não é que tenha influência específica na sexualidade”, mas que, em sua visão, estimulam, a partir de uma inserção social diversificada, a consciência de diversas formas de vida possíveis e dos limites e escolhas inerentes à cada uma dessas alternativas. Em sua fala, ela justifica tal caráter protetivo com a amplitude de experiências, como o convívio dela e de sua família com grupos multiétnicos e de diversas religiões. Em suas palavras: “Acho que ajuda a ver as coisas, isso eu agradeço ter vivido nesse contexto meio louco de mistura porque acho que por outro lado, acho que ajudou...”

Essa integração social ampla narrada por Rubi pode ser assumida como um fator de proteção contra VSPI. Para compor o quadro, podemos pensar em situações opostas à de Rubi, por sua vez, se considerarmos que elementos como a solidão, o isolamento social e a ausência de rede de apoio das mulheres enquanto fatores de vulnerabilidade para a violência conjugal. Além disso, o isolamento social da mulher pode ser um derivado da situação de violência, numa trama complexa entre causas e consequências para a VSPI. Dessa maneira, os

laços sociais amplos e diversos, como relatado por Rubi, podem operar como fatores protetivos contra situações de violência.

Além da convivência multicultural, Rubi também alega que sua “personalidade” forte não permitiu que ela passasse por coerção sexual conjugal. Ainda assim, somados aos fatores de personalidade que ela evoca em sua narrativa, podemos extrair de sua história outros fatores protetivos, como a independência financeira e a alta escolarização. A esse respeito, Jaspar (2015), afirma que quanto maior o grau de instrução de uma mulher mais instrumentalizada ela se torna para recusar o sexo indesejado ou para não ceder diante de coerções. Assim, ela constata que a possibilidade de recusa do sexo, reivindicação das primeiras feministas, ainda é uma prerrogativa das mulheres extremamente privilegiadas.

Além dos fatores protetivos contra VSPI, como o relacionamento confluyente apontado por Esmeralda e o nível de escolaridade observado nas falas de Rubi, temos ainda o que a senhora Ágata repara:

“Só que eu, daí, como eu fiz faculdade, estudei em outra cidade, a gente foi abrindo a cabeça. Ficamos com uma mente mais ampla... então eu não me casei com esse conceito [antigo], de que se ele quer eu tenho que fazer. Eu já casei com um conceito mais contemporâneo, não, eu só vou fazer se eu quiser. E ele terá que respeitar aquilo que eu quero. Eu lembro que uma vez eu respondi [para amigas que diziam que a mulher precisa praticar sexo mesmo a contragosto quando o marido quer], respondi, que não, comigo não vai ser assim não. Se vocês quiserem que seja assim no casamento de vocês tudo bem, mas no meu não vai ser. No meu eu vou dar palpite vai ser do jeito que eu quero. Então aí, eu já tinha outra cabeça. A gente já é também daquela geração hippie de paz e amor, de amor livre, então a nossa cabeça foi ficando diferente, foi tendo uma outra visão, vendo as coisas sob outro aspecto, foi diferente (...) E eu tive a sorte de, eu fui assim privilegiada de ter um marido também com uma cabeça muito aberta (...) Eu tive essa sorte de ter um marido muito companheiro, muito compreensivo e de cabeça muito aberta sabe, que tinha uma perspectiva de vida como a minha, de relação, de relacionamento, o mesmo pensamento, então ele também era assim.”

Além da escolarização e do relacionamento confluyente, Ágata apresenta um terceiro fator protetivo contra VSPI, de aspecto histórico e sociocultural: o contato com referências de tendências transgressoras, como o movimento hippie e a contracultura nos anos 1960-1970. Segundo o que foi apresentado no capítulo 4, na parte “Uma juventude vivida nos anos 60”, uma transformação histórica acerca dos comportamentos sexuais, das formas de conjugalidade e das posições das mulheres na sociedade, afetou a juventude nesse período, principalmente aos jovens que estavam inseridos nas universidades públicas brasileiras nessa época, próprias de um cenário com maior intercambialidade em relação à “onda internacional da contracultura”.

A proximidade a grupos ou movimentos que questionavam os papéis tradicionais de gênero, como o de submissão sexual feminina, pode ser encarada, portanto, como mais um potencial protetivo, por despertar e proporcionar as referências e possibilidades apresentadas por Ágata. No momento em que ela coloca que suas amigas defendiam a posição de que a mulher deveria ceder à prática sexual quando o marido assim quisesse, ela, com uma visão de relacionamento já influenciada pelos movimentos libertários da contracultura, se opunha, afirmando que no casamento dela a vontade dela importaria e que não praticaria sexo caso não quisesse. Essa mesma postura, atravessada pelas referências de ideais libertários, foi apresentada por Esmeralda. Como apresentado anteriormente, Esmeralda relata que sua consciência crítica, nutrida pelas máximas da libertação sexual, a impediu de passar ou tolerar situações de VSPI.

Quartzo também nega ter sido exposta à situações de VSPI ao longo de sua vida: “Não vivi esse tipo de coisa, felizmente” e no mesmo sentido de Ágata, Esmeralda e Rubi diz que a incidência da sociabilidade, do contato com os movimentos de contestação e contracultura, da crítica aos padrões tradicionais de casamento, do acesso à escolarização e renda atuaram como fatores protetivos contra a VSPI, em suas palavras:

“eu acho que eu fugi do padrão, sabe Aline? Porque, eu fui embora, fui fazer faculdade fora, fui morar na residência universitária na USP, lutar contra a ditadura em 1968, eu entrei em 68 na USP, foi um ano marcante, então era um ambiente que não tinha esse padrão mais moral, mais convencional, do que é o casamento.”

Quartzo atribui também à sua família um fator protetivo, pontuando que sua mãe foi uma mulher que lhe inspirou e a incentivou a cultivar o desejo de emancipação, autonomia e liberdade. Isso resultou em uma vida na qual ela não passou ou tolerou situações de coerção ou violência conjugal. Sobre esse fator protetivo de sua história familiar, ela conta:

“Eu acho que eu tive sorte de ter uma mãe muito interessante, porque ela casou fora do padrão normal da época, você imagina minha mãe, uma pessoa que morreu com 104 anos, que nasceu em 1909, ela casou aos 35 anos! Ela já tinha uma história de vida muito interessante porque eu acho que ela foi contando [sua própria história] e marcando a minha vida.”

A respeito da rede familiar como fator protetivo, podemos afirmar com Sagot (2000) que a inspiração e o apoio de pessoas em meio aos laços sociais próximos são de importância decisiva tanto para a proteção contra violências conjugais quanto para as possibilidades de identificação, reação e enfrentamento do problema, caso a violência ocorra. A senhora Quartzo diz que se inspirava na sua mãe e que sempre recebeu apoio dela. Conta que quando engravidou sem estar numa relação conjugal a mãe lhe deu total apoio e ainda acrescentou que sua situação não era um problema, não a preocupava, enquanto o que lhe preocupava era a situação da sua irmã que estava num casamento infeliz aceitando se submeter às situações de violência pelas quais não deveria passar. Posição contrária ao esperado socialmente, pela moral vigente, sua mãe lhe dizia que uma mulher solteira que engravida não é um problema, mas, em contrapartida, uma mulher que passa por situações de violência conjugal lhe preocupava.

No entanto, os fatores protetivos, sejam os fatores sociais ou pessoais que agem atenuando as probabilidades de ocorrência de algo indesejado, não

constituem uma relação determinante para a ocorrência ou não ocorrência de VSPI. Assim, concluímos que as relações de sentidos de proteção contra VSPI foram apresentadas pelas senhoras entrevistadas como casos em que, em suas memórias, percepções e na visão construída por elas da própria história pessoal influenciaram na não ocorrência de VSPI em suas vidas. Os principais fatores mencionados por elas convergem com a literatura, sendo estes: autonomia financeira, alta escolarização, apoio familiar, ideal de conjugalidade avesso às normas tradicionais de gênero, ampla rede de contatos e sociabilidade diversa, contato com ideias, grupos e movimentos sociais que questionam as posições de submissão feminina.

6.4.2 A ocorrência de VSPI

A senhora Diamante e a senhora Jade são as duas intérpretes que, ao contrário das anteriores, afirmaram ter sido completamente afetadas passado pelas situações de VSPI. Adiante exponho o contexto em que cada uma delas passou por isso extraindo em suas narrativas quais os fatores de risco que podem facilitar a ocorrência da VSPI. Estes são as variáveis circunstanciais, que podem agravar a probabilidade de ocorrência de um fenômeno indesejado, tornando o indivíduo mais vulnerável ao risco. (SAPIENZA e PEDROMÔNICO, 2005)

A senhora Diamante passou por uma situação de VSPI em sua juventude, exposta logo no início da entrevista, quando perguntada se já ouviu falar sobre VSPI: “Já, claro. Eu fui vítima disso.” Nos relata o episódio de que quando ela tinha por volta de 22 anos, por incentivo das amigas tomou a iniciativa de encontrar um rapaz com quem ela já “flertava”. Ela compartilha que era apaixonada por esse rapaz ao que ele correspondia com gracejos, completando que suas amigas da época a pressionaram a perder a virgindade: “você já tá com

22 anos, daqui a pouco você tem que dar, não vai ficar virgem a vida inteira”, o que a levou a tomar esse passo. A relação deles não configurava um namoro, mas considerando o envolvimento dos dois, podemos assumir a configuração de uma parceria íntima. Ela conta que ele, certa vez, a levou para um passeio e a conduziu até um local extremamente isolado, de onde ela não poderia voltar por conta própria. Neste local: “ele forçou fazer amor comigo e foi muito ruim, foi muito ruim, ficou isso pro resto da vida. (...) é, na verdade eu falei pra ele que eu não queria, mas mesmo assim ele... foi forçado sim, foi forçado. E eu fui mesmo ingênua, boba, sei lá.”

Podemos interpretar que a indução de suas amigas, alegando que era vergonhoso se manter virgem depois de determinada idade, constituiu um fator de risco para a situação de VSPI. O mesmo ocorre com imperativos sociais similares, que elevam o sexo a algo necessário para uma vida satisfatória, desprezando os contextos, os desejos e as propensões individuais para sua prática. A incitação à prática sexual, dessa maneira, atua como fator de risco para a exposição às violências sexuais, pois leva os sujeitos a buscarem sexo sem levar em conta a própria vontade.

Quando a sexualidade se converte em um atributo pessoal estruturante da própria identidade, como colocado por Giddens (1993), o valor do sexo como um ato de autoafirmação e como requisito de inserção social. Operando como um imperativo de liberdade, a incitação ao sexo pode acarretar o resultado contrário, atuando como fator de risco para a exposição a situações de violência sexuais. Com isso, não confirmamos que os pudores, contenções e a meticulosa escolha de situações e parceiros sexuais podem ser protetivos contra violências, mas que a indução à prática sexual, partindo do princípio do sexo como algo necessário ou unicamente benéfico, pode se constituir como um fator de risco para a exposição às violências e para a invisibilidade das violências sofridas.

Diamante, por sua vez, conta que durante o ato sexual tentou se desvencilhar, negar, resistir e pediu que o ato fosse interrompido, mas não foi ouvida. A possibilidade de negar sexo, ou de recusar o prosseguimento de um

ato sexual está intimamente sujeita à noção de que o sexo é essencialmente prazeroso, legitimando a transposição de barreiras pessoais. Assim, pode-se afirmar que um ideal de consentimento contínuo, que uma vez dado não pode ser retirado, é partidário da visão de que negar o sexo é algo inadmissível em determinados contextos de suposta reciprocidade, principalmente nas situações de intimidade ou conjugalidade. Pois, a prática sexual é vista como condição de realização pessoal, além de propósito ou o princípio de uma relação conjugal.

Ainda sobre o seu episódio de VSPI, Diamante nos diz: “No próprio dia [do ocorrido] eu fui pra casa de uma amiga e fui chorando, daí conversamos, e ela foi muito paciente comigo e tudo, fiquei até noite na casa dela depois ela me levou em casa, ela foi muito paciente comigo, muito solícita”. Como já trabalhado anteriormente, na parte “Para quem se diz”, a rede primária constituída por amigas e parentes costuma ser o primeiro local de revelação de uma violência sofrida. Nesse caso, Diamante relata que foi bem acolhida pela amiga, que pôde confortar-lhe depois da violência sofrida. Diamante ainda acrescenta as sequelas desse evento:

“Sim. Eu diria que foi uma experiência tão ruim que muito poucas vezes eu cheguei a atingir um orgasmo. Muito poucas vezes. Mas eu fazia de conta. Porque mulher pode fazer de conta né. E eu fazia de conta. E pra mim sexo nunca foi uma coisa prazerosa, sempre foi uma coisa, bom, faz parte de um relacionamento, então tem que ser (...) faz parte... sempre gostei muito das carícias, do beijo, mas o ato sexual em si não. (...) Eu entendo como uma grande marca do que aconteceu.”

Diamante afirma que a VSPI vivida em sua juventude sujeitou e atravessou toda sua vida amorosa posterior. Ela conta que, mesmo tendo tido diversos outros parceiros ao longo de sua vida adulta, com nenhum deles o sexo chegou a ser prazeroso para ela, em suas próprias palavras: “Eu acho que marcou sim, acho que marcou toda a minha vida amorosa.” e nos conta que os prazeres que conseguiu desfrutar nos relacionamentos: “Eram outros, era o fato de estar junto, era o fato de beijar, era o fato de sair para ir à uma reunião, e pra

um jantar, tomar um chopp, era coisa do social mesmo. Isso era muito prazeroso.”

Importante reforçar que Diamante conta que só recentemente ela pôde compreender e nomear a VSPI vivida em sua juventude, atribuindo ao acompanhamento psicanalítico, poucos anos atrás, a descoberta de que aquilo pelo que passou foi uma violência:

“no processo de análise que eu fazia, você discute a vida inteira. E inclusive foi nesse período que eu descobri que eu fui violentada né, não sei se é esse o termo que usa ainda. Porque eu tinha dito que não, mas ele forçou mesmo assim. Mas eu na época não tinha a menor ideia. (...) Não foi na época [que entendi], foi com terapeuta atual.”

O processo de percepção, reconhecimento e nomeação das violências sexuais se transformou substancialmente nos últimos 50 anos (de 1970 a 2020), de modo que há de se compreender que uma VSPI vivida nos anos de 1970 seja compreendida como tal, nomeada e reconhecida no seu caráter violento apenas na atualidade. Algumas décadas atrás e, em alguns grupos sociais, até os dias de hoje, a ocorrência das violências sexuais é encarada como resultado – paradoxalmente – da ingenuidade ou excesso de ousadia de uma mulher “que se colocou em risco”. Assim, reconhecer as coerções e violências sexuais como um problema social compõe com a compreensão de que o agente que causou a violação é quem perpetrou a violência, e não quem a sofreu.

A senhora Jade, por sua vez, quando indagada se já ouviu falar algo a respeito de VSPI, nos conta: “Sim. Durante a minha vida, várias situações que aconteceram com familiares, amigas, colegas de trabalho, e até comigo mesma.” Ela conta sobre a os episódios da violência perpetrada por seu ex-parceiro: “Sim, sim, de agarrar e tudo, de forçar a barra, e ser mais violento no toque também, nossa, isso eu passei.” Ainda compartilha o contexto da relação:

“Sim, fiquei cinco anos com ele. Ele era desse tipo totalmente desrespeitoso, aquele cara que enchia o saco até eu ter uma relação sexual.” (...) pressão, e as vezes, sabe, pra parar de encher

o saco cê abre a perna né? Só pra parar de encher o saco. Você tá junto né? não vai deixar você dormir a noite inteira, vai pentelhar a noite inteira.”

Jade ainda nos conta detalhes sobre um momento mais drástico de VSPI que ela viveu, nos momentos que o parceiro que lhe coagia ao sexo ela conta que respondia se defendendo:

“Só que com uma frigideira cheia, fritando peixe cheia de óleo quente, o peixe foi todo pra cima dele, eu não matei ele porque ele correu, e aí ele vinha pra cima de mim eu esquentava a frigideira no fogo e falava, venha, a frigideira chegou a ficar em brasa, venha, vai embora dessa casa sai daqui que aqui você não entra mais, em mim você não relia a mão, até que ele resolveu que não ia sair, aí eu falei, ajoelha e pede perdão! E ele ajoelhou e pediu perdão. Eu falei mas daqui não se esqueça: se você voltar a tentar me atacar, eu vou pra cima do você e te mato, um pro cemitério outro pra cadeia, ainda repeti o tema. Aí ele fez uma segunda tentativa.”

Jade nos conta sobre outras violências perpetradas pelo mesmo parceiro atribuindo a dificuldade justamente ao fato de não ter a possibilidade de discernir as violências conta de um episódio que a fez se surpreender: em meio a uma conversa simples, acerca de problemas do cotidiano, ela falou que queria que existisse um ‘super-homem’ pra resolver todos os problemas, ao que seu parceiro abruptamente se revoltou: “Ele pegou um copo de cerveja e jogou na minha cara, na hora do almoço. Eu fiquei tão chocada, que fiquei sem reação. Que que é isso? – Para você nunca mais repetir essa estupidez! Não existem super homens, não existem superpoderes!” Jade conta que se rebelou dizendo o quanto aquela atitude era intolerável: “Aquilo passou, mas fiquei muito chocada, muito machucada.” As situações de violência se mantiveram e se agravaram e ela começou a insistir para que ele saísse da casa dela, ao que ele se recusava sendo a separação possível apenas quando ela deixou a própria casa: “aluguei um apartamento, tava trabalhando, podia pagar minhas contas.”

Jade contou sobre os outros formatos de violências sexuais que sofreu em um relacionamento, configurando, assim, uma situação de violência. O contexto de violência pode ser entendido, dessa maneira, como um facilitador da

VSPI. Pois, apesar da possibilidade de ocorrência isolada, desvinculada de outros tipos de violências conjugais, como colocado por Logan (2015), muitas das vezes está ligada a uma dinâmica de controle coercitivo, à aspectos de violência física e psicológica em um relacionamento. A situação de violência favorece e configura um fator de risco para a ocorrência de VSPI, configurando um contexto conjugal em que diversos limites da liberdade individual e da integridade da pessoa já foram violados na perpetração de diversos tipos de violência. Dada a invisibilidade social diante de certas manifestações, é possível que em diversos casos de violência conjugal essa forma de violência nem chegue a ser propriamente reconhecida e nomeada, como Jade pôde fazer.

Considerando o escopo de uma pesquisa qualitativa com a apresentação de dois casos de VSPI, os fatores de risco apontados anteriormente estão intimamente associados às questões singulares de cada ocorrência. Dessa maneira, o encadeamento lógico permite traçar e interpretar alguns fatores como riscos para a exposição à VSPI. A literatura de pesquisas quantitativas aponta diversos outros fatores de risco ou fatores de vulnerabilidade para que mulheres sofram violências conjugais que não se aplicaram aos dois casos acima expostos.

CONCLUSÃO

“Portanto, nossos impulsos só se realizam
emprestando formas características de uma cultura
precisa; nossos sentimentos só nos são perceptíveis
quando contidos em palavras, as imagens que essa
cultura nos oferecer.”
(Flandrin, 1981, p. 12)

Em vias de concluir, podemos retomar a pergunta que guiou o estudo com fins de sintetizar uma resposta a ela, qual seja: como o sexo coagido no âmbito das relações conjugais deixou de ser visto como parte dos deveres conjugais e passou a ser visto como Violência Sexual por Parceiro Íntimo?

No percurso da pesquisa teórica, mas, sobretudo, na investigação empírica, se fez visível que o processo de transformação das mentalidades encetado pelos movimentos feministas e da contracultura dos anos de 1960 foram fundamentais para que haja hoje relativo estranhamento a respeito da coerção sexual no âmbito do casal, a ponto de se impor, a Violência Sexual por Parceiro Íntimo (VSPi), como um problema social relativamente reconhecido na ordem do presente. Portanto, é recente a compreensão de que sexo forçado, indesejado ou coagido no âmbito uma relação é uma violência sexual, e é assim deste modo que a literatura e o material das entrevistas feitas neste trabalho corroboram para o reconhecimento desse tema.

As relações de forças e códigos sociais de conduta se alteraram em meados do século XX para que o sexo conjugal deixasse de ser descrito e assumido como direito-dever e passasse para a ordem do desejo/arbítrio/consentimento. Na perspectiva da história do presente vemos que as rupturas sobre a norma cultural do Débito Conjugal influenciam a visibilidade da VSPi. Compondo os precedentes históricos deste ponto de virada podemos citar que na modernidade o sexo conjugal adquire o sentido de laço amoroso, erótico e romântico de um casal; é atribuído a ele o simbolismo de manutenção da união. Após a expansão do movimento literário e cultural do romantismo, o casamento é guiado pelo sentido de livre escolha e as práticas do sexo conjugal vão gradativamente também se recobrando do princípio do arbítrio individual.

A sexualidade ganhou o tom de propriedade e direito do indivíduo na mesma conformação cultural que o sexo se tornou um componente da personalidade e da subjetividade, parte do projeto reflexivo do eu. Unindo às ideias de sexualidade, desejo, vontade, arbítrio e consentimento, se coloca um panorama cultural, social, político e científico para se interrogar o sexo coagido e

a violência sexual conjugal. Desta maneira o Débito Conjugal se desloca gradativamente da ordem da reprodução, colocando-se como atividade sexual que testemunha a ligação entre marido e esposa, expressão da inclinação do desejo de um em relação ao outro, significado especial da união emocional do laço conjugal. O Débito Conjugal se reapresenta, com uma nova roupagem, passando a simbolizar o amor e o desejo entre os pares e, ao um só tempo, representar a vontade e o arbítrio de cada um dos sujeitos de uma relação.

No século XX as tecnologias contraceptivas apresentam maiores possibilidades de escolha sobre a reprodução que se espraiam também para a sexualidade: quanto mais a sexualidade se converte em uma propriedade do indivíduo mais a ideia de autonomia e direitos ganha permeabilidade nas relações de intimidade. A visibilidade da questão social e científica acerca da VSPI é consequência deste movimento.

Apesar da permanência das divisões de direitos e de poderes segundo os gêneros, atualmente algo se rompeu, se transformou, se alterou na nossa cultura e na nossa sociedade para que passemos a questionar, investigar e apontar as coerções e violências sexuais no âmbito do casal, majoritariamente, por consequência das lutas feministas e dos movimentos de contracultura que questionam a submissão feminina como o papel de gênero na sexualidade.

Os precedentes históricos das últimas décadas confluíram para a identificação e exposição da VSPI como um problema social, as variações terminológicas da literatura científica apontam para a preocupação em definir as VSPI como um objeto de investigação e um problema social a ser enfrentado. A invisibilidade da VSPI é preocupação recorrente e o direcionamento de estudos preza por contribuir para a ampliação do seu conhecimento, de sua visibilidade e, sobretudo, de sua distinção como tal.

A respeito da visibilidade do tema da VSPI encontramos no depoimento das entrevistadas que as mídias televisivas e digitais têm veiculado informações que elas consideram pertinentes, ampliando o reconhecimento das violências conjugais contra mulheres, e que, embora a VSPI não apareça de maneira

explícita na maior parte das notícias e conteúdos digitais, a ampliação da divulgação das diversas violências de gênero contribui para a elucidação da VSPI. A visibilidade e a comunicabilidade da VSPI realçam a complexidade do cenário atual a respeito dos aspectos do visível, do manifesto, do dialogável e do comunicável no âmbito violência sexual. Como as entrevistadas abordam em suas percepções, as informações sobre VSPI não são explícitas, mas estão embutidas no que se divulga a respeito das violências conjugais, marcando que o pronunciamento da mídia no que diz respeito a visibilidade da VSPI ainda deve evoluir no trabalho e da enunciação pública do problema. Dessa forma, concluímos que ocorre, mediante a dialética entre o revelado e o silenciado, grande exposição midiática do tema da violência conjugal contra mulheres e que na exposição deste tema se veicula algum conteúdo informativo a respeito da VSPI, embora não seja um conteúdo específico nem explícito.

A respeito do movimento dialético entre o que é revelado e o que é silenciado sobre a VSPI, vimos que as formas de se referir ou de se encobrir o tema obedecem a lógicas discursivas extremamente complexas. Pensamos, assim, que “as formas dos não-ditos” trabalham duas maneiras de encobrimento e silenciamento que se projetam sobre a VSPI, são elas: “as entrelinhas” e “a banalização”. Concluímos, na perspectiva dos não-ditos, que as narrativas comportam as dimensões do que é semi-comunicado, guardando algumas regiões do silêncio, dimensões em comum com os tabus que envolvem a sexualidade e atingem também os atos de coerção e violência ocorridos no âmbito sexual.

Ao trabalharmos sobre a ordem das memórias de juventude, sobre o que era falado a respeito da VSPI, notamos que também essas informações trocadas no passado estavam permeadas pela dualidade dos ditos e não-ditos. Em consonância às informações das mídias de grande circulação, a comunicação a respeito da VSPI nos círculos sociais íntimos, também é pouco específica e pouco explícita. As possibilidades de pronunciamento livre e objetivo estão restritas aos poucos ambientes dos espaços de organizações feministas, dos

encontros com amigas, ou dos espaços da assistência social revelação muitas vezes marcadas pelo tom do medo, do sigilo, da confidência.

Analisando as narrativas que tocam a casuística do cotidiano percebemos que as vivências e memórias das entrevistadas acerca da VSPI estão ligada a transmissão geracional de normas de conduta a respeito do débito conjugal e do papel de gênero que molda a posição das mulheres diante da sexualidade. Os casos, relatos e testemunhos relativos ao assunto da VSPI compartilhados anunciam os argumentos sutis levantados em cenas do cotidiano que são exemplos paradigmáticos sobre norma social e a compulsoriedade do débito conjugal, assim como a anulação das mulheres enquanto sujeito de direitos sexuais diante desta norma.

Reconstituídas as histórias que as entrevistadas testemunharam em seu entorno sobre a abordagem da sexualidade conjugal e da VSPI, concluímos que as formas de comunicação em seu contexto e referências culturais inseriram a VSPI e a submissão sexual feminina no imaginário das mulheres como parte da ordem estabelecida através de ensinamento populares, ditados, transmissões familiares, normas culturais de comportamento, simbologias do imaginário coletivo recorrentes nos casos. Porém, pelas questões históricas e geracionais, os movimentos da contracultura que marcaram a juventude dos sujeitos da pesquisa firmaram oposição às normas do casamento tradicional e ao assujeitamento feminino. Assim, o testemunho das entrevistas sobre o tema da VSPI em suas memórias de juventude e paradoxalmente entremeado pelos tabus da época e pelas ideias contraculturais presentes nos anos 1960.

Entre os fatores protetivos apontados pelas entrevistadas que não passaram por situações de VSPI estão a educação sexual recebida na escola, as ideias contraculturais vivenciadas na juventude, parcerias conjugais que partilham de ideias de vida em comum, formando uma relação confluyente, independência financeira e nível de instrução que lhes permitiu ao longo da vida empregabilidade e renda, além de discernimento a respeito posicionamento de suas próprias escolhas sexuais.

Ao verificarmos o pronunciamento feito pelas intérpretes sobre si próprias, enquanto atingidas pelas situações de VSPI, concluímos que o reconhecimento da violência ocorrida e as soluções encontradas por elas para se reestabelecerem após o ocorrido variam. No caso em que a VSPI ocorreu na época da juventude da entrevistada (anos 1970) sua compreensão e discernimento a respeito do teor violento dos atos foi tardio, encontrando elaboração e nomeação para o que lhe ocorreu recentemente, na terceira idade. Por seu testemunho concluímos que o processo de reconhecimento da VSPI não depende apenas do sujeito que a sofreu, mas também do seu contexto relacional e do momento histórico que permita e forneça elementos para essa significação. No caso em que a VSPI ocorreu em idade adulta e depois de diversas experiências relacionais e sexuais, o reconhecimento e a reação ao atentando sexual foram mais pronunciados. Verificando os elementos expostos por esta intérprete, cotejando com a revisão de literatura sobre o tema, inferimos que VSPI ocorridas em idade adulta e, sobretudo nas duas últimas décadas (2000-2020), são passíveis de maior reconhecimento concomitante a ocorrência dos atos de coerção e violência.

Cabe notar que VSPI passa a receber atenção junto a uma gama ampla e complexa de demais atos coercitivos que se tornaram intoleráveis na cultura, concluímos que há um processo de aumento de percepção e sensibilidade em curso na sociedade que gera ampliação do vocabulário discursivo para nomear situações tidas como violentas unindo a nomeação com certo estranhamento de que esses atos permaneçam como aspectos gerais e habituais de sociabilidade e interação relacional, os casos de violências e a indignação são veiculadas nas mídias e os grupos de organização da sociedade civil junto a outros setores consolidam proposta de enfrentamento das situações de violência.

Apesar do grande empenho e sucesso do movimento feminista e dos movimentos da contracultura pela liberdade sexual feminina, a VSPI segue como um problema de difícil visibilidade e enfrentamento. Certamente, todas as nuances verificadas nesta pesquisa contribuem para o estudo mais aprofundado e para

embasar políticas públicas de proteção às mulheres. Também pode colaborar para a transformação da dinâmica das relações de gênero, para o trabalho assistencial e os atendimentos em saúde que recebem mulheres em situação de violência. Além disso espera-se um aumento da sensibilidade da opinião pública, mídia, gestores públicos e lideranças de movimentos sociais e reflexão científica sobre a diversidade das violências e coerções sexuais como resultante das desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. **Confissões; Magistério** - *Coleção os Pensadores*. 2 ed. São Paulo: Editora Abril, 1980.

ANTMAN, E. *et al.* A comparison of results of meta-analysis of RCTs and recommendations of clinical experts. **Journal of American Medical Association**, USA, v. 268, p. 240-248, 1992.

ARAUJO, M. F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia ciência e profissão**. Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, 2002.

ARIÈS, P. **Texto sobre o Casamento e a família**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1981.

ARIÈS, P. O amor no casamento. In: ARIÈS, P; BÉJIN, A. (Orgs.) **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, p.153-162, 1987.

ARIÈS, P. A história das mentalidades. In. NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da. **Nova história em perspectiva**. V. 1. São Paulo: Cosac, 2011.

ARSKEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: Towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, United Kingdom, v. 8, n.1, p.19–32, 2005.

BAGWELL-GRAY, M. E.; MESSING, J. T. e BALDWIN-WHITE, A. Intimate Partner Sexual Violence: A Review of Terms, Definitions, and Prevalence. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 16 (3), p. 1-20, 2015.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **Anais do X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, Curitiba, 7-10 nov. 2011.

BARDIN, L. **A análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARSTOW, A. L (Ed.). **War's dirty secret: Rape, prostitution, and other crimes against women**. Cleveland (OH): The Pilgrim Press, 2000.

BENJAMIN, W. **O Anjo da história**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENNICE, J. A.; RESICK, P. A. Marital Rape History, Research, and Practice. **Trauma, Violence, & Abuse**, Washington, v. 4(3), p. 228-246, 2003.

BERQUÓ, E. O Brasil e as recomendações do Plano de Ação do Cairo. In: BILAC E.D.; ROCHA, M.I.B. (Orgs.). **Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe: Temas e Problemas**. Campinas: PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP, Editora 34, 1998.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Best Bolso / Record. 2016.

BOURKE, J. **Rape: Sex, Violence, History**. England: Virago Press, 2007.

BOZON, M. Comprendre la violence sexuelle. *In*: SPIRA Alfred, BAJOS Nathalie et le groupe ACSF: Les comportements sexuels en France. **La Documentation Française (Collection de rapports officiels)**, Paris, 1993 p. 214-220

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. São Paulo: FGV, 2004.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 de ago. 2006. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>.
Acesso em: 28 jul. 2020.

BURKE, P. *O que é história cultural*. São Paulo: Zahar, 2008.

CARDOSO, I. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo soc.** São Paulo, v. 17, n. 2, p. 93-107, novembro de 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 ago. 2020.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso versus Análise de conteúdo. **Texto & Contexto enfermagem**. Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out-dez. 2006.

CAVANAUGH, C. E. *et al.* Intimate Partner Sexual Violence: A Comparison of Foreign- Versus US-Born Physically Abused Latinas. **Journal of Urban Health**, v. 91, p. 122-135, 2014.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher, 1994. Disponível em:
[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_545\)debito_ou_credito_conjugal.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_545)debito_ou_credito_conjugal.pdf) acesso 06/05/2018

CORRÊA, S.; SEM, G. **Cairo + 5: no olho da tempestade**. Observatório da Cidadania, 1999.

CORRÊA, S.; ÁVILA, M.B. Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros. *In*: BERQUÓ, E. (Org). **Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

CORRÊA, S.; JANNUZZI, P. de M.; ALVES, J. E. D. Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. *In*: CAVENAGHI, S. (Org.). **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP, Brasília: UNFPA, 2006.

COULORIS, D. G. **A desconfiança em relação a palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. Violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 417-425, abril 2005

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Rev. bras. Ci. Soc**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, Fevereiro 2008

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA III CONFERÊNCIA SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. CAIRO, 1994. Disponível em: <http://www.iisd.ca/Cairo.html>

DELALIBERA, C. G. F.; FRANCO, V. F.; FRANCO, G. M. Violência Sexual contra a mulher brasileira. **Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública Cândido Santiago – RESAP**, v. 3, n. 2, p.111-116, 2017.

D'OLIVEIRA, A. F. *et al.* Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero- uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, p. 1037-1050, mar 2009a.

D'OLIVEIRA, A. F. *et al.* Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, p. 299-311, abril 2009b.

D'OLIVEIRA, A. F.; SCHRAIBER, L. B. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Revista de Medicina**, São Paulo, v. 92, n. 2, p. 134-140, junho 2013.

DANTAS, F. C.. Débito conjugal: o corpo como dote. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 68, 2 set. 2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4303>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. Violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 417-425, abril 2005.

DEBAUCHE, A.; *et al.* **Présentation de l'enquête Virage et premiers résultats sur les violences sexuelles**. Paris: Institut national d'études démographiques (Ined), 2017. Disponível: <https://www.ined.fr/fichier/s_rubrique/141/catalogue_2019.fr.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

DIAS, I. **Violência na família: Uma abordagem sociológica**. 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

DIAS, M. B. **Débito ou crédito conjugal?** Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_545\)debito_ou_credito_conjugal.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_545)debito_ou_credito_conjugal.pdf)>. Acesso em 06/05/2018

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

ELIAS, N. **O processo civilizador 1: Uma história dos costumes**. São Paulo: Zahar, 1990.

FRANK, S. **A violência contra a mulher por parceiro íntimo em artigos científicos. Uma revisão sistemática do período 2003-2007**. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERNANDES, M. da P. M. **Sobrevivi... Posso contar**. 2 ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FERREIRA, M. de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FERRIGNO, J. C. **Coeducação entre Gerações**. 2 ed. São Paulo: Edições SESC SP, 2010.

FLADRIN, J. L. A vida sexual dos casados na sociedade antiga. In: ARIÈS, P; BÉJIN, A. (Orgs.) **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, p.135-152, 1987.

FLANDRIN, J. L. **O sexo e o ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.

FREEMAN, M. D. A. "But If You Can't Rape Your Wife, Who[m] Can You Rape?": The Marital Rape Exemption Re-examined. **Family Law Quarterly**, v. 15, n. 1, p. 1-29, 1981.

GAGE, A. J. Women's experience of intimate partner violence in Haiti. **Social Science & Medicine**, v. 61, n. 2, p. 343-364, 2005.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n 1, p. 183-184, 2014.

GIDDENS, A. **A transformação da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GRONEMAN, C. **Ninfomania**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

JASPARD, M. **Je suis à toi, tu es à moi**. Paris: Payot e Rivages, 2015.

KIND, L. et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 1805-1815, setembro 2013.

KISS, L. B.; SCHRAIBER, L. B. Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1943-1952, março 2011.

KOLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KOSS, M. P.; HEISE, L.; RUSSO, N. F. The Global Health Burden of Rape. **Psychology of Women Quarterly**, New York University (USA), v. 18, p. 509–537, 1994.

LACAN, J. **A ética da psicanálise**. São Paulo: Zahar, 1988.

LAZAR, R. Negotiating sex: The legal construct of consent in cases of wife rape in Ontario, Canada. **Canadian Journal of Women and the Law**, Canada, v. 22, p. 329–363, 2010.

LENOIR, R. *et al.* Objeto Sociológico e problema social. *In*. MERILLÉ, D. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LEVI, P.. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LOGAN, T. K.; WALKER, R.; COLE, J. Silenced Suffering: The Need for a Better Understanding of a Partner Sexual Violence. **Trauma, violence, & abuse**, v. 16, n. 2, p. 111-135, 2015.

LONSWAY, K. A.; FITZGERALD, L. F. Rape myths - In review. **Psychology of women quarterly**, v. 18, n. 2, p. 133-164, 1994.

MACKINNON, C. A. **Are women human?: And Other International Dialogues**. Cambridge (MA): The Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATHIEU, N. C. Quand céder n'est pas consentir. *In*: MATHIEU, N.-C. **L'Anatomie politique**. Paris: Edition des Haute Etudes en Science Social, p. 131-225, 1985.

MENEGHEL, S. N. et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 743-752, abr. 2011.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos da escola de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MONSON, C. M.; LANGHINRICHSEN-ROHLING, J.; BINDERUP, T. Does “no” really mean “no” after you say “yes”? Attributions about date and marital rape. **Journal of Interpersonal Violence**, California (USA), v. 15, p. 1156–1174, 2000.

NUCCI, G. de S.. **Código penal comentado**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. IV **Conferência mundial sobre a mulher**. Beijing, China. 1995. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: World Health Organization Press, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Addressing violence against women and HIV/AIDS - What works?**. Genebra: World Health Organization Press, 2010.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas: Unicamp, 2007.

PERROT, M. **As Mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PEREIRA, A. S. et al. Produção científica sobre violência contra a mulher no período de 2005-2009. **Cadernos da escola de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 42-47, 2010.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*. POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". *In*: **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. 1988. [*mimeo*]

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4 ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e Violência**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres. **Notas sobre a 'Economia Política' do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAGOT, M. **Ruta critica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en America Latina**. San José: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

SANTOS, C.; IZUMINO, W. Violência contra as mulheres e Violência de gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SAPIENZA, G.; PEDROMONICO, M. R. M.. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, online, v.10, n.2, p.209-216, 2005.

SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. *In*. **CADERNO CRH**. Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61. Jan./Abr. 2011.

SCHRAIBER, L. B. Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? **Revista USP**, São Paulo, p. 104-113, set./nov. 2001.

SCHRAIBER, L. B. et al. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 14, p. 1019-1027, mar 2009.

SCHRAIBER, L. B.; D' OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Cad. saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 205-216, 2009.

SCHRAIBER, L. B. et al. Assistência a mulheres em situação de violência- da trama de serviços à rede intersetorial. **Athenea Digital**, São Paulo, v. 12, p. 237-254, nov 2012.

SCHRAIBER, L. B. Violência: questão de interface entre a saúde e a sociedade. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 23, p. 727-729, 2014.

SILVA, Aline Gaudard e; MORAES, Claudia Leite; REICHENHEIM, Michael Eduardo. Violência física entre parceiros íntimos: um obstáculo ao início do acompanhamento da criança em unidades básicas de saúde do Rio de Janeiro, Brasil? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1359-1370, jul. 2012.

SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA, M. L. C. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p.3523-3532, 2015.

SHAMU, S. *et al.* "That Pregnancy Can Bring Noise into the Family": Exploring Intimate Partner Sexual Violence during Pregnancy in the Context of HIV in Zimbabwe. **Plos One**, Nashville, v. 7 (8), 2012.

SHOTLAND, R. L.; GOODSTEIN, L. Sexual precedence reduces the perceived legitimacy of sexual refusal: An examination of attributions concerning date rape and consensual sex. **Personality and Social Psychology Bulletin**, California (USA), v. 18, p. 756–764, 1992.

Telles, E. **The Project on Ethnicity and Race in Latin America (PERLA). Pigmentocracies: ethnicity, race and color in Latin America**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014. 297 p.

TERRA, M. F.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. **Revista de pensamento e investigación social, Athenea Digital**, v. 15, n. 3, p. 109-125, nov. 2015.

VANCE, Carole. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. In: **Physis – Revista de saúde coletiva**. V. 5, nº 1, 1995, p. 7-31.

VENTURA, Z. **1968: O que fizemos de nós**. São Paulo: Planeta, 2008.

VIGARELLO, G. **Histoire du viol: XVIe - XXe siècle**. Paris: Editions Point, 2000.

WANDERA, S. O. *et al.* Partners' controlling behaviors and intimate partner sexual violence among married women in Uganda. **BMC Public Health**, v. 15, n. 214, 2015.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WONG, L. R. Tendência e perspectiva da fecundidade no Estado de São Paulo. **Informe Demográfico**, nº 19. São Paulo, Fundação Seade, 1986.

YLLO, K. The silence surrounding sexual violence: The issue of marital rape and the challenges it poses for the Duluth model. In: SHEPARD, M.; PENCE, E. (Eds.). **Coordinating community responses to domestic violence: Lessons from the Duluth model**. Thousand Oaks (CA): Sage, p. 223–238, 1999.